

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP SOBRE O GOVERNO DE COLIGAÇÃO PS-CDS

- Governo PS-CDS, Governo que não serve
- A composição do Governo
- O Programa do Governo
- Atitude futura do PCP
- A política a adoptar
- Unidade, organização e luta do povo e dos democratas
- Preparar a alternativa

Pág. 3



Pág. 9

PLENÁRIO DA CGTP/INTER

Editorial

POSIÇÃO RESPONSÁVEL DE UM PARTIDO RESPONSÁVEL

Pela terceira vez desde o começo da crise governamental o plenário do Comité Central do PCP reuniu e examinou as questões mais salientes da conjuntura política actual.

O CC do PCP debruçou-se em particular sobre a situação decorrente da formação do novo governo e da apresentação do seu programa na Assembleia da República. Ao mesmo tempo definiu as tarefas fundamentais imediatas do Partido na nova situação.

Da reunião saiu o «Comunicado» que noutra página inserimos o qual resume e precisa a posição política do PCP sobre as questões em exame.

A frequência de reuniões plenárias do CC neste período conturbado da vida nacional justifica-se por duas razões principais:

A primeira porque a gravidade da crise actual e a natureza dos perigos e ameaças contra a democracia portuguesa, implícitas na composição, no programa e na própria «filosofia» do governo de coligação PS/CDS, agora em apreciação na Assembleia da República, exigem uma tomada de posição responsável, ao mesmo tempo clara, serena e firme dos trabalhadores e do seu Partido de classe — o PCP;

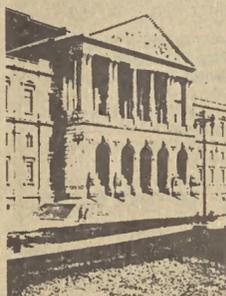
A segunda porque o exame, as conclusões e as directrizes fundamentais de acção dos comunistas portugueses em matéria de tanta importância política para o país e para os destinos do nosso povo, devem assentar numa informação rigorosa e objectiva, quer do ponto de vista político, quer geográfico, e no trabalho colectivo de direcção de um organismo amplo e com os pés bem assentes na realidade do país, como é o seu Comité Central, Instância suprema do PCP no intervalo dos Congressos.

(Continua na pág. 2)

HOMENAGEM AOS MORTOS NO TARRAFAL

Uma afirmação de unidade antifascista na homenagem a portugueses que deram a vida pela liberdade da sua pátria

— Pág. 5



Na Assembleia da República:

O camarada Octávio Pato pronunciou ontem importante comunicação no debate sobre o Programa do Governo

Pág. 2



O esquerdismo

Conclusão — Pág. 8

O POVO PORTUGUÊS CONDENA A CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO COM A PRESENÇA DO CDS

Continua a crescer a indignação em todo o País pela aliança do Partido Socialista com o CDS, indignação que se manifesta das mais diversas formas, desde moções de repúdio a abaixo-assinados, ou mesmo simples mensagens de protesto e que surge tanto a exprimir a opinião dos trabalhadores organizados nas suas associações de classe, como também de grupos espontâneos que querem marcar a sua posição.

Pág. 4



● Rendeiros de Casais Velhos, Gatinheiras e Courelas Novas — uma luta de longos anos

Os baldios do povo de Vila Nova de Ourém não podem regressar à Casa de Pragança

Cerca de 500 pessoas no 1.º Encontro de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Beja

● UCPs de Portalegre na luta pela Reforma Agrária

Pág. 12



Assembleia da República

Octávio Pato no início do debate do Programa do Governo

O PS assume a responsabilidade de abrir as portas da fortaleza democrática ao cavalo de Tróia da extrema-direita parlamentar

O debate do Programa do Governo de coligação do PS com o CDS iniciou-se ontem de manhã na Assembleia da República com uma intervenção do deputado do PCP Octávio Pato.

As palavras proferidas por Octávio Pato em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português constituíram, logo no início do debate, o eco do repúdio, no hemiciclo de S. Bento, com que a esmagadora maioria dos trabalhadores, dos democratas e patriotas portugueses, encaram o Governo de coligação do PS com o partido da extrema-direita parlamentar. Por isso, logo no início da sua intervenção, o deputado do PCP salientou:

O Governo de coligação PS/CDS ainda não tinha enfrentado o juízo soberano desta Assembleia da República com uma intervenção de uma significativa indignação dos trabalhadores e de muitos amplos sectores democráticos. A composição e Programa do Governo encontrou um ambiente geral de frieza e falta de entusiasmo, até mesmo entre aqueles que seria de esperar serem os seus defensores e propagandistas — uma larga inquirição e amargura — manifestamente nas fileiras do PS. Esta a imagem indiscutível de um Governo que nasce divorciado dos interesses, objectivos e aspirações que percorrem hoje a sociedade portuguesa, e de um Governo que promete ao País uma orientação de dezenas de vezes proclamada e dezenas de vezes fracassada, a de um Governo rotineiro e sem imaginação, e por isso incapaz de transmitir ao País o entusiasmo e a confiança necessários para o sucesso das novas tarefas colectivas.

Proseguindo a sua intervenção, disse o dirigente comunista. Ao longo de 1976 e 1977 foi-se ampliando incessantemente na vida nacional a consciência de que a recuperação capitalista, agrária e imperialista, longe de trazer a prometida solução dos gravíssimos problemas nacionais, era um factor do seu agravamento, uma fonte de novas dificuldades, perigos e perturbações. A experiência mostrou que a recuperação capitalista e agrária era, tão só e apenas, a recuperação violenta e brutal de posições por parte dos capitalistas e agrários, a intensificação da exploração como principal objectivo da produção, o agravamento das distorções, a desorganização do aparelho produtivo e a quebra de produção, o desemprego e a redução brutal do nível de vida, tanto dos trabalhadores como de todas as camadas laboriosas. E por isso se tornou cada vez mais ampla e mais forte a aspiração nacional de ver concretizada uma política de recuperação económica visando a reanimação geral das actividades produtivas, a expansão económica numa perspectiva de desenvolvimento ao serviço do Povo e do País, e na convicção de que a saída da crise passa pelo respeito das grandes transformações democráticas erguidas pela revolução portuguesa; as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e exige que os limites entre as diversas formações económicas (sector nacionalizado, sector cooperativo, unidades da zona da Reforma Agrária, sector privado) sejam mantidos.

Depois de ter citado algumas das conclusões da reunião plenária do CC do PCP de 6 de Fevereiro, o deputado do PCP passou a uma análise do Programa apresentado à Assembleia pelo Primeiro-Ministro faz hoje oito dias, acentuando:

O Programa do Governo anuncia o prosseguimento da imoral e escandalosa entrega ao patronato saboteador de empresas intervenções — onde os trabalhadores investiram milhares de horas de trabalho gratuito, meses e meses sem salários, sacrifícios e esforços sem conta, numa exaltante dedicação aos interesses da economia nacional.

Ao longo de 1976 e de 1977, foi-se fortalecendo a consciência nacional de que sem os trabalhadores, sem o seu empenho criador, sem ter em conta o respeito pelos seus direitos e aspirações, não seria possível garantir a saída da crise económica e financeira em que o País se debate.

Contra esta evidência, o novo Governo anuncia o prosseguimento da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, da política de agravamento das suas condições de vida, da intensificação dos despedimentos, da tolerância perante as violências, represálias e perseguições patronais, e com tal orientação mostra que não é a confiança dos trabalhadores que pretende mobilizar, mas sim as boas graças do grande capital e do imperialismo que pretende conquistar.

Ao longo de 1976 e 1977, foi-se ampliando a consciência da necessidade de um grande esforço nacional voltado para o aumento da produção nacional, para a plena utilização dos recursos e capacidades do País, como condição essencial da diminuição do défice da Balança de Pagamentos e como caminho indispensável para subtrair o País ao abismo da dependência externa.

Contra este sentimento generalizado, o novo Governo vem anunciar o prosseguimento de uma política subserviente perante as exigências dos credores internacionais e descende das possibilidades e energia nacionais.

Quando o problema crucial do País é aumentar a produção nacional e reduzir importações, o novo Governo aceita os limites impostos pelo FMI para a expansão económica e exhibe uma atitude fatalista perante o volume actual das importações. Não apresenta as medidas necessárias e corajosas de um plano de substituição de artigos importados por produção nacional. Longe de apontar para uma dinamização geral da actividade produtiva que corresponda aos interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios industriais e comerciantes, propõe que o País mergulhe no ciclo infernal e catastrófico da quebra do

poder de compra dos trabalhadores, redução do mercado interno, quebra da produção, elevação das taxas de juros, falências, desemprego, depressão económica geral, agravada dependência de empréstimos externos. O novo Governo, em vez de apontar o caminho do trabalho e do esforço nacional, vem outra vez alimentar ilusões, distrair esforços, com a miragem da Integração de Portugal na Europa do capitalismo monopolista de Estado.

A Constituição na prateleira

A análise do Programa do novo Governo, a política que propõe, as concepções que defende, as formulações que usa, a filosofia que o inspira, são bem a prova, conforme destacou Octávio Pato a determinado passo da sua intervenção, das cedências do PS ao seu parceiro no poder.

Ilustrando a troca que o PS fez pelo programa do CDS, Octávio Pato disse: No Programa do novo Governo, inspirado no Programa do CDS, não falta sequer a velha visão corporativa do processo social em que, à moda do Estatuto do Trabalho Nacional, as empresas são definidas como «uma comunidade de interesses» e o País como devendo ser uma grande e unida família em que os explorados confraternizam alegremente com os exploradores, os humilhados seriam solidários com os que humilham.

E mais adiante: O Programa da coligação com o CDS, revela o propósito de pôr a Constituição na prateleira, esvaziando-a de conteúdo e subvertendo gradualmente a organização do sistema económico que ela consagra, debilitando progressivamente as conquistas que são a base indispensável à realização do projecto de sociedade que a Constituição incorpora.

Proseguindo, Octávio Pato referiu-se ao espectáculo deprimente de dirigentes de um partido democrático desdobrarem afirmações contraditórias e opostas ao que sempre afirmaram, para justificar a sua aliança com a extrema-direita parlamentar. E acentuou:

Não é apenas a política de alianças do PS que mudou na

O desmancha-prazeres e o envernizador

As referências concretas que o deputado Octávio Pato fez, na sua intervenção, aos elogios que o ditador Marcelo Caetano endereçou ao presidente do CDS Freitas do Amaral provocaram o desassossegado e a perturbação nas bancadas do CDS e um certo sabor, não ao óleo de fígado de bacalhau, mas a fel, na bancada do PS.

Defendendo o seu líder, ergueram-se vozes pouco convictas da bancada do CDS. Que se tratava apenas de um elogio profissional e científico e não político. Como se o ditador, fascista embarcasse nessas distinções...

Enfim, desculpas de mau pagador, e pouco entusiásticas. O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, deu-lhes a resposta devida.

«Eis senão quando, no momento em que Carlos Brito dizia — o prof. Freitas do Amaral foi elogiado pelo ditador Marcelo Caetano —, uma voz irrompe da bancada do CDS e diz, acrescentando: «... e muito bem!». Era o deputado Cunha Simões, todo ele sinceridade, que dum penada fazia estalar o verniz democrático com que o PS tenta pintar a extrema-direita parlamentar. Facto que mereceu a Carlos Brito o seguinte comentário, enquanto Freitas do Amaral e Amaro da Costa reprimiam o seu desassossegado parlamentar: — A intervenção impertinente do senhor deputado teve pelo menos o mérito de ser sincera.

Mas, como cada medalha tem sempre o seu reverso, logo o deputado José Luís Nunes saiu à liça, para em prodígios de acrobacia, encontrar factos democráticos no passado de Freitas do Amaral, lembrando o seu passado como «dirigente» associativo...

Este enorme esforço a que se sujeitou José Luís Nunes foi recompensado com os aplausos da bancada do CDS e o silêncio das restantes, incluindo a sua própria bancada.

Felizmente que o deputado do CDS não se lembrou de invocar, também, aquele episódio «democrático» da autodemissão do ditador Marcelo Caetano do cargo de reitor da Universidade de Lisboa!

É que há alguém que, neste momento e no Rio de Janeiro, sorri sibilina, preparando-se para sonorizar esse riso...

direcção da direita. Mais do que isso, são verdadeiras acrobacias verbais que hoje transformam cacetiros em honestos democratas, votantes contra a Constituição em garantidos do seu cumprimento, um partido da direita em partido do centro.

Os dirigentes do PS podem continuar a campanha em que estão empenhados para reabilitar a imagem do CDS, podem passar a chamar-lhes todos os dias pela alcunha de «democratas-cristãos», mas podem estar certos de que, com isso, apenas distanciarão mais e mais do Partido Socialista e deste Governo, aquelas centenas de milhares de democratas e de cristãos, que exactamente porque o são, partilham de elevados ideais democráticos, de justiça e progresso social, de uma vida melhor, que sabem ser ameaçados pelo CDS.

Afirmando que se o PS se aliou à direita foi porque não se quis aliciar à esquerda, Octávio Pato prosseguiu.

Para justificar tal coligação, são atraiçoadas para o ar ambiguas referências à eventualidade de não se poder chegar a eleições gerais antecipadas, é referida expressamente a possibilidade de aventuras antidemocráticas, é traçado o quadro catastrófico de um país à beira de confrontações baseadas em violentos antagonismos sociais e regionais, é atribuída à direita uma força social que ela não tem.

Pela nossa parte — acentuou ainda Octávio Pato — queremos aqui reafirmar que o dever dos democratas não é exagerarem a força da direita, é trabalhar para a reduzir; que o dever dos democratas não é invocar forças obscuras que se oporiam a soluções democráticas mas sim mobilizar a consciência democrática dos portugueses para as isolar e derrotar.

E ainda acrescentou o deputado do PCP: A intriga, as manobras e a conspiração reaccionária podem ser vencidas pelo recurso ao entendimento e acção comum das forças progressistas, dos trabalhadores e dos democratas e nunca com cedências sucessivas à direita.

Uma situação que o Povo português rejeitou

Noutro passo da sua intervenção, Octávio Pato passou a analisar alguns dos aspectos mais salientes da coligação do PS com a extrema-direita parlamentar.

Fazendo uma coligação com o CDS, abrindo à sua influência sete ministérios, um dos quais — o da Reforma Administrativa — com ligações tentaculares aos outros ministérios, ao sector público e ao aparelho de Estado, o PS assume a pesadíssima e histórica responsabilidade de abrir as portas da fortaleza democrática ao cavalo de Troia da extrema-direita parlamentar e de, com isso, estimular a arrogância das posições reaccionárias em toda a vida nacional, acentuando perigos e ameaças para o regime democrático.

Coligando-se com o CDS, o PS expõe-se a renovadas pressões da direita, que deposita no enfraquecimento,

desagregação e desprestígio do PS, multas das suas esperanças de vir um dia a dominar os órgãos de poder sem necessidade de se aliciar ao PS.

Coligando-se com o CDS, o PS aceitou e criou uma situação que, em três eleições sucessivas, o Povo português rejeitou, ao reduzir a cinzas as fanfarronadas eleitorais da direita e ao dar sempre uma folgada maioria a socialistas e comunistas.

Os desejos de acalmia política, de paz social, de realismo, de bom senso, de solidariedade nacional invocados pelo PS e pelo Primeiro-Ministro foram, depois, denunciados por Octávio Pato com a cortina de fuma que envolve a dureza, a violência, insensatez e cegueira da política de recuperação capitalista. Concretizando, afirmou o deputado do PCP:

Mas o que o novo Governo pede não é acalmia política. Pede sim ao PCP, aos democratas, aos próprios militantes do PS, a todos os que protestam e se indignam com esta orientação, que quebrem os seus compromissos com o povo trabalhador, colaborem na política de recuperação capitalista, de agravamento dos problemas nacionais e de liquidação da independência nacional.

O novo Governo não pede paz social. Propõe sim a rendição e a capitulação do movimento operário perante uma política hostil às aspirações dos trabalhadores, voltada para o agravamento das suas condições de vida; propõe a resignação geral perante o aumento do custo de vida, os despedimentos, o desemprego, as violências e arbitrariedades.

O novo Governo não promete realismo e bom senso. Mostra sim o máximo irrealismo ao afirmar pretender defender a democracia ao lado dos seus inimigos, ao pretender sair da crise económica dando força aos mais interessados no seu agravamento, ao impor leis e medidas que vão contra as novas realidades do Portugal democrático.

O novo Governo não propõe solidariedade nacional. Pretende sim que todas as camadas laboriosas — os trabalhadores, os empregados, os camponeses, pequenos e médios comerciantes e industriais — se submetam aos interesses egoístas e parasitários de um grupo reduzido de grandes capitalistas e agrários. Pretende sim que os objectivos e interesses nacionais se submetam às decisões, pressões e exigências do imperialismo.

Reafirmando que tais desejos são possíveis apenas no respeito da Constituição, das conquistas nela consignadas, dos direitos dos trabalhadores, o dirigente do PCP anunciou que os perigos e dificuldades anunciados pelo novo Governo mais e mais determinam o PCP a prosseguir com entusiasmo e confiança a luta em defesa do regime democrático, das conquistas da Revolução e da independência nacional.

Acentuando que na Assembleia da República os deputados comunistas tudo continuarão a fazer para que sejam aprovadas leis progressistas, Octávio Pato transmitiu ao plenário da Assembleia da República a atitude a adoptar pelo PCP na vida nacional, atitude definida nas conclusões da reunião plenária do CC do PCP recentemente efectuada.

E, mais adiante, o deputado comunista confirmou que, perante o novo Governo, a sua composição e Programa, longe de se atenuar, mais se confirma a necessidade de uma alternativa democrática, salientando:

A realidade portuguesa e a vontade do Povo português, a gravidade dos problemas nacionais e a urgência de lhes dar solução, a imperiosa necessidade de corresponder às aspirações populares, acabaram por tornar inadiável uma nova política baseada no respeito pela Constituição e pelas instituições, no respeito pelas liberdades e pelas outras conquistas da Revolução, na saída da crise através de um grande esforço nacional que mobilize o trabalho, a inteligência e o patriotismo dos portugueses, e a formação de um Governo com uma composição adequada à realização desta política democrática e patriótica.

A vida continuará a mostrar — prosseguiu Octávio Pato — que uma alternativa democrática é possível com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, é possível, não contra o PCP, mas com a capacidade, o dinamismo e a intervenção generosa que são timbre do PCP.

Os «elogios» do PS ao CDS e as homenagens do PCP

A dado passo da sua intervenção, Octávio Pato debruçou-se sobre a questão dos elogios. Dos elogios justificativos que o PS tem vindo a dar ao CDS e aos seus dirigentes, como cobertura de uma coligação que cada vez provoca maior indignação por parte das massas trabalhadoras.

Disse Octávio Pato: No passado dia 2, o senhor Primeiro-Ministro prestou aqui uma «homagem especial ao CDS», a juntar a anteriores elogios feitos ao presidente desse partido. Lembrar-se-á o sr. Primeiro-Ministro, que numa data próxima do 25 de Abril, o ditador de então, prof. Marcelo Caetano, também prestou homenagem ao que é agora presidente do CDS, escrevendo, entre outras coisas, o que passo a citar: "... consola-me sobretudo a ideia de que outros continuarão o labor a que me dediquei durante tantos anos com entusiasmo e vontade de bem servir. E de entre esses continuadores, permitir-se-á que destaque o doutor Dlogo Freitas do Amaral, pela admiração que me merece...", tendo Marcelo Caetano terminado a sua dedicatória, manifestando ao actual presidente do CDS o desejo de que "o futuro lhe seja propício como mereço".

Quererá o PS — interrogou Octávio Pato — servir de escadote para que se realizem os votos expressos pelo continuador de Salazar?

Contraopondo estes elogios do PS às homenagens do PCP, Octávio Pato afirmou:

Como representantes do PCP, também consideramos oportuno prestarmos hoje aqui uma tripla e sentida homenagem, mas de sentido contrário. Em primeiro lugar, homenagear os mortos do Tarrafal — símbolos da resistência antifascista cujos restos mortais irão em breve ser trasladados para o solo da nossa capital — e com eles homenagear todas as vítimas do terrorismo fascista, e os milhões de portugueses que durante o século sofreram as agruras da ditadura do poder dos monopólios e dos latifundiários, aliados ao imperialismo. Em segundo lugar, homenagear os capitães de Abril e todos os patriotas que ajudaram a derrubar a ditadura fascista, a acabar com as guerras coloniais e a implantar as liberdades democráticas. Em terceiro lugar, homenagear todos os trabalhadores, os democratas e os portugueses de variadas camadas sociais ou tendências políticas, que lutaram para destruir o poder dos monopólios e dos latifundiários, que promoveram as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão, homenagear todos os que contribuíram, directa ou indirectamente, para elaborar e fazer aprovar a democrática e progressista Constituição da República Portuguesa.

A homenagem que aqui prestamos a esses milhões de portugueses, é também como que um caloroso apelo no sentido de todos compreenderem que um Governo de coligação com o CDS é um passo na direcção do passado, dum passado que não deve voltar.

E a finalizar a sua intervenção disse o deputado do PCP: Aos muitos milhares de democratas, incluindo muitos socialistas, que estão confundidos, frustrados ou indignados, a todos dizemos que as forças democráticas e patrióticas são bastante mais fortes que as forças da reacção. Há razões para confiar na luta que continua, e que deve congregar e unir todos os portugueses que amam a democracia, o progresso social e a independência nacional, todos os que defendem a Constituição e as grandes conquistas nela consagradas, todos os que aspiram a ver caminhar o País no rumo do socialismo traçado na Constituição.

Editorial

Continuação da p. 1

Esta informação rigorosa e objectiva do sentir do país, recolhida pelo colectivo de direcção central do PCP, quanto à solução da crise governativa, mostra que as estranhas nupcias do PS com o partido da extrema-direita legal na formação do governo provocou a indignação e a inquietação de vastas massas populares, em particular dos trabalhadores, e das forças democráticas, incluindo no interior do PS.

Neste estranho casamento de conveniência não foi o CDS que abdicou das suas posições reaccionárias e anticonstitucionais mas o PS que cedeu aos postulados de direita do partido de Freitas do Amaral.

Há cerca de dois anos, precisamente no dia 2 de Abril quando foi aprovada e promulgada a Constituição da República, Sá Machado, o homem a quem o PS entregou agora a direcção da nossa política externa, dizia na tribuna da Assembleia, na declaração de voto do CDS de rejeição da lei fundamental do País:

«A abertura criadora que o personalismo leva consigo na sua dupla valorização da pessoa como ser individual e como ser comunitário perdeu-se na acentuação socialista e transpersonalista dada à Constituição.

«A amarra socialista, ao pretender fechar as portas à contribuição personalista não melhora a qualidade da nossa democracia».

A «amarra socialista» foi quebrada agora e expressamente atrada às urtigas pelo dr. Mário Soares quando no último dia 2, do alto dessa mesma tribuna proclamou que «só utópicos podem pensar que se pode avançar agora para o socialismo democrático...» — o seu socialismo, o socialismo que os deputados do seu partido, juntamente com os de todos os outros que a aprovaram, com exclusão do CDS, fizeram inscrever na Constituição da República.

Onde, porém, a abdicção é mais grave e de consequências imediatas mais sérias para a recuperação económica e financeira do país é no reconhecimento, expresso no programa do novo governo, do apoio ao desenvolvimento prioritário do sector privado em prejuízo do sector público. O programa diz claramente nas «linhas de orientação» no seu capítulo II: «reconhecimento do papel fundamental a desempenhar pela iniciativa privada nacional e desde que conforme com os objectivos da política económica da importante função auxiliar do investimento estrangeiro». (o sublinhado é nosso). Outras disposições apontam iniludivelmente na mesma direcção.

Numa clara intenção de privatizar as empresas com participação do Estado o programa preconiza ainda como medida prioritária a «resolução rápida do problema das transferências de participações».

Esta medida, além doutras relativas à criação de sociedades de investimento e de participações financeiras, reclamadas e impostas pelo CDS, representa uma ameaça para o sector público e nacionalizado da economia portuguesa.

O respeito pelos limites actuais das diversas formações económicas, a que se alude de passagem no programa do governo, é de facto anulado nas suas disposições concretas depois de o ter sido no acordo político com o CDS.

Quando no programa se inscreve a continuação da política das desintervenção e de aplicação da famigerada lei 7/777 (a lei Barreto) contra a Reforma Agrária, é fora de dúvida que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do anterior governo PS sozinho, tem agora no seu selo um novo motor «dinâmico» e agressivo na pessoa dos representantes do CDS.

Como é salientado no «Comunicado» do CC do PCP «com tal governo e tal política, é previsível que a situação continuará rapidamente a degradar-se».

É imperioso estancar a ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e promover um grande esforço nacional e patriótico baseado fundamentalmente nos recursos e energias internas.

A recuperação económica do país, a superação da crise económica e financeira, é inseparável da defesa das transformações democráticas da nossa economia, do respeito efectivo pelos limites das diversas formações económicas actualmente existentes.

A recuperação económica e financeira do país é inseparável da defesa dos direitos e liberdades consagrados na Constituição.

É incompreensível o derrotismo do dr. Mário Soares quando teme e procura intimidar o povo português agitando «o papão» do «leão adormecido» que é o fascismo ainda existente em Portugal.

O Primeiro-Ministro prestou um mau serviço à democracia portuguesa. Em primeiro lugar, o fascismo português não é propriamente um leão. Tal comparação é ofensiva para o nobre rei dos animais.

O fascismo é quando muito uma hiena que viva muito mas que se alimenta das debilidades, dos temores do demissionismo e do derrotismo daqueles que tinham por obrigação torná-la inofensiva.

O escândalo do que se passou em Santa Comba é disso uma amostra elucida.

O acordo político e a partilha do governo com o CDS coloca nas mãos da extrema-direita legal e anticonstitucionalista importantes sectores-chaves do aparelho de Estado que não deixará de manobrar à sua vontade e a favor do grande capital monopolista, dos latifundiários e do imperialismo. A partir de agora a chantagem da ruptura da base parlamentar do governo de coligação por aí anda mais o PS à mercê dos partidos da direita.

Por outro lado a alienação da base social de apoio que a imagem democrática e socializante do PS lhe tinha granjeado é já uma realidade comprovada na crescente tomada de posição e na hostilidade aberta de vastos sectores populares contra a fórmula de coligação governamental com o CDS.

A precariedade e instabilidade da base de apoio do governo PS/CDS não lhe garante uma longa vida; a política para que aponta o seu programa não soluciona antes agrava a crise económica e financeira que Portugal atravessa.

Uma alternativa de política e de governo coloca-se desde já ao país e a ela se refere o «Comunicado» do Comité Central.

O PCP reafirma que não seguirá uma política de tipo testatário. Só porque ainda não mostrou a sua prática o Governo PS/CDS dispõe ainda o benefício da dúvida. Dúvida sobre a sua prática política, dúvida sobre a forma como vai governar.

Diz-se no «Comunicado» do Comité Central que o PCP terá uma intervenção construtiva na Assembleia da República e junto dos outros órgãos de soberania.

Na sua intervenção da vida nacional «que a Constituição garante a todos os partidos legalmente em actividade o PCP usará das liberdades e direitos constitucionais que ninguém lhe pode contestar.

Será estreitamente vinculado às massas populares, virado para a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, designadamente entre socialistas e comunistas, profundamente empenhado na solução patriótica e democrática dos agudos problemas do país que o PCP intervirá na vida política nacional.

Grandes vitórias da unidade das classes trabalhadoras tiveram lugar no decurso da crise governamental. Tais vitórias mostram que uma alternativa democrática de política e de governo ganha raízes no selo das massas.

Como se diz no «Comunicado» do CC, «Uma alternativa democrática para a saída da crise é possível com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, com o PCP e não contra o PCP.

«A realidade portuguesa e a vontade do povo português acabarão por determinar uma tal alternativa».



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Sérgio, 26-2.º D.º — Lisboa 1. Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º — Lisboa 1. Tel. 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º — Lisboa 1. Tel. 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel. 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel. 769705

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2. Tel. 372236
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Combra, Tel. 24504
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 29939
Centro Distribuidor do Centro: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24504

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Bairo, 13 — Évora, Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1. Tel. 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1. Tel. 41787

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 —
Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Janeiro: 83 187

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP SOBRE O GOVERNO DE COLIGAÇÃO PS-CDS

No dia 6 de Fevereiro teve lugar uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português a fim de examinar a situação criada pela formação do Governo de coligação PS-CDS e pela apresentação do seu programa.

Governo PS-CDS, Governo que não serve

1. O CC do PCP considera que tanto a composição do Governo como o seu programa não correspondem às necessidades da presente situação política, económica, financeira e social do País.

O Governo assim formado não está em condições de resolver os gravíssimos problemas que o País defronta. É previsível que a situação continuará a agravar-se. Os novos sacrifícios

exigidos ao povo e ao País não conduzirão à saída da crise. A base social de apoio do Governo será cada vez mais reduzida.

Diferentemente do que se procura fazer crer e do que é anunciado, não passará muito tempo sem que se reponha a necessidade de considerar a formação de um novo governo e a definição de uma nova política, que responda de facto aos anseios do Povo português e às necessidades reais de Portugal.

A composição do Governo

2. A composição política do novo Governo na base de uma coligação PS-CDS provoca justa indignação e justificada inquietação nas classes trabalhadoras, nas massas populares e nos sectores democráticos, incluindo no interior do PS.

O CC do PCP considera que os dirigentes do PS cometeram um erro histórico preferindo uma coligação com o grande capital e o partido da extrema-direita parlamentar a um entendimento com os trabalhadores e o seu partido de classe — o PCP. Incorrem numa pesada responsabilidade abrindo as portas do Poder aos dirigentes de um partido que votou contra a Constituição e inscreve no seu programa o propósito de destruí-la e em cujos órgãos dirigentes, quadros e forças de apoio há numerosos fascistas e elementos reaccionários saudistas do regime derrubado pelo 25 de Abril.

O PCP sublinha a particular gravidade da entrega ao CDS das pastas dos Negócios Estrangeiros e do Comércio (incluindo o Comércio Externo), assim como de um agora criado Ministério da Reforma Administrativa, espécie de superministério, com largos poderes

de fiscalização, intervenção e tutela nos vários ministérios, na Função Pública e em todo o aparelho do Estado. Com as cinco secretarias de Estado que lhe foram entregues, o CDS reforça o controlo sobre o Ministério do Comércio e toma importantes posições no MIT, MAP, MEC e Obras Públicas.

O PCP considera positivo que tenham deixado de pertencer ao Governo alguns ministros e secretários de Estado, cuja actuação contra o povo trabalhador e contra as conquistas da Revolução se tornou particularmente odiosa, como é o caso de Barreto e Portas. Mas permanecem outros (como Gonelha e Cardia) que em 16 meses se mostraram particularmente diligentes para provocar conflitos e para agravar os problemas no âmbito dos respectivos ministérios.

A fórmula política de coligação PS-CDS, a distribuição dos cargos e muitas das pessoas designadas indicam que este Governo, tal como o anterior e ainda mais que o anterior, não é o Governo que corresponde às exigências da situação nacional presente e à necessidade de dar solução aos problemas existentes.

O Programa do Governo

3. O Programa do Governo apresentado à Assembleia da República não dá resposta adequada aos graves problemas existentes, designadamente os de natureza económica e financeira.

O Programa insiste numa política rotineira, revelando falta de imaginação, de iniciativa e de confiança nos recursos e energias nacionais. Os dirigentes do PS mostraram-se incapazes de autocrítica em relação ao fracasso da política anterior e de tirarem as lições das desastrosas consequências para o País da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. No essencial, o Programa repete e agrava as linhas de orientação cuja aplicação prática, em 16 meses de gestão do Governo PS, se mostrou incapaz de conduzir à saída da crise.

O Programa faz apenas ligeira referência aos sectores não capitalistas criados na economia portuguesa. Não dá a garantia formal do respeito pelos limites actuais das formações económicas. Quase ignora a Reforma Agrária. Aponta esquemas que põem em causa os sectores e empresas nacionalizadas (criação de sociedades de investimento e de desenvolvimento regional, reprivatizações, etc.). Consagra apenas uma página ao sector de propriedade social. Abandonando o Programa PS e anunciando a revisão do anterior plano a médio prazo, toma do Programa CDS o primado do sector capitalista, a cujos interesses fica submetido o sector público. O Programa visa manifestamente a restauração do poder do grande capital sobre a economia nacional e sobre o aparelho do Estado.

O Programa faz também cedências manifestas às tendências separatistas do PPD e do CDS no que respeita aos Açores e à Madeira, contra os interesses das populações respectivas e da unidade e integridade territoriais.

Anunciam-se novos sacrifícios impostos ao povo trabalhador (contenção de salários, subida de preços incluindo os do cabaz de compras, despedimentos, agravamento do desemprego, etc.) e novas concessões ao grande capital entre as quais as indemnizações (mobilização das indemnizações

provisórias, entrega aos capitalistas de participações do Estado, etc.).

As pequenas e médias empresas serão condenadas como no tempo do fascismo, à ruína e à falência, através dos esquemas da política de crédito, da política industrial e agrícola e «adaptações» feitas a pretexto da futura integração no Mercado Comum.

O Programa do Governo insiste em querer identificar recuperação económica com recuperação capitalista, quando é certo que a recuperação capitalista impede de facto a recuperação económica do País.

No que respeita ao objectivo financeiro prioritário da redução dos défices das balanças comercial e de pagamentos, o Programa repete e agrava medidas do Governo anterior, incluindo a desvalorização do escudo, cujos nefastos resultados para o comércio externo e para a subida dos preços, o ano de 1977 claramente provou.

A estratégia de desenvolvimento submete-se à miragem da integração no Mercado Comum e a uma real subordinação ao poder económico do imperialismo, ao agravamento das condições de dependência, o que, em matéria de política externa, se traduz também na adopção de linhas que contrariam o desanuviamento, a cooperação internacional e a independência nacional.

O Programa retoma as velhas concepções vindas do tempo do fascismo acerca da expansão da produção nacional na base de exportações, o que servia e servirá novamente para acentuar a dependência em relação às multinacionais e aos mercados imperialistas.

Os empréstimos externos aparecem no Programa como a única saída para as dificuldades actuais e muitas das grandes linhas da política económica correspondem à aceitação das imposições do FMI, com efeitos devastadores para o futuro da economia e da independência de Portugal.

O Programa é uma expressão flagrante da orientação errada de uma política e da incapacidade da coligação PS-CDS para fazer sair Portugal da crise.

Atitude futura do PCP

4. O PCP concluiu que, com tal Governo e tal política, é previsível que a situação continue rapidamente a degradar-se. Vultosos empréstimos externos poderão adiar o momento da ruptura financeira, mas acentuarão ainda mais os desequilíbrios e carências reais da economia portuguesa, multiplicarão os encargos e obrigações externos e virão provocar, num prazo relativamente curto, novos momentos críticos, numa situação de dependência económica e financeira agravada que cerceará ainda mais a capacidade de decisão livre de Portugal.

O novo Governo pretenderá atribuir os seus inevitáveis fracassos aos trabalhadores e às forças que se oponham à sua política e tenderá consequentemente a recorrer de forma crescente a medidas administrativas e repressivas e (como

o Programa do Governo anuncia) à «regulamentação» das liberdades e direitos dos cidadãos, visando a sua real restrição. Franqueadas as portas do Poder, o CDS procurará infiltrar-se em zonas nevrálgicas do aparelho do Estado (governos civis, meios de comunicação social — jornais, rádio e televisão, etc.), colocando homens da sua confiança em lugares-chave e minando por dentro o regime democrático.

O PCP opor-se-á firmemente a tudo quanto vá contra os interesses dos trabalhadores, contra o regime democrático, a Constituição e o futuro independente de Portugal.

O PCP como sempre tem feito acompanhará atenta e objectivamente todas as medidas e posições do Governo e definirá no concreto, em cada caso, a atitude a tomar.

A política a adoptar

5. O PCP insiste em que, para a saída da crise e a solução dos problemas económicos e financeiros, é indispensável deter a ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que tem causado profundas perturbações no processo produtivo, e promover um grande esforço nacional, baseado fundamentalmente nos recursos e energias internas.

Impõe-se a expansão de produção sobretudo nos sectores onde foram elevadas as componentes internas. Impõe-se aumentar vigorosamente a produção nacional de produtos actualmente importados, industriais e agrícolas. Impõe-se uma grande batalha para reduzir consumos, a começar pelos consumos sumptuários, pelos desperdícios e pelo esbanjamento de recursos daqueles que auferem altos rendimentos. Impõe-se o aumento das

exportações através da diversificação e correcta condução das relações externas.

O CC salienta que, nas condições existentes, tais resultados só poderão ser alcançados desde que sejam respeitadas as formações não capitalistas, as conquistas da Revolução portuguesa, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão, as cooperativas, unidades colectivas de produção e empresas autogeridas, observando-se igualmente as condições de funcionamento da formação capitalista da economia portuguesa.

A vida confirmará que estas grandes linhas de orientação correspondem inteiramente às urgentes necessidades nacionais. A salvação da economia portuguesa, do regime democrático e da independência nacional acabarão por impô-las.

Unidade, organização e luta do povo e dos democratas

6. O PCP terá uma intervenção construtiva na Assembleia da República através do seu Grupo Parlamentar e junto dos outros órgãos de soberania.

O PCP, na sua intervenção na vida nacional, exercerá as liberdades e direitos consagrados na Constituição e que ninguém pode legitimamente contestar.

Com a classe operária e as massas populares, o PCP continuará a intervir em todos os sectores da vida nacional, dando a sua contribuição, o seu trabalho, as suas energias para a solução concreta dos problemas do Povo e do País.

O PCP, assinalando as graves consequências que a composição e o Programa do Governo de coligação PS-CDS permitem prever, indica a necessidade de os trabalhadores e os mais variados sectores da população atingida pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, fazerem diligências imediatas junto do Governo, expondo os seus problemas e reclamando solução para eles.

O PCP sublinha a necessidade de se fazer frente com coragem e tenacidade às ofensivas e violências reaccionárias e patronais e de defender firmemente as reivindicações e direitos dos trabalhadores e da população laboriosa e as conquistas da Revolução.

O CC do PCP sublinha a importância decisiva da unidade dos trabalhadores e dos democratas.

Eleições nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nas comissões de moradores e outras organizações populares e nas escolas, iniciativas de massas, o desenvolvimento do movimento e organização de classe dos pequenos e médios agricultores, a cooperação de democratas de variadas tendências em numerosos sectores da vida nacional designadamente nas Autarquias, são índices esclarecedores da evolução política de vastíssimos sectores da população portuguesa, no sentido da unidade em torno do ideal libertador do 25 de Abril e do projecto político nacional consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Preparar a alternativa

7. A inadaptação da fórmula e do Programa do Governo à situação nacional e a sua consequente incapacidade para resolver os problemas nacionais conduzem a uma situação muito particular: ainda o Governo não entrou inteiramente em funções e já nos mais variados sectores políticos nacionais e internacionais se fala nas hipóteses da sua substituição.

As forças reaccionárias procuram tirar vantagem da capitulação dos dirigentes do PS ante o CDS, das divisões e conflitos internos no PS, do seu enfraquecimento e da desorientação de grande parte dos seus militantes.

Dois esquemas são desde já lançados por outros partidos: ou uma próxima remodelação do Governo com o reforço das posições da direita, designadamente com a entrada do PPD; ou uma nova fórmula de Governo, abertamente de direita, fora dos processos e procedimentos consentidos pela Constituição.

Rejeitando a actual fórmula de Governo e o seu Programa, o CC do PCP chama a atenção para as manobras reaccionárias em curso.

A entrada do PPD no Governo acentuará ainda mais o seu carácter de direita e comprometerá ainda mais a solução dos problemas nacionais.

Planos que à margem da Constituição, visem determinar a composição e a política de órgãos de soberania devem ser repelidos e condenados.

O CC do PCP continua a considerar que não só é legítimo como é indispensável procurar e encontrar para os problemas soluções constitucionais. Dentro desse quadro se manterá firmemente o PCP.

Sobre a realização de eleições gerais antecipadas que, desde a reunião do CC de 31 de Julho, vem apontando como uma alternativa democrática para a crise, o PCP insiste em que não é de aceitar que órgãos de soberania, como é o caso do Governo, afirmem que não se poderiam realizar eleições porque a reacção, com um golpe de força, não deixaria que se chegasse a elas. Admitir essa ideia é admitir que não vivemos num regime democrático, mas numa situação condicionada e coagida pela ameaça da conspiração reaccionária.

O PS (que faltou aos compromissos que assumiu

perante o eleitorado) e o CDS e o PPD (em que muita gente deixou de acreditar) temem o abandono ou o abstencionismo dos seus eleitores. Não é por isso que as eleições deixam de ser um dos actos políticos capitais da democracia portuguesa e uma saída de legitimidade constitucional incontestável para uma crise política.

É necessário prever, examinar, apontar e trabalhar para uma alternativa democrática, para quando, evidenciada a incapacidade deste Governo para a resolução dos problemas nacionais, se puser na ordem do dia a sua substituição.

Nesse caso, uma alternativa democrática implicará:

— Uma nova política definida na base do respeito pela Constituição e das instituições, do respeito pelas liberdades e pelas outras conquistas da Revolução, da defesa intransigente da independência nacional, mesmo que tratando-se dum governo de gestão para eleições antecipadas.

— Um novo governo cuja composição poderá ter variadas soluções, mas que deverá estar em condições de aplicar a nova política definida.

Nas condições económicas, sociais e políticas criadas pela Revolução portuguesa, a saída da crise no quadro das instituições democráticas e da independência nacional não pode dispensar a contribuição, a intervenção, a capacidade, o dinamismo e o espírito militante e patriótico do PCP e muito menos poderá ser alcançada procurando colocar o PCP à margem da solução dos problemas nacionais.

Uma alternativa democrática para a saída da crise é possível com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, com o PCP e não contra o PCP.

A realidade portuguesa e a vontade do Povo português acabarão por determinar uma tal alternativa.

6.2.1978

O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PORTUGUESES EM DEFESA DE ABRIL

Continua a crescer a indignação em todo o País pela aliança do Partido Socialista com o CDS, indignação que se manifesta das mais diversas formas, desde moções de repúdio a abaixo-assinados, ou mesmo simples mensagens de protesto e que surge tanto a exprimir a opinião dos trabalhadores organizados nas suas associações de classe, como também de grupos espontâneos que querem marcar a sua posição.

São milhares e milhares de portugueses, em todo o território nacional e mesmo no estrangeiro, que erguem as suas vozes num clamor cada vez mais forte de protesto e apreensão por tal aliança.

• Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora

Este Sindicato, numa nota de 20/1/78, após analisar as incidências políticas duma «incidência» governamental com um partido que, como o CDS, até votou contra a própria «lei Barreto» por a considerar insuficiente para satisfazer as exigências dos grandes agrários, afirma que «o PS ao assinar este acordo e ao constituir Governo em coligação com o CDS, vira

definitivamente as costas aos trabalhadores, rasga e deita para o lixo o seu programa e as promessas feitas durante as eleições. Os trabalhadores que votaram e têm apoiado o PS sentem-se hoje, certamente, traídos e enganados pelas mentiras e compromissos com a direita dos seus dirigentes. O PS é responsável perante a História, perante o País e os trabalhadores pelas graves consequências que esta sua atitude pode trazer para a defesa das conquistas do 25 de Abril e para a salvaguarda da própria democracia», concluindo que «se a Reforma Agrária e as demais conquistas

dos trabalhadores têm sido defendidas, não é agora que serão destruídas».

• Emigrantes em Euskirchen (RFA)

Da República Federal Alemã um grupo de 67 emigrantes enviou um abaixo assinado a sublinhar uma moção de protesto datada de 1/2/78 e onde, como patriotas ausentes do seu País há quase 20 anos, repudiam «esta atitude absurda e inimaginável, vesga e incorrigível de alguns membros do PS e outros que

porventura os apoiem e apoiaram na concretização deste plano antipatriótico de coligação com o CDS», recordando a todos os socialistas o velho ditado: «diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és».

• Organismo dos Bancários comunistas de Beja

Repudiando vigorosamente a aliança contranatura do PS/CDS, estes camaradas, em moção, chamam a atenção dos trabalhadores socialistas pela traição da Direcção do seu partido, ao levarem, pela mão, a direita legal ao poder.

• Operários mineiros da Mina do Lousal

Em moção de 31 de Janeiro de 1978 os trabalhadores mineiros de Lousal manifestaram a sua apreensão pela entrada para o Governo de um partido onde dominam elementos profundamente comprometidos com o fascismo e mesmo com o bombismo, afirmando a sua disposição de lutar contra qualquer política que seja contrária aos interesses dos trabalhadores.

• Operários mineiros das Minas de Sargema (Loulé)

Após considerarem que a formação de um Governo com a participação do CDS, partido que representa o patronato mais reaccionário e que votou contra a própria Constituição, apenas virá agravar as condições de vida dos trabalhadores e pôr em perigo todas as conquistas da Revolução, estes trabalhadores, em moção de 27/1/78, aprovada por unanimidade, apresentaram um protesto veemente à aliança PS/CDS.

• Firma Alumina - Porto

Numa abaixo assinado submetido por cerca de cem trabalhadores e enviado ao Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares do PCP e do PS, em 2 de Fevereiro, foi manifestado o repúdio pelo Governo PS/CDS por se considerar «atentatória a existência no Governo de homens fascistas do CDS, que votaram contra a Constituição da República e que põem em risco as liberdades democráticas a curto prazo, a economia do país e mesmo a independência nacional».

• Secretariado da União dos Sindicatos (Viseu)

Com data de 19/1/78, este Secretariado emitiu um Comunicado dirigido aos

trabalhadores de Viseu, onde se afirma, nomeadamente, que «para recuperar a economia, ao serviço das classes mais desfavorecidas, é necessário e urgente uma nova política que tenha em conta os interesses dos trabalhadores e a participação e empenhamento das suas organizações. Porém o PS, ignorando e desprezando tal realidade, enganando e traíndo os trabalhadores e demais camadas populares que nele confiaram, volta-se para a direita, faz acordos com o CDS e decide formar um governo com elementos deste Partido. A aliança do PS com o CDS significa a continuação da mesma política antipopular, desta vez ainda mais repressiva e autoritária», concluindo que «perante as negras perspectivas que se abrem, os trabalhadores, hoje mais do que nunca, devem unir-se à volta das suas organizações de classe, no sentido de defender intransigentemente os seus direitos e as suas conquistas».

e aprovada num plenário realizado no mesmo dia para eleger o Secretariado das CTs e representando cerca de 3500 trabalhadores, repudiam energicamente a formação do Governo PS/CDS pois tal Governo não vai resolver a crise económica em que o País se encontra, mas sim agravá-la, originando, por consequência, um recrudescimento dos conflitos sociais e mostram-se dispostos, com firmeza e determinação, combatendo aventureirismos, a não deixar que Portugal regresse ao passado fascista.

• Comissões de trabalhadores do Concelho de Seixal

Abrangendo a Siderurgia Nacional, Construtora Moderna, Lima Luta, Focopla, SPE, Mundet, A. Silva e Silva, Wicander, Câmara Municipal do Barreiro, Ficol e Elo, as «Comissões de trabalhadores do Concelho do Seixal, representando cerca de 11 000 trabalhadores, reunidas em plenário no Sindicato dos Corticeiros no Seixal, em 27/1/78, protestam com o mais vivo repúdio esta aliança PS/CDS encontrada pela Comissão Nacional do PS e responsabiliza a mesma pelos estragos que daí advirão para a nossa Democracia».

• Comissão de Trabalhadores da área de Sines

As Comissões de Trabalhadores da Metal Sines Condotte, AC, Mompou, Justice Fialho, EMPEC, Tónus, Gremetal, ECA e A. Veiga, em moção datada de 26/1/78

• Comissões de trabalhadores do Concelho de Setúbal

«É necessário um Governo que se debruce sobre os graves problemas nacionais, tendo em conta as conquistas de Abril; a constituição do Governo PS/CDS agrava mais a situação económica do nosso País, hipotecando a independência nacional à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores». Estas são as razões que levaram as Comissões de Trabalhadores do Concelho de Setúbal, representando cerca de 14 000 trabalhadores das empresas Construções Técnicas, Litografia Sado, Portucel, J. Antunes Frago, Setenave, Movauto, CPMC, Sapec, Urbissado, Sécil, Empreito, Torralta, Habisul, Mague e Ima a aprovarem, em 31/1/78, uma moção de repúdio pela formação dum Governo PS/CDS.

• Comissão Concelhia do PCP de Setúbal

Alertando para os perigos que podem surgir do aproveitamento do clima de repulsa pelo Governo PS/CDS, por parte de pseudo-revolucionários que, utilizando uma linguagem de esquerda, pretendem atirar os

trabalhadores contra as instituições democráticas, jogando no «tudo por tudo» e nos becos sem saída, a Comissão Concelhia de Setúbal, do PCP, numa nota de 30/1/78 alerta que «o momento é de unidade entre todos os trabalhadores, comunistas, socialistas e sem partido, realmente interessados em defender as conquistas de Abril. Essa unidade é possível e está a ser feita pontualmente».

• Organismo da Construção Civil do Barreiro, do PCP

«Os problemas do nosso País resolvem-se com os trabalhadores e não contra os seus interesses». Esta frase é a tónica duma nota do Organismo da C. Civil do Barreiro, do nosso Partido, e emitida em 3/2/78. Após analisar a situação decorrente da actual crise política e os graves problemas que se põem ao regime democrático com a aliança PS/CDS, estes camaradas chamam a atenção para as manobras divisionistas que grupelhos pseudo-revolucionários tentam desenvolver, num desespero típico da pequena-burguesia, desapaixonada e sem perspectivas, terminando com um apelo para o reforço da unidade, na construção duma alternativa democrática.

«Com Cardia no MEIC»

GOVERNO PS/CDS AGRAVARÁ A SITUAÇÃO DO ENSINO

A entrada do CDS no Governo significa a partilha das responsabilidades governamentais por um partido que votou contra a Constituição e cuja organização de juventude — a «Juventude Centrista» — participa activamente na onda de violência neonazi que se desenvolve nas escolas do Ensino Secundário — lê-se num comunicado

recentemente divulgado pelo Secretariado da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas (UEC).

Detendo-se, em seguida, nas consequências da política antidemocrática e antipedagógica do MEIC de Cardia, cuja recondução do novo Governo como ministro merece viva reprobção da esmagadora maioria dos

estudantes portugueses, o documento da UEC recorda que em 16 meses o dr. Cardia expulsou mais de 16 mil alunos de vários ramos de Ensino, encerrou e extinguiu vários cursos e escolas, liquidou vários organismos estatais absolutamente necessários a uma maior abertura e democratização do Ensino, interrompeu o grande desenvolvimento da actividade desportiva, recreativa, cultural e de convívio que os anteriores governos tinham impulsionado, através da DGD e do FAOJ.

Verdadeiramente desastrosa para a juventude estudantil, a política do MEIC será agravada com a manutenção de Cardia à frente do Ministério, do qual também agora fazem parte «personalidades» do CDS.

Mas não será com conformismo e passividade que os estudantes portugueses encararão tal situação. Pelo contrário, o desenvolvimento e a crescente força e influência da corrente unitária no movimento estudantil (bem expressa nas vitórias em nove das doze eleições para a gestão, recentemente realizadas na Universidade) evidenciam as amplas perspectivas de acção e de combate à «nova» acção da política antiestudantil, anti-juvenil e reacção do Governo PS/CDS.

Por falta de professores

CONTINUAM SEM AULAS 670 ALUNOS DO 1.º ANO DE LETRAS DE LISBOA

Uma das difíceis situações criadas na Faculdade de Letras de Lisboa pelo problema da falta de docentes e pela recente imposição de um plano de reestruturação elaborado pelos responsáveis do MEIC é a dos 670 alunos do 1.º ano que, passados quatro meses sobre o início do ano escolar, se encontram praticamente sem aulas.

professores e turmas suficientes para o levar à prática.

Por outro lado, alertam todos os seus colegas para a possibilidade de existência de um «cerco» à Faculdade, nomeadamente ao seu Departamento de História. «Só assim se explica — afirmaram — que existam cursos paralelos a funcionar na Universidade Nova de Lisboa, para onde já se viram obrigados a «fugir» 50 dos alunos inscritos no 1.º ano da FLL.»

Não se opondo frontalmente ao plano do curso, a situação dos 470 estudantes de Línguas e Literaturas Modernas inscritos no 1.º ano é diferente. O seu problema incide principalmente na falta de docentes. Segundo foi salientado na conferência de Imprensa, o Conselho Científico da escola, sem desmentir a existência de verba suficiente para contratar os docentes necessários, parece querer optar por uma «solução» que os estudantes repudiam firmemente. Trata-se de um novo «numerus clausus», a nível interno, para reduzir o número de inscritos nos grupos Inglês/Alemão de 470 para 200!

Entretanto, as comissões de alunos do 1.º ano serão recebidas amanhã pelo Conselho Científico da Faculdade.

Trabalhadores-estudantes MAIS ADESÕES AO II ENCONTRO NACIONAL

Segundo refere um comunicado divulgado pela Comissão Organizadora, aderiram ao II Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes (TE's) mais seis estruturas juvenis. O Departamento de Juventude da União dos Sindicatos de Évora, a Comissão de Delegados de Turma da Escola Preparatória Aurelio de Sousa, o organismo de trabalho da Escola Industrial e Comercial do Cacem,

a Associação de Trabalhadores-Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Espinho e a Delegação da Comissão de Juventude de Évora do Sindicato dos Ferroviários do Centro.

Entretanto, prossegue activamente, em todo o País, a preparação do Encontro — marcado para 5 de Março — tendo-se já iniciado os debates sobre os documentos-guia e a eleição de delegados.

Ensino Secundário e Superior

A UNIDADE TAMBÉM VENCE NAS ESCOLAS!

A alcançar, fortalecer e levar à prática a unidade é uma das condições essenciais que se coloca a todos os estudantes progressistas na luta pela defesa dos seus justos direitos e reivindicações, pelo reforço do Movimento Associativo (MA) e pela concretização de aspirações há muito sentidas pela massa estudantil.

Conscientes desta necessidade, os estudantes do Ensino Superior e Secundário, rejeitando as manobras dos grupelhos reaccionários e esquerdistas, cujos objectivos são idênticos, têm demonstrado, cada vez com mais evidência, a sua confiança e apoio à unidade e às organizações que para ela contribuem, em particular, a União dos Estudantes Comunistas (UEC).

Os resultados das últimas eleições escolares, tanto no Superior como no Secundário, comprovam as nossas palavras. Aqui ficam alguns exemplos.

Na Faculdade de Direito de Lisboa — transformada após o 25 de Abril numa «sede» (provisória...) desse grupelho da extrema-direita que dá pelo nome de «MRPP/PCTP», e mais tarde num feudo da «Juventude Centrista/JSD» (para não ir mais longe...) — decorreram recentemente eleições para a Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico, registando-se uma afluência de 57 por cento. A direita, que se apresentou ao acto eleitoral através de quatro listas, esperava uma vitória absoluta para a Assembleia de Representantes. Mas tal não

(2) e por último a «B», do MRPP, com 110 votos (1).

Os docentes elegeram também uma lista unitária, única, para a Assembleia de Representantes. O acto foi um dos mais concorridos de sempre, tendo registado uma afluência de cerca de 75 por cento. A lista vitoriosa recolheu 60 por cento dos votos expressos. Nas eleições sectoriais para os Conselhos Pedagógicos dos cinco cursos da Faculdade (História, Anglo-Americanos, Germanísticas, Literatura e Filosofia) venceram também as listas unitárias.

E o mesmo aconteceu nas Faculdades de Farmácia e Economia da Universidade de Coimbra. Na primeira, tanto para a Assembleia de Representantes como para o Conselho Pedagógico, foram eleitas listas unitárias de esquerda, entre docentes, funcionários e estudantes. A esmagadora maioria dos professores e funcionários da Faculdade de Economia também deu o seu apoio às listas únicas, de unidade. Entre os alunos, apresentaram-se três listas para a Assembleia de Representantes. Venceu a «B», unitária de esquerda, com 2 566 votos, correspondentes a 11 lugares. A «A», afecta à JS e apoiada pelos meninos do «chefe», recolheu 135 votos (6). A lista da extrema-direita, CDS-MIRN, ficou com 86 (3). As mesmas três listas

concorreram ainda ao Conselho pedagógico, tendo-se apurado os seguintes resultados: «B», 255 votos (2 lugares); «A», 136 (1); e «C», 86 (nenhum lugar).

Obtendo 68,76 por cento dos votos expressos, a lista «A» concorreu às eleições para a direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCA) do Porto, também assegurou um importante triunfo das posições democráticas e unitárias, recolhendo 245 votos. Além da «A», proposta pela anterior direcção, concorreu a lista «B», constituída por elementos affectos ao PPD e CDS, que obteve 109 votos.

Entretanto, nas eleições para a Associação de Estudantes da Escola do Magistério Primário de Viana do Castelo, a lista unitária de esquerda, a única apresentada, recebeu o apoio de 87 estudantes, tendo-se registado 57 abstenções. A directora da escola ainda tentou boicotar a realização das eleições.

A unidade também triunfou na Escola Técnica «Gago Coutinho» de Alverca. Nas eleições para a Associação de Estudantes e para o Conselho Pedagógico saiu vencedora a lista constituída por estudantes independentes de esquerda («B»). Participaram no acto 90 por cento do total dos estudantes.

4 de Fevereiro

UMA DATA QUE PERMANECE VIVA ENTRE O POVO ANGOLANO

O povo angolano comemorou, este ano, o 17.º aniversário do início da luta armada contra o colonialismo português, que se verificou com o levantamento popular de 4 de Fevereiro de 1961. Esta data foi igualmente recordada em Portugal, onde várias iniciativas assinalaram a passagem do aniversário.

Foi na madrugada de 4 de Fevereiro que grupos de patriotas lançaram um ataque às prisões de Luanda onde estavam presos inúmeros angolanos que lutavam pela independência do seu país. Ao mesmo tempo ocorriam manifestações populares nas ruas de Luanda e noutros

pontos de Angola, exigindo a independência.

A feroz repressão do governo fascista de Salazar não tardou. Todos os processos foram utilizados para tentar esmagar a luta do povo angolano, conduzida pela sua vanguarda revolucionária, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Mas os esforços desesperados do colonialismo português iriam chocar-se com a determinação de um povo empenhado em acabar com a opressão e conquistar a independência. A luta pela libertação estender-se-ia, pouco tempo depois, às restantes colónias que

o regime fascista português oprimia.

Foram longos anos de luta. Em Angola, o MPLA e o povo angolano para além de confrontarem o colonialismo português tiveram ainda que combater os laçãos do imperialismo subvencionado no intuito de assegurar o futuro a exploração e desentreada dos trabalhadores e das riquezas nacionais, combate que se manteve depois de concretizada a independência a 11 de Novembro de 1975, até à aniquilação dos laçãos apoiados directamente pelo Zaire e pelos racistas sul-africanos.

Em Lisboa, a comemoração do 4 de Fevereiro decorreu no sábado passado no Teatro Vasco Santana. Estiveram presentes o membro do Conselho da Revolução, Pezarat Correia, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, Gualter Basílio, deputado do PS, o antigo secretário de Estado Rui Grácio, o ex-embaixador de Portugal na ONU, José Manuel Galvão Teles, entre outros.

Daniel Matos, da Associação Portugal-Angola, e Silas Cerqueira, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, traçariam a história dos acontecimentos



O camarada Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola e do MPLA — Partido do Trabalho

de 4 de Fevereiro de 1961, analisando posteriormente as actividades do MPLA-Partido do Trabalho e as relações entre Portugal e Angola.

Daniel Matos salientaria ainda no campo da cooperação com a República Popular de Angola muito há a fazer ainda para o cumprimento integral da Constituição. Cooperação entre os dois Estados — acrescentou — é coisa que não se tem visto.

Mais adiante declarou: Apesar das apreensões que há pouco enunciei devo clarificar que encaramos o futuro com esperança. Conhecemos o pedido de «agrément» para a nomeação do primeiro embaixador da RPA em Portugal, camarada Adriano Sebastião. Estamos pois esperançados que após a efectiva troca de embaixadores muitos dos problemas pendentes serão resolvidos satisfatoriamente para ambas as partes.

No final foi projectado o filme sobre a tentativa de golpe reaccionário de 27 de Maio de 1976.

NO BARREIRO

Por iniciativa da Associação Portugal-Angola e da Comissão de Unidade de Trabalhadores da ex-CUF, Quimigal EP, decorreu na Casa da Cultura dos Trabalhadores a comemoração do 4 de Fevereiro.

Durante a tarde de sábado antes da projecção do filme «Sambizanga» e de uma sessão de poesia angolana e canto livre foi recordada a data do levantamento armado do povo angolano.

EM SETÚBAL

O MDM e o Círculo Cultural de Setúbal assinalando o 4 de Fevereiro realizaram várias iniciativas que se traduziram essencialmente numa homenagem à mulher africana pelo apoio prestado à luta de libertação. Ao mesmo tempo, foi recordado que a 3 de Fevereiro de 1969 Eduardo Mondlane, presidente da Frente Moçambicana, assinado por agentes do colonialismo português e que a 20 de Janeiro de 1973, os mesmos agentes assassinavam Amílcar Cabral.



Uma realidade de Angola: o apoio popular ao MPLA — Partido do Trabalho

NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO POPULAÇÕES CONSTROEM O FUTURO NO CAMINHO QUE ABRIL ABRIU

Em duas freguesias próximas de Viana do Castelo, Santa Marta de Portuzelo e Vila Fria, registaram-se importantes modificações na sequência da expulsão dos fascistas das respectivas autarquias. Quem lá for pode comprová-lo. Longe vai o tempo em que «o médico ia às costas dos camponeses visitar os enfermos»; em que estes tinham de sair da cama e ir às costas ao encontro do senhor doutor que se recusava a enterrar os pés na água e na lama; em que os cristãos de Vila Fria iam para a igreja de tocha e galochas para não se atolarem; em que «a GNR multava as pessoas que punham roupa a secar nas oliveiras do senhor corregedor, plantadas num baldio».

É certo que muito há ainda a fazer. Todavia, o povo sente que os tempos mudaram depois da madrugada libertadora e confia na superação das dificuldades levantadas por meio século de fascismo. Alguns caciques ainda rabiam. Mas cada vez mais isolados. Abril já não é só uma promessa. É uma verdadeira vacina que os há-de fazer desaparecer. A maioria dos eleitores das duas freguesias confirmaram, em Dezembro de 76, o seu apoio ao trabalho realizado por homens progressistas que integravam as Comissões Administrativas democráticas empossadas dois anos antes, dando a vitória a uma lista unitária, em Santa Marta do

Portuzelo, e à da FEPU, em Vila Fria. Para desespero dos caciques daquela terra, que não comeram o cabrito, não beberam o champagne, não deitaram foguetes e não puderam assaltar e espancar um rebanho em luta contra o senhorio rico, um conhecido urologista português.

CONTRA VENTOS E MARÉS ABRIL CHEGOU E VENCEU

Em Dezembro de 1974 foram empossados homens honestos para as Comissões Administrativas das Juntas das duas freguesias, entre os quais

se incluíam militantes do nosso Partido. Actualmente, ambas são presididas por comunistas — o camarada Luís Gonzaga, em Santa Marta do Portuzelo; camarada Manuel Fagundes Aluim, em Vila Fria. Ali, a população sentiu a breve trecho os frutos da madrugada libertadora, contrariamente ao que sucede em muitos locais onde ainda persiste um poder local reaccionário.

Vencendo múltiplos entraves burocráticos e de frontando-se com complexos problemas herdados de meio século de fascismo, aquelas duas autarquias serviram de avanço para a satisfação de numerosas aspirações populares e das suas

organizações. Significativamente, o nome de muitos dos melhoramentos realizados tem nomes como: «Caminho do 25 de Abril» (o primeiro a ser reparado, em Santa Marta); «Fonte do Povo»; «Tanque do Povo»; «Bica da Liberdade»; «Caminho da Unidade», etc., como pode ser comprovado por quem percorra aquelas duas localidades do concelho de Viana do Castelo.

Numa e noutra, pode dizer-se sem receio de desmentido que se fez mais nos últimos três anos do que nos quase 50 anos de ditadura terrorista dos monopólios e dos latifundiários, associados ao imperialismo.

Em Santa Marta do Portuzelo, com o apoio entusiástico das sete comissões de moradores existentes, foram calcetados seis quilómetros de caminhos, construídos três tanques, três fontanários e dois parques infantis. Com a participação de camponeses interessados, foram feitos três tanques para armazenamento de água, com capacidade de 15 mil litros, cada. Além de contribuir com cerca de 420 contos, a população participou em numerosas jornadas de trabalho voluntário. Por exemplo, os três tanques-lavandouro foram feitos em 27 dias por mais de uma centena de pessoas.

Em Vila Fria, entre outras realizações, foi conseguido um edifício pré-fabricado para resolver, temporariamente a falta de salas de aula; construído um lavadouro no Lugar de Sabariz; terraplanando o recinto da Junta de Freguesia, adaptada uma sala do edifício da JF para as aulas das crianças em idade pré-escolar, assim como um alpendre feito no mesmo edifício para abrigar as crianças; foi melhorado o fornecimento de água para os lavadouros do Junqueiro e Monte da Oia; feitos dois caminhos de grande extensão, no Monte da Oia e Junqueiro; um troço de caminho, em Sabariz e pavimentada a estrada que liga a igreja à Fonte Seca (a tal que tinha de ser percorrida de galochas e tochas pelos fiéis). Por outro lado, foi construído um pequenos parque infantil no largo da Junta, pintado o cemitério paroquial e construída uma pequena arrecadação para guardar material e o carro funerário. Numa das salas da JF foi posto a funcionar um posto médico e construído um Posto Médico, inaugurado em 25 de Abril de 77, 3.º ano da Revolução como assinala uma placa lá exposta.

Na visão do senhor Director-Geral do Serviço de Emprego, as mulheres são apresentadas como as rivais, as competidoras do trabalho dos homens, como se o problema do emprego e do desemprego fosse decorrente da guerra entre os dois sexos e não de uma questão de desenvolvimento e organização económica e social.

E o documento do MDM finaliza acentuando: Mantendo-as unicamente nas suas funções tradicionais de esposas e mães, não lhes reconhecendo de facto o seu trabalho, a sua função na sociedade será a de reproduzir a força de trabalho dos outros membros da família e a de dar ao mundo, educar e preparar novos produtores, poupando assim ao Estado e aos patrões as despesas de infraestruturas colectivas que, sem remuneração nem horário, elas substituíam. Vamos dizer não à solução milagrosa do desemprego das mulheres! Vamos lutar pelo nosso direito ao trabalho, nas melhores condições! Exijamos o cumprimento da Constituição!

direita tiveram um retrocesso nas autarquias, que se pode considerar acentuado. Enquanto o PPD e o CDS obtiveram, respectivamente 206 e 55 votos, nas eleições para as autarquias a única lista da direita, proposta pelo PPD, não foi além de 203. Por outro lado, o PS não conseguiu formar qualquer lista, levando uma parte do seu eleitorado a apoiar a lista da FEPU que obteve 320 sufrágios, o que excede largamente a votação alcançada pelos partidos que a integravam (PCP-74; FSP-11). O MDP havia sido o partido mais votado para a Constituinte, alcançando o primeiro lugar com 395 votos.

Em Santa Marta do Portuzelo os resultados das eleições para as autarquias traduziram-se num acentuado recuo da influência dos partidos da direita reaccionária (PPD e CDS) — recordo-se que ambos perderam em todo o distrito de Viana, respectivamente 6805 e 4709 votos. Por seu turno, o PS perdeu 7209 votos no distrito e 387 sufrágios em Santa Marta. Ali a Lista unitária, presidida por um comunista, alcançou o primeiro lugar com 676 votos, seguida pela do PPD, com menos nove votos, e pela do PS com 281. Registe-se que, nas legislativas, o Partido e a FSP, tiveram respectivamente 264 e 25 votos.

O dia 12 de Dezembro de 1976 havia sido escolhido pelos caciques de Santa Marta do Portuzelo como o «dia da vingança e da desforra». Planearam uma onda de

isolados. Dois deles, provenientes de uma freguesia próxima, de Serralejo, foram curtir as mágoas para um café, onde se puseram a brincar com dois revólveres, que não se cansavam de exhibir e cuja utilização era óbvia. Porém, um deles disparou-se e atingiu o outro «aprendiz de jagunço», que teve de ser assistido no hospital. Embora, segundo se diz, a GNR tenha afirmado ter tomado conta da ocorrência, o certo é que aquele processo levou sumiço, já que ainda não se fez o julgamento daquela violação da lei que determina a proibição de uso de armas de fogo, nos dias de eleições. O que se passa?

CONSTRUIR UMA TERRA VIRADA PARA O PROGRESSO

Com a retirada aos fascistas das posições que ocupavam na Junta de Freguesia inicia-se uma caminhada na senda de Abril que, inevitavelmente, teria de se bater contra os privilégios dos caciques. É assim que, no Lugar de Samonde, em Santa Marta do Portuzelo, se apurou que dois caciques se tinham apropriado de água pública, feito a respectiva canalização para a venderem aqueles que dela necessitavam. A vigância descobriu-se e os canos foram levantados, tendo sido encaminhada a água para depósitos estanques, a fim de ser colocada ao dispor da população.



As necessidades imediatas da população resolvidas com a participação popular

MDM toma posição DENUNCIADO O «MILAGRE» DE COMBATER O DESEMPREGO COM O DESEMPREGO DAS MULHERES

O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas (MDM), perante a gravidade das declarações recentemente tornadas públicas pelo Director-Geral do Serviço de Emprego a um órgão de informação, divulgou um documento acerca do trabalho feminino destinado a rebater essas graves declarações de um cidadão que ocupa um cargo de responsabilidade na Administração Pública.

Na citada entrevista e reportando-se ao desemprego, o Director-Geral do Serviço de Emprego apontava como solução para esse problema nada mais nada menos do que o desemprego das mulheres! Adiantando que tal solução seria conseguida por meio de desenoqueamento ao trabalho fora do lar — nomeadamente através de aumento dos impostos — esse responsável da Administração Pública defendeu ainda que tal desemprego viria a ser «voluntário» e acrescentou que as mulheres têm ocupação, «em princípio em casa»!

Para além de condenar estas declarações pelo que elas significam de desrespeito pela Constituição, atentando nomeadamente contra o direito ao trabalho e o princípio da igualdade e da não discriminação, o documento do MDM salienta:

Pretende assim o senhor Director-Geral do Serviço de Emprego agravar a situação de marginalização da actividade económica em que se encontram as mulheres portuguesas e adicionar mais uma discriminação às muitas que, na prática, as mulheres suportam. Não sabe o senhor director que um dos índices do progresso de uma sociedade é o grau de participação das mulheres na actividade económica. Em Portugal, e na cauda dos países europeus, a participação das mulheres na actividade produtiva é de apenas 25 por cento.

Mais adiante acentua o MDM. Para as afastar do emprego, já não bastam as reais dificuldades, já não basta a falta de infraestruturas de apoio à casa e à família — a falta de creches, infantários, escolas a tempo inteiro, cantinas, lavandarias. E preciso medidas fiscais e de seguro social, para tornar de todo em todo insuportável a vida das mulheres, e das respectivas agregações familiares.

Depois de referir que o combate ao desemprego se faz através de abertura de novos postos de trabalho, através do

desenvolvimento económico e social, o documento do MDM diz ainda:

Na visão do senhor Director-Geral do Serviço de Emprego, as mulheres são apresentadas como as rivais, as competidoras do trabalho dos homens, como se o problema do emprego e do desemprego fosse decorrente da guerra entre os dois sexos e não de uma questão de desenvolvimento e organização económica e social.

E o documento do MDM finaliza acentuando: Mantendo-as unicamente nas suas funções tradicionais de esposas e mães, não lhes reconhecendo de facto o seu trabalho, a sua função na sociedade será a de reproduzir a força de trabalho dos outros membros da família e a de dar ao mundo, educar e preparar novos produtores, poupando assim ao Estado e aos patrões as despesas de infraestruturas colectivas que, sem remuneração nem horário, elas substituíam. Vamos dizer não à solução milagrosa do desemprego das mulheres! Vamos lutar pelo nosso direito ao trabalho, nas melhores condições! Exijamos o cumprimento da Constituição!

DIREITA RECUA ESQUERDA AVANÇA

Estas transformações realizadas contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações e possibilitaram inclusive uma importante modificação da sua consciência política. A propósito, cabe referir o sentido positivo da evolução das opções eleitorais das populações de Vila Fria e de Santa Marta do Portuzelo. Na primeira, relativamente aos resultados alcançados nas legislativas, os dois partidos da



A feira de Santa Marta de Portuzelo, uma iniciativa ao serviço do povo

violência, contratando grupos de ciganos e arregimentando apunhados em freguesias vizinhas. Pensavam entrar em acção mal fossem conhecidos os resultados eleitorais. Estavam confiantes e tomaram providências para o festejar. Tinham dois frigoríficos cheios de garrafas de champagne, esfolaram e assaram cabritos, adquiriram fogo de artifício.

Ao princípio, as «coisas» pareciam correr de feição. Nas primeiras três urnas a terminar o escrutínio levavam uma vantagem de 37 votos. Todavia, esta situação modificou-se logo quando foi divulgado o resultado apurado no 1.º Assembleia, onde a lista unitária venceu com uma vantagem de 46 votos. Espontaneamente realizou-se uma manifestação para desespero dos caciques que, pouco a pouco, se viram

Este facto contribuiu para o completo desmascaramento dos caciques reaccionários e dos partidos onde se acoitam. Naturalmente, a opção de voto dos habitantes de Samonde modificou-se e levou muitos deles a votarem nas forças progressistas. Desesperados, os reacções não acharam melhor meio de os «punir» do que colocar, a mil metros daquele lugar, o seguinte letreiro: «Rússia-1 km». Isso motivou os trabalhadores que ali habitavam a comentar: «quem nos dera...»

Na mesma localidade, a construção de um parque infantil, porque atacava frontalmente os privilégios de um corregedor, que se apropriava indevidamente de um baldio onde plantou oliveiras, também teve de



Criar para as crianças uma vida mais feliz

vencer várias intimidações, designadamente da GNR. Todavia, no dia seguinte elementos da Assembleia de Freguesia, da Junta e das comissões de moradores, ao todo cerca de meia centena de pessoas, ajudadas por 14 tractores de camponeses, iniciaram as obras e num dia o Parque ficou implantado. Ali, como a fotografia mostra, brincam as crianças do lugar, que já não têm que fugir das autoridades para jogar a bola. Por seu turno, os seus familiares também já não são incomodados por utilizarem as oliveiras do magistrado como suporte dos estendadoiros...

No dia em que fomos a Santa Marta era dia de feira, que começou a ter lugar quinzenalmente, aos sábados, desde o passado dia 17 de Dezembro do ano transacto, por iniciativa do executivo da Junta de Freguesia. Nestes, como noutras decisões, o nosso camarada contou com o apoio de um eleito do PPD e a oposição de outro. De registar que, apesar da Lista Unitária ter quatro lugares na Assembleia, tantos como o PPD, só tem um elemento no executivo da J, graças à votação do único eleito do PS. Deve dizer-se, no entanto, que o tiro saiu pela culatra a quem julgava contribuir para o domínio da direita naquele órgão, já que o citado eleito do PPD tem norteado a sua conduta pela defesa dos interesses da população e contrariado frontalmente a orientação do PPD, o que lhe tem provocado alguns dissabores...

Mas voltemos à feira. Na origem da decisão da JF esteve o pensamento de procurar facilitar o escoamento dos produtos agrícolas e assegurar melhores condições para a aquisição de

produtos pelos habitantes da freguesia. Antes de se fazer a primeira feira, os reacções fizeram «trinta por uma linha» para a impedir. Divulgaram panfletos anónimos apelando à violência, ameaçaram «tocar o sino a rebate» e tentaram aproveitar-se dos sentimentos religiosos da população. Na manhã do dia 17 de Dezembro, alguns dos reaccionários postaram-se em vários cruzamentos de caminhos tentando levar as pessoas a não se deslocarem para aquilo que designavam pela «Feira dos Comunistas». Debalde. Nesse dia, como nos outros, a afluência tem sido grande e, desse modo, a Junta já arrecadou cerca de cinco contos, resultantes das taxas pagas voluntariamente pelos feirantes. Essa importância será investida em benefício da freguesia.

Muitos são os projectos daqueles dois comunistas que, juntamente com os outros homens honestos estão à frente dos destinos das Juntas de Freguesia de Santa Marta do Portuzelo e de Vila Fria. A sua concretização dependerá essencialmente do apoio que recebam ou não da Câmara e do Governo. Na sua acção correcta, desenvolvida nos últimos três anos, aqueles democratas nunca ignoraram e souberam apoiar-se na energia criadora da população que quer construir, com o apoio das forças progressistas, uma terra virada para o progresso e para o futuro. Que se constrói na unidade e com o apoio dos trabalhadores e dos camponeses dispostos a sacrificarem-se para contribuir para a liquidação de ancestrais privilégios e para a construção de uma vida melhor. Isso têm-no demonstrado e continuarão a fazê-lo. Estamos certos.

CACIQUISMO E VIOLÊNCIA DEVEM SER BANIDOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

A Comissão distrital de Bragança do nosso partido divulgou no passado dia 2 do corrente, um comunicado denunciando o impedimento por um grupo de reaccionários de uma reunião sindical, convocada para Felgar pela Comissão Organizadora do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito, visando preparar a formação da organização sindical daqueles assalariados, que são os mais desfavorecidos e desprezados da região. Como salienta o documento, «aos assalariados agrícolas presentes não foi possível debater a sua grave situação», uma vez que as forças reaccionárias e do fascismo, «mais uma vez atacaram uma das conquistas do 25 de Abril: a liberdade de reunião e de expressão. Assim, — acrescenta o comunicado — se tentou impedir a organização e a justa luta dos trabalhadores rurais do Nordeste Transmontano por melhores condições de vida, no momento em que os sindicatos já formados no Norte, lutam pela saída de leis como: salário mínimo nacional, contra os despedimentos sem justa causa e por horário de trabalho e férias».

A finalizar, a Comissão distrital de Bragança do PCP «lamenta uma vez mais para a situação antidemocrática que se vive no Nordeste e reafirma a sua disposição de continuar a defender os interesses das classes mais desfavorecidas da região e de lutar para que o caciquismo e a violência sejam banidos do distrito».

MORTOS DO TARRAFAL REGRESSAM À PÁTRIA PELA QUAL DERAM A VIDA

O próximo dia 18 constituirá certamente uma grande jornada de homenagem à resistência antifascista, aos seus heróis e mártires, quando os restos mortais dos 32 antifascistas mortos no campo de concentração do Tarrafal forem trasladados para um monumento — o ossário construído especialmente no cemitério do Alto de S. João.

Os restos mortais dos antifascistas mortos no Tarrafal chegarão a Portugal na próxima quarta-feira, dia 15, e no dia 17 estarão em câmara-ardeente, muito provavelmente no Pavilhão dos Desportos.

Nesse mesmo dia, realizar-se-á uma sessão-solene de homenagem à qual estarão presentes diversas individualidades e entidades oficiais.

O programa detalhado das cerimónias foi revelado no decorrer de uma conferência de imprensa à qual estiveram presentes membros da Comissão Executiva da Trasladação — comissão composta por destacados

militantes antifascistas, todos ex-prisioneiros do «campo da morte».

Um deles, o camarada Francisco Miguel — o último antifascista a abandonar o Tarrafal — declarou no decorrer da conferência de imprensa, a propósito do alcance da cerimónia de homenagem:

Fazendo a trasladação, prestamos uma homenagem não só aos nossos camaradas mortos, mas igualmente a todo o movimento de resistência ao fascismo.

Desde o local em que os restos mortais ficarem em câmara-ardeente até ao Alto de S. João constituir-se-á um cortejo a pé que se espera venha a ser condigna homenagem às vítimas do fascismo.

João Faria Borda — um dos residentes do Tarrafal presentes na conferência de imprensa — disse a propósito: **Essa homenagem deverá ser uma jornada de luta nacional, numa base unitária, contra o fascismo.**

No decorrer da conferência de imprensa, os resistentes antifascistas presentes salientaram ainda que essa homenagem é uma referência ao passado, uma advertência ao presente e a prova de que o fascismo existiu, sendo necessário tudo fazer para que não volte ao nosso país.

A COLABORAÇÃO DO GOVERNO DE CABO VERDE

Os restos mortais de destacados filhos do nosso povo regressam assim, a Pátria onde nasceram, onde lutaram e pela qual morreram.

O papel desempenhado para o êxito desta iniciativa pelo Governo da República de Cabo Verde foi salientado no decorrer da conferência de imprensa. Aliás, em Cabo Verde, foi até constituída uma comissão oficial a que preside o camarada Luís Matos Monteiro Fonseca, membro do Conselho Superior de Luta do PAIGC, sendo vice-presidente

desta comissão o camarada Carlos Lima Soares Miranda, membro do Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC. Ambos são ex-prisioneiros do campo do Tarrafal. Integram ainda a comissão cabo-verdeana o director-geral da Informação, o chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e um representante da vila do Tarrafal.

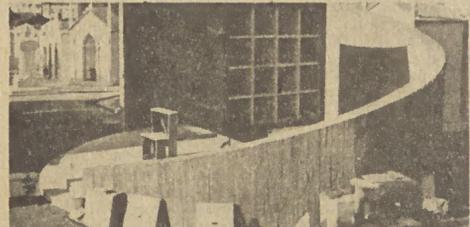
O Governo e as autoridades da República de Cabo Verde têm dado um apoio activo a esta iniciativa, nomeadamente a Manuel Alpedrinha, um dos ex-prisioneiros do campo do Tarrafal que se encontra já em Cabo Verde, preparando a trasladação.

Por sua vez, Francisco Miguel seguirá no próximo sábado para aquela ex-colónia portuguesa, a fim de acompanhar os preparativos finais da trasladação, regressando a Portugal no dia 15.

Depois de terem salientado, na conferência de imprensa, o papel desempenhado pelo Governo da República de



Aspecto do trabalho de construção do mausoléu para os antifascistas mortos no Tarrafal



Cabo Verde para o bom êxito desta iniciativa, os seus responsáveis chamaram a atenção para o facto de as entidades oficiais portuguesas, apesar de terem revelado alguma compreensão, não terem demonstrado ainda grande empenhamento neste

acto de grande significado político.

POR TODO O PAÍS

Entretanto e paralelamente, será inaugurada no dia 11, no Mercado do Povo, uma exposição documental evocativa do «campo da morte



lenta». Destacados antifascistas estarão presentes a fim de dialogarem com os visitantes que ali acoerrem.

A Comissão Promotora da Trasladação está ainda a desenvolver esforços junto das autarquias no sentido de

obter salas nas quais possa, por todo o país, efectuar sessões de esclarecimento para que o povo português saiba o que foi o Tarrafal e a luta dos antifascistas, e para que, ao tomar consciência, jamais permita que tal volte a acontecer.

Concelho da Covilhã

OS COMUNISTAS NA VANGUARDA DA DEFESA DOS INTERESSES DO POVO E DA ECONOMIA DO PAÍS

A actividade e a luta dos comunistas faz-se na defesa dos mais profundos interesses do povo trabalhador, que o mesmo é dizer, dos interesses do país e da economia nacional. A exemplo de muitas outras, a recente Assembleia Concelhia da Covilhã demonstrou o empenhamento do PCP e dos seus militantes na luta por esses objectivos, concretizada através de uma acção que cada vez mais ganha adesão e a simpatia do povo em geral.

No decorrer dos trabalhos da Assembleia foram lidas 23 intervenções, a maioria das quais por camaradas de células de empresa. Publicamos, em seguida, algumas das passagens mais significativas de quatro destas intervenções, das células das Minas da Panasqueira e da «Sã Pessoa e Irmãos», e da «Ernesto Cruz» e da «Lanofabril». As duas primeiras revelam exemplos de esforço abnegado e de persistência nessa frente de trabalho fundamental que é a organização dos comunistas nos seus locais de trabalho; as outras duas testemunham situações de luta firme e corajosa dos seus operários têxteis.

MINAS DA PANASQUEIRA

(...) A influência do nosso Partido foi durante muito tempo praticamente nula. Só em Maio, e graças à determinação de alguns camaradas, foi possível romper a apatia a que parecíamos estar votados. Em 15 de Maio, e contando apenas com dois camaradas, foi decidida a organização da célula. Inteira virado para o recrutamento, em fins de Julho, contavam-se já cinco camaradas inscritos, e durante a Campanha de Promoção «Conquistas de Abril» verificaram-se algumas dezenas de novas inscrições, tendo-se conseguido alcançar 170 por cento da meta inicialmente proposta. Pensou-se, então, estarem criadas as condições para fazer do nosso Partido o mais influente e organizado dentro da empresa, o que, pode-se afirmar, já hoje é uma realidade, pensando nós que, no entanto, ainda se está longe do que é realmente possível. Com este pensamento, e graças à integração dos novos militantes, foi possível durante este mês recrutar mais alguns camaradas. E estamos certos que continuaremos a alargar a nossa organização e influência (...)

«Sã PESSOA E IRMÃOS»

(...) Embora o papel dos comunistas, tenha sido preponderante na maioria das lutas travadas nesta empresa, muitos dos nossos camaradas não compreendiam a posição do Partido: isto devia-se ao facto de não se discutirem as posições que devíamos tomar. Entretanto, ultimamente, as linhas de orientação do nosso Partido, têm sido mais compreendidas, não só pelos militantes, mas também por outros amigos, que devido à política anti-operária levada a cabo pelo Governo PS vêem neste momento

o nosso Partido como o mais consequente defensor da classe operária. A provar isto estão algumas inscrições ultimamente verificadas, o facto de alguns amigos que antes falavam contra o Partido neste momento unirem agora os seus esforços para discutir as formas mais correctas de se opor à ofensiva patronal, como ainda a confiança cada vez maior que os trabalhadores depositam nos comunistas quando há eleições na empresa. Neste momento, os militantes comunistas, juntamente com os outros trabalhadores, estão empenhados na defesa intransigente dos postos de trabalho de 19 camaradas, que neste momento estão suspensos arbitrariamente. Apesar das dificuldades no funcionamento da célula, uma ideia tem sempre presidido às acções dos comunistas: lutar, defender e consolidar a unidade de todos os trabalhadores (...)

«ERNESTO CRUZ»

(...) Falo-vos em nome da célula da segunda maior empresa de lanifícios desta região e uma das maiores do sector a nível nacional. Empresa cuja efectivo abrange cerca de 600 trabalhadores, dos quais mais de 70% são mulheres. Desgraçadamente para os trabalhadores da nossa empresa, os problemas avolumam-se dia após dia, sendo uma constante a luta que travamos para manutenção dos postos de trabalho, dos quais vivemos exclusivamente. Como é do conhecimento geral, os trabalhadores da firma «ERNESTO CRUZ & C.ª LDA» a partir de Novembro passado, foi possível finalmente nomear uma Comissão Sindical que, posteriormente, foi alargada à Comissão de Trabalhadores, formada por gente da confiança da esmagadora maioria dos trabalhadores da empresa e da qual fazem parte alguns comunistas. Houve necessidade, por conseguinte, de clarificar rapidamente a situação alitativa em que estávamos mergulhados. Dai a necessidade de se tomarem as resoluções mais adequadas e urgentes que a situação exigia. Assim, e, entre outras, uma mercearia aqui criada, por dizer respeito a nós, comunistas. Foram então alertados da nossa grave situação, por telex, todos os órgãos do Poder. Foram igualmente alertados os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República do Partido Comunista Português e do Partido Socialista. Do Partido Socialista desvincosmos-se ainda serão vivos os seus parlamentares... o Grupo Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, o PCP, não se fez esperar. Alguns dias depois, deslocavam-se à nossa empresa uma delegação constituída pelos camaradas Hermenegilda Pereira, Severiano Falcão e Jerónimo de Sousa, onde tomaram conhecimento da gravíssima situação que affige os cerca de 600 trabalhadores. Desse contacto resultou, entre outras, a promessa de um alerta ao

País através das bancadas da Assembleia da República, acerca do nosso problema. Assim aconteceu, efectivamente, no passado dia 5 do corrente pela voz da camarada Hermenegilda Pereira, o que, orgulhosamente, aqui registámos. Da intervenção da camarada, não gostou, como outra coisa não seria de esperar, a PPD que aproveitou para destilar o seu ódio anticomunista ao proferir falsas acusações ao nosso Partido e aos seus militantes na empresa (...)

(...) Na nossa empresa viu-se uma situação alitativa devido à gestão desastrosa do patronato e à política de recuperação capitalista do Governo PS que, em vez de intervir na empresa, decidiu que ela ficasse na posse dos patrões que a levaram à falência. Hoje, corremos todos os riscos de ficar sem pão, pois nem o Governo nem os patrões dão solução para os problemas existentes, como a falta de dinheiro para pagar os salários e adquirir matérias-primas, o que faz com que a fábrica esteja a trabalhar apenas a cerca de 25% (...)

Promovido pela UJC

1.º FESTIVAL DE MÚSICA DO CONCELHO DE SINTRA

Na sequência do 1.º Festival de Música do Concelho de Sintra, realizado em 1976, com a participação de diversos conjuntos musicais, a União da Juventude Comunista promove no próximo dia 18, pelas 15 horas, no salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz, o 2.º Festival de Música do Concelho de Sintra. Tendo por finalidade incentivar o desenvolvimento artístico e criador dos conjuntos, o Festival está aberto a todos que nele queiram participar, podendo os conjuntos concorrer com dois temas. Um de música portuguesa, de autores nacionais e que terá de ser original e um tema livre. Todos os conjuntos participantes no Festival tocarão em aparelhagem expressamente cedida para o efeito. O júri será constituído por compositores e poetas

Por isso, camaradas, é preciso pensar em respostas colectivas que façam recuar o patronato (...)

«LANOFABRIL»

(...) Falar da «Lanofabril» é falar de uma luta contínua dos trabalhadores pela recuperação económica da empresa, pela garantia dos postos de trabalho, pelo pagamento dos salários. Falar da «Lanofabril» é falar da crise da indústria têxtil, pois os problemas com que hoje nos debatemos são semelhantes às situações existentes noutras empresas da região. Parante a ameaça de desemprego colectivo, que o patrão saboteador anunciava em 1976, desemprego que a verificar-se iria atingir cerca de 450 pessoas, os trabalhadores decidiram assumir a direcção da empresa. Conscientes da responsabilidade que assumiam, os trabalhadores não rogaram esforços e sacrificios de toda a ordem para recuperarem economicamente a empresa e salvar os seus postos de trabalho.

Para além das dificuldades que à partida contávamos, dado que a empresa dispunha de um conjunto de maquinaria num estado degradante, o que desde logo diminuiria a sua rentabilidade, tivemos de vencer as manobras dos patrões que se organizaram e começaram a colocar no mercado produtos a um preço mais baixo. Apesar de tudo isso, os trabalhadores conseguiram aguentar a rentabilidade da empresa. Pela sua acção, a empresa foi inter vencida (...)

(...) Nos contactos mantidos com o Governo, tivemos muitas promessas de ajudas que não se verificaram. Hoje, dois anos depois, os trabalhadores da empresa encontram-se com problemas sérios para resolver. A ameaça do regresso do antigo patrão saboteador está em risco de se tornar uma realidade, apesar das promessas do Governo PS. Numa manobra conjunta, os

técnicos da empresa são assediados com pagamento de altos salários por patrões de outras empresas. O patrão saboteador apresenta propostas de negociações que, a serem concretizadas, levariam à liquidação do controlo de gestão e ao regresso a uma situação de despedimento arbitrário e selectivo (...)

(...) O Governo PS fez tábua rasa de decisões do próprio Governo, onde se determinava que a empresa passava a regime de empresa mista, mantendo-se o controlo de gestão pelos trabalhadores. Aqui como em muitas outras empresas, o Governo PS mostrava a sua verdadeira face e o papel que representou na recuperação capitalista e na tentativa de liquidação das principais conquistas da Revolução (...)

(...) Podem estar certos os seniores do Governo da coligação PS/CDS que os trabalhadores da «Lanofabril» sabem defender e reforçar a sua unidade e organização, e encontrar na difícil luta que estão a travar os melhores caminhos para defender os seus interesses, contribuindo simultaneamente para a verdadeira recuperação económica do País.



Espectáculos em 18, 19 e 20

OS «AREA» EM PORTUGAL

Nos próximos dias 18, 19 e 20 do mês em curso, estará de novo no nosso país o grupo italiano «Area», já conhecido do público português através da actuação na primeira Festa do «Avante!» (Setembro de 1976).

Juntamente com a «Brigada Victor Jara», os «Area» estarão presentes em espectáculos promovidos pela União dos Estudantes Comunistas (UEC) nos três principais centros estudantis: Lisboa, Coimbra e Porto.

Numa nota recentemente divulgada pela SIP da UEC, sublinha-se que estes espectáculos, «pela qualidade de que se revestirão» e «pelo seu conteúdo vincadamente interveniente e progressista», não serão apenas uma «ocasião de convívio e alegria para milhares de jovens» mas também «um factor e uma expressão da mais larga unidade das massas juvenis, e dos estudantes em particular, na luta em defesa da vida nova que Abril trouxe».

Na nossa próxima edição, divulgaremos mais pormenores sobre a realização daqueles espectáculos, nomeadamente os locais em que terão lugar.

Nos Açores e na Madeira

OS COMUNISTAS NÃO ESTÃO SÓS

As regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são cada vez menos ilhas. São e continuarão a ser ilhas na sua situação geográfica, rodeadas de água por todos os lados, tal como alguns de nós aprendemos na escola; continuarão a manter as características que a geografia, a economia e a própria cultura lhes deu mas, a cada dia que passa, embora se assane o desespero dos separatistas, as ilhas aproximam-se do resto do país, tal como o Norte se aproxima do Sul, identificando-se os interesses dos trabalhadores e dos democratas que tomam consciência das suas necessidades e das suas aspirações de uma sociedade mais justa.

Sectores difíceis do país que em Abril iniciaram uma revolução, sectores para os quais Abril tardou a chegar e tarda ainda em abrir as portas da liberdade, as ilhas, como outras regiões do país, mantêm-se artificialmente separadas da vida colectiva que se modificou nestes anos de grandes transformações económicas, sociais e políticas. Liberdades limitadas, terrorismo que se intensifica, anticomunismo que actua sob a protecção das autoridades, organizações e militantes do Partido que actua ainda em semiclandestinação, tais as cores com as quais poderíamos pintar um quadro da vida actual daquelas regiões autónomas que entretanto aparecem nos cartazes de férias sob um colorido bem mais atraente.



fascismo, os caciques ainda instalados e pouco dispostos a abandonar os seus privilégios.

Em ambas as regiões as metas previstas foram excedidas em muito e aumentaram substancialmente os efectivos do Partido. Na Madeira a organização foi alargada a praticamente todos os concelhos; a UJC nasceu; reforçou-se a implantação na classe operária. Nos Açores o Partido voltou a lugares onde desde o Verão de 1975 não mantinha ligações.

Mas não é apenas o resultado numérico da Campanha que deve ser tomado em consideração. Realizada numa altura em que voltava a recrudescer o terrorismo bombista, o Partido apareceu como uma organização corajosa, fazendo face aos desmandos reacçãoários, exortando a população à resistência, encontrando eco junto dos trabalhadores e dos democratas já excedidos por uma vida em ambiente de contínuo terror e opressão.

Ampliada a organização com novos membros, mais jovens, mais mulheres, mais camponeses, estende-se a influência do Partido a mais e mais homens mulheres e jovens que hoje, mais esclarecidos, entendem participar na luta organizada por melhores dias, pelas liberdades e direitos fundamentais, dispostos a banir daquelas regiões os vestígios de um passado que perdura.

Empenhados hoje na estruturação necessária a um tal alargamento, os comunistas dos Açores e da Madeira vão continuar a bater-se pelo esclarecimento político, trazendo as ideias de justiça mais trabalhadores e democratas que poderão ter, nos enganos das campanhas eleitorais que os caciques controlaram, entregue o seu voto aos seus inimigos de classe. Na batalha de organizar e de esclarecer, vencendo barreiras de sectarismo, os comunistas ajudarão a aproximar do resto da Pátria, as ilhas que os separatistas querem entregar em mãos estranhas.

OS COMUNISTAS DA AZAMBUJA REFORÇAM ORGANIZAÇÃO

Com a presença do camarada Manuel Pedro, do Comité Central do PCP, teve lugar no passado dia 29 de Janeiro, na sede da Banda Musical da Azambuja, a 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia da Azambuja do PCP, que registou mais de meia centena de presenças, além dos convidados especiais

que representavam a UEC, a célula da Ford Lusitana e a célula da Sugal, bem como camaradas das restantes freguesias do concelho.

Depois da leitura das saudações e das intervenções dos convidados especiais, a Comissão de Freguesia cessante procedeu à leitura do relatório de actividades que, com 4 alterações propostas e aceites, foi aprovado por unanimidade.

De salientar do relatório o extraordinário êxito da Campanha Promoção das Conquistas de Abril nesta freguesia, onde a organização aumentou de 50 por cento e continua a aumentar, tendo-se registado, no decurso da sessão-começo de encerramento a inscrição no Partido de mais 9 camaradas.

Mais a eleição, por unanimidade, da nova Comissão de Freguesia, interveio o camarada Manuel Pedro, tendo focado com maior relevo o problema da luta contra o «esquerdismo», bastante activo localmente e a necessidade do Partido se empenhar a fundo no trabalho unitário, nas empresas e na freguesia. Da parte da tarde, com a presença de cerca de 200 pessoas, realizou-se uma sessão-começo de encerramento, na qual o camarada Manuel Pedro voltou a falar referindo-se de novo à necessidade do combate ao «esquerdismo» como uma das acções fundamentais a desenvolver na situação local.

CÉLULA DA PORTUCEL REÚNE EM ASSEMBLEIA

Na passada sexta-feira, reuniu no Centro de Trabalho de Setúbal, a Assembleia da Célula do Centro de Produção Fábrica de Setúbal da PORTUCEL (ex-SOCEL), para debater problemas de organização, situação social da empresa e encontro das nacionalizadas.

Após a leitura de cartões, feita pelos camaradas Caboz e Barnabé, ambos do secretariado da célula e também membros da Comissão de Trabalhadores da empresa, o camarada António Santo fez a análise da situação política, que foi seguida com atenção como o viria a provar o interessante debate que se lhe seguiu.

Na mesa que presidiu à Assembleia encontravam-se os camaradas António Santo, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Setúbal e Valdemar Santos, da Comissão Concelhia de Setúbal, além dos camaradas do secretariado da célula da empresa. Embora haja grande dificuldade em reunir

CONFERÊNCIA DAS NACIONALIZADAS O problema também é teu! Contamos contigo — apelam os trabalhadores preparando a Conferência

Começam a chegar ao organismo central encarregado de reunir os materiais para a Conferência os primeiros relatórios de sectores. Em todas as Organizações Regionais do PCP o trabalho sobe à um escalão superior com a participação crescente dos trabalhadores e técnicos das empresas nacionalizadas, filiados e não filiados no Partido. A preparação da Conferência das Organizações do PCP sobre a Dinamização do sector Nacionalizado entra na sua fase decisiva. Nas empresas circulam apelos à participação de todos: «Estamos discutindo propostas de solução para os problemas da nossa empresa! O problema também é teu! Contamos contigo».

Da DORA (Alentejo)

chegam-nos os primeiros dados estatísticos, ainda provisórios e muito parciais, mas já significativos. No período de 16 de Dezembro a 14 de Janeiro findos realizaram-se no âmbito daquela Organização Regional 29 reuniões em empresas com 368 presenças e elaboração de 17 relatórios provisórios. Isto no Alentejo onde não abundam as empresas nacionalizadas e num período em que apenas começavam as reuniões alargadas, em que a preparação da Conferência estava ainda mais ou menos confinada ao interior do Partido.

discussão sobre o funcionamento e a melhoria dos serviços, nomeadamente a actualização do material e projectos de fusão dos CTT com os TLP onde também já há um documento elaborado. O trabalho de preparação prossegue também na EDP (Electricidade de Portugal) CP e sector de Transportes em geral, Raiolex e UTIC. No Barreiro e no distrito de Setúbal o trabalho está muito adiantado, nomeadamente na CP, na RN (Rodoviária Nacional), nos sectores de metalomecânica e da química. Em todos os sectores foram contactados quadros técnicos que demonstram boa receptividade à participação nos trabalhos preparatórios da Conferência. Há já quadros não filiados no Partido integrados em grupos

de trabalho. Alguns temas de reflexão foram indicados: diminuição dos custos e dos gastos; aumento da eficiência e dinamização das empresas e sectores nacionalizados; participação dos trabalhadores e exercício efectivo do controlo de gestão; problemas decorrentes da demitilação dos sectores público e privado.

Embora a intensidade do trabalho tenha de aumentar, muitas células estão a participar activamente. Entre outros, o caso da Lisnave é um bom exemplo. Já há muitos dados recolhidos e iniciou-se a elaboração dos documentos finais. Muitos trabalhadores e técnicos não comunistas participam nos trabalhos.

Bancos e Seguros também avançam. A Célula do PCP no Crédito Predial Português divulgou um documento bem

elaborado sobre a Conferência, explicando os seus objectivos e revelando os perigos que ameaçam o sector nacionalizado. Um bom comunicado é também o da Célula da Companhia de Seguros Fidelidade elaborado dentro do mesmo género do anterior. No Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa também saiu um comunicado da Célula «pela consolidação das nacionalizações» e pela «reestruturação da banca», convidando «todos os trabalhadores, nomeadamente os quadros técnicos interessados nas nacionalizações a participarem, lado a lado com os comunistas, individual ou colectivamente», a fim de serem encontrados os «caminhos correctos para a defesa e consolidação da nacionalização da banca, que passa necessariamente pela sua reestruturação».

O Executivo do Organismo de Direcção dos Trabalhadores de Seguros de Lisboa do PCP emitiu por sua vez um comunicado sob o título «Faremos as Sementes das Empresas Nacionalizadas», afirmando

o dado passo: «Os trabalhadores de Seguros desempenham papel determinante na luta pela nacionalização de mais de 70 por cento da indústria (seguradora). Cabe portanto aos trabalhadores a grande responsabilidade de, contribuindo para a consolidação desta importante conquista, apresentarem sugestões e propostas para a dinamização económica do sector. Esta tarefa só é possível com a participação e empenhamento de todos os trabalhadores de Seguros».

Com intensidade maior ou menor, o trabalho de preparação decorre em quase todos os bancos e companhias de seguros e nos outros sectores como a energia, metalomecânica, indústria naval, transportes, pescas, cimentos, celulose, indústria química, siderurgia e turismo. Os esforços são grandes. Mas têm ainda de crescer e crescer sempre para que a Conferência constitua mais uma grande realização do PCP em defesa do interesse nacional, do interesse de todos os trabalhadores.

Ferreira Soares foi assassinado há 36 anos

CENTENAS DE PESSOAS EVOCARAM A SUA MEMÓRIA

Antes do 25 de Abril, foram homens como Ferreira Soares que pagaram com a vida a sua luta pela liberdade. Hoje, depois do 25 de Abril, sempre que ela esteve em jogo, foram os comunistas e outros democratas que estiveram, de facto, à frente da luta popular, recordou o camarada José Bernardino, membro do Comité Central do PCP, no decurso da evocação da vida e obra do camarada Ferreira Soares, feita no domingo passado, em Nogueira da Regedoura, quando se assinalava a passagem do 75.º aniversário do nascimento daquele médico comunista, que foi assassinado cobardemente por uma brigada da PIDE, no seu consultório, em 4 de Julho de 1942.

Com emoção e saudade, mais de um milhar de pessoas participaram nas iniciativas desportivas, culturais e políticas promovidas pela Comissão unitária integrada por mais de 20 nogueirenses, que quis comemorar a data de nascimento do «médico do povo», cuja vida foi liquidada criminosamente pela polícia fascista. Uma vez mais, os democratas presentes naquela freguesia do concelho da Feira reclamaram o castigo dos assassinos, um dos quais ainda se encontra vivo e deve ser punido pelo crime que a ditadura fascista quis deixar impune.

RAJADAS DE METRALHADORA MATAM MÉDICO AMIGO DO POVO

Durante cerca de seis anos, o camarada Carlos Ferreira Soares conseguiu viver clandestinamente na sua própria terra natal, sem que a polícia fascista o conseguisse prender. Até à data da sua morte, desenvolveu na Nogueira da Regedoura uma intensa actividade política e profissional. Perseguido, refugiava-se nas casas dos operários e camponeses da região, ou inclusive numa fazenda local.

Como recordou o camarada José Bernardino, o que nos ficou do camarada Ferreira Soares é qualquer coisa que faz com que, ainda hoje, centenas e centenas de pessoas que não o conheceram, mas que sentem a devoção que ele teve aos interesses e às aspirações do povo português que são ainda hoje uma ambição e constituem um exemplo que desejariamos ver seguido por todos os homens, sobretudo por aqueles sobre quem impende o destino do nosso país.

Vários exemplos da sua actividade visando a organização, a consciencialização e a luta dos trabalhadores e camponeses de Nogueira da Regedoura foram recordados pelo camarada José Bernardino que, depois de ter referido que Ferreira Soares era médico-ginecologista, frisou ele não apenas auxiliou muitos nogueirenses a nascer, como auxiliou pela sua generosidade muitos nogueirenses a viver.

Generoso, não obstante as perseguições da PIDE, continuava a exercer a sua profissão, consultando os doentes, medicando-os e, na maior parte dos casos, deixando-lhes a quantidade necessária à aquisição dos remédios. Simultaneamente, procurava, como foi salientado no domingo, desenvolver uma acção no sentido de alcançar uma situação em que não precisassem de ter esmolas, através da conquista da

liberdade e direitos que lhes assegurassem uma vida digna, livre e feliz.

Sabendo que aquele médico comunista estava profundamente ligado ao povo da região, que o defenderia caso fosse preso, os agentes da polícia fascista atiraram-no a uma cilada, no seu próprio consultório, onde se encontrava um polícia fingindo-se doente. Ali, no exercício da sua profissão, com a sua bata de médico, na sua função de auxiliar uma pessoa que julgava necessitar urgentemente dos seus cuidados, o camarada Ferreira Soares foi abatido à queima roupa por rajadas de metralhadora disparada por uma brigada da PIDE, constituída pelos agentes António Roquete, Laranjeira e Coimbra.

No umbral da residência do médico do povo como era conhecido, ainda hoje se podem observar sinais de projecteis disparados pelos pides para agulter a população de Nogueira da Regedoura que, prontamente, acorreu ao local, introduzindo o corpo ainda com vida no carro da polícia política de Salazar, os esboços do fascismo dirigiram-se para o Porto. Durante o percurso ainda descarregaram novos tiros de metralhadora, ao todo 14.

O funeral de Ferreira Soares constituiu uma enorme manifestação de dor, revolta e protesto. Milhares e milhares de pessoas acompanharam o seu cadáver até à campaa rasa, situada de baixo da árvore onde o camarada se abrigava para não ser preso. Aliás, aquela jardineira seria sempre evocada pelos nogueirenses que, desse modo, exprimiam o seu protesto e saudavam a memória do comunista vítima dos fascistas. Em 1965, um cacique fascista mandou arrancar a árvore. O repúdio

popular foi enorme. Ainda no domingo, várias pessoas nos narravam diversos episódios significativos do protesto popular que se traduziu pela plantação de novas árvores e pela entoação de quadras dedicadas à jardineira. Por isso, várias pessoas foram presas e espancadas no posto da GNR de Lourosa, no tempo da outra senhora.

TEMOS POR NÓS A FORÇA DO POVO

Na sua intervenção, o camarada José Bernardino salientou, a dado passo:

Quando homenageamos Ferreira Soares e todos aqueles que perderam a vida no combate ao fascismo, estamos também a fazer uma acusação de um regime que não só privou, estamos a fazer a acusação de um regime que não só privou o país de alguns dos seus melhores filhos, mas ainda nos privou da liberdade, da cultura e fez com que os trabalhadores fossem barbaramente explorados pelo capitalismo monopolista de Estado.

Se o camarada Ferreira Soares aqui estivesse, estaria como nós preocupado com a situação actual. O 25 de Abril restituiu-nos as liberdades. Hoje, nós vemos que, aos poucos, estão a tentar morder nessas liberdades. A propósito da entrada para o novo executivo de Basílio Horta, ex-dirigente do partido único fascista e membro da Câmara Corporativa, e do conhecido advogado de pides e bombistas, Rui Pena, o dirigente comunista alertou os presentes para o facto de alguns dos que estiveram por trás dos assassinos de Ferreira Soares estarem, de novo, a aparecer à frente do aparelho de Estado e como ministros.

Sublinhando que as forças progressistas têm por si a força do povo que não deseja o fascismo, e camarada José Bernardino salientou a necessidade de ser reforçada a unidade antifascista e pela independência nacional, para defender as grandes conquistas da revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, para se alcançar uma situação que dê uma vida melhor aos pequenos e médios agricultores, através da garantia do escoamento dos seus produtos, do seu justo pagamento

e da liquidação de toda a cadeia de parasitas intermediários que asfixiam e lesam milhares e milhares de camponeses do Centro e do Norte do país.

Várias vezes interrompido pelos aplausos das muitas centenas de pessoas concentradas, o camarada José Bernardino terminaria a sua intervenção salientando que «mantendo-nos unidos ninguém baterá o povo, ninguém nos impedirá de construir o nosso futuro». De seguida, um coro entusiástico gritou repetidamente uma palavra de ordem que é e será uma divisa para a acção popular: o povo unido jamais será vencido!

Antes da intervenção do dirigente comunista, centenas de pessoas acompanharam os familiares do camarada Carlos Ferreira Soares numa romagem à sua sepultura, onde foi deposita uma coroa de flores e guardado um minuto de silêncio à sua memória.



Ferreira Soares, era médico e era comunista. Servia o povo, defendia os interesses dos explorados. A PIDE assassinou-o friamente. Mas o povo não o esquece

Um novo Centro de Trabalho para a DORA

PLENÁRIO EM ÉVORA DINAMIZA A CAMPANHA

Em todo o Alentejo a Campanha que tem por objectivo a recolha de fundos para um novo Centro de Trabalho da DORA, continua. Com entusiasmo. Com resultados que anunciam já que o êxito será certo.



Chega-nos a notícia de que, em Évora, a respectiva Comissão Concelhia do PCP promoveu no passado fim-de-semana, pelas 15 horas, um plenário de militantes e simpatizantes

em Monlito. Ainda em Fevereiro prevê-se uma batida às raposas, em data a anunciar.

INICIATIVAS DA CAMPANHA

Estão previstas, no âmbito da Campanha dos 3 mil contos, iniciativas em todos os distritos da DORA. Hoje apenas damos notícias das que têm data marcada para o mês corrente:

No distrito de Portalegre: bailes de Carnaval em Montargil e em Benavila. Distrito de Beja: Convívio no dia 25 de Fevereiro em São Miguel de Pinheiros. Distrito de Évora: No próximo dia 12, um porta-a-porta no Bairro dos Canaviais, Évora. No dia 19, porta-a-porta no Bairro de Almeirim e no Bairro das Nogueiras, no qual se realiza também uma sessão de dinamização. No dia 18 haverá sessão de cinema em Mora. Dia 25 outra sessão de cinema em Cabeço; nesta localidade, no dia seguinte realiza-se um porta-a-porta. No dia 15 de Fevereiro sessão de Esclarecimento em Santa Susana. No dia 16 outra sessão no Freixo. E no dia 20 uma sessão de cinema

Soubemos, entretanto que, em Vendas Novas, onde um camarada distribuiu sozinho cerca de 80 cartas-apeles e um simpatizante ofereceu para rir um porco e um borrego, se obtiveram mais de 10 mil escudos em leilões e rifas para a Campanha. Por outro lado, em Vila Viçosa, um outro camarada distribuiu, num porta-a-porta, 70 cartas-apeles.

Participaram no plenário os camaradas da Comissão Coordenadora da Campanha e o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Falando a mais de 200 pessoas que enchem completamente a sala, o camarada Gervásio começou por fazer uma análise da situação política actual, depois do que intervieram alguns camaradas presentes.

Abriundo o tema que reunira ali tantos camaradas e amigos, interveio o camarada César Roussado, suplente do Comité Central e membro da DORA e a camarada Laurinda, da Coordenadora da Campanha.

Sublinhando as dificuldades que se apresentam ao trabalho político por falta de instalações adequadas, os camaradas apelaram a todos para que contribuíssem e dinamizassem a Campanha. Imediatamente se verificou que muitos camaradas presentes, cientes do significado e da importância que tem para o PCP o novo Centro de Trabalho, adquiriram nesse instante as suas cartas-apeles.

Continuamos a publicar os resultados financeiros da Campanha dos 3000 contos que mobiliza as organizações e os camaradas do Alentejo.

DISTRITO DE ÉVORA	
Arraiolos	11320\$00
Borba	5400\$00
Reguengos	4500\$00
Évora	116637\$00
Estremoz	14250\$00
Montemor	31185\$00
Mora	17965\$00
Portel	8990\$00
Rendondo	7040\$00
Vendas Novas	73788\$50
Viana do Alentejo	18611\$00
Vila Viçosa	15270\$00
C.D. Évora	5400\$00
Total distrital	331806\$50
DISTRITO DE BEJA	
Alvito	3670\$00
Aljustrel	3610\$00
Beja	52684\$50
Cuba	5000\$00
Ferreira	8500\$00
Mértola	4000\$00
Moura	11500\$00
Odemira	1000\$00
Serpa	36188\$00
Vidigueira	15030\$00
Total distrital	133722\$50
DISTRITO DE PORTALEGRE	
Aviz	61872\$50
Campo Maior	37025\$50
Portalegre	4682\$50
Sousel	1400\$00
Ponte Sor	12200\$00
Total distrital	117180\$50
TOTAL DA DORA	582711\$50

A actividade do Partido

comunista, teve lugar no Centro de Trabalho de Corroios, promovida pela Comissão Concelhia do Seixal.

FESTAS DE CARNAVAL
A Comissão Concelhia de Espinho, juntamente com as organizações juvenis UEC e UJC, levou a efeito duas festas de Carnaval, nos dias 4 e 6 de Fevereiro, na Lota do Peixe, com bailes e a actuação de um conjunto musical. Música, animação, comes e beberes, surpresas, constituiram atractivos que ali reuniram comunistas e simpatizantes.

Na Covilhã, os dias 4, 5, 6 e 7 foram dias de festa carnavalesca, com o grande Carnaval Popular que as organizações do Partido, da UJC e da UEC levaram a cabo. Actuaram os conjuntos «Consciência», «Status» e «Parágrafo 5».

REUNIÃO DE QUADROS
Com o objectivo fundamental de analisar alguns problemas de organização partidária relacionados com a preparação da 1.ª Assembleia Concelhia de Estarreja do PCP, a Comissão Concelhia realizou no passado dia 31 de Janeiro uma reunião de quadros. A mesma organização promoveu no dia 3 de Fevereiro um convívio no Centro de Trabalho, durante o qual se procedeu à entrega dos novos cartões aos militantes.

Iniciativas

AINDA NA REGIÃO DE SETÚBAL
Ainda no âmbito da DORS, teve lugar no passado dia 28 de Janeiro, uma sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Ermidas Sado, durante a qual tomou a palavra a camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central. Esta sessão foi promovida pela Comissão de Freguesia de Ermidas Sado, do PCP.
No passado dia 3, outra sessão de esclarecimento, desta vez com a participação do camarada Sousa Marques, deputado

ilusionista. Pelas 16 horas prevê-se uma intervenção política pelo camarada Severiano Falcão, do Comité Central. Às 17 horas, de novo Canto Livre. Pelas 19h30 um baile com o conjunto «Ponto Cinco Mais Um» do Tramagal. Comes e beberes e manança do porco são outros dos atractivos desta festa popular, promovida pela Comissão Concelhia de Alcanena do PCP.

A Comissão de Trabalho para as Actividades Culturais de Almada do PCP promove no dia 4 de Março próximo, no Centro de Trabalho de Almada, um Encontro Concelhia para as Actividades Culturais, durante o qual serão analisadas as necessidades culturais do concelho, se fará o balanço das actividades realizadas pelas organizações populares e se definirão perspectivas.
Os camaradas reformados do concelho de Almada reúnem-se no próximo sábado pelas 14 e 30 no Pavilhão da Romeira, Cova da Piedade, com o objectivo de elaborarem um caderno reivindicativo a apresentar à reunião nacional dos reformados militantes comunistas e de elegerem os seus delegados à mesma.

CAMARADAS FALECIDOS
No passado dia 5 de Janeiro faleceu o camarada Jaime Augusto Salsinha de Oliveira, que contava 56 anos de idade e era membro da Comissão de Freguesia de Almada do nosso Partido. Muitos amigos e camaradas de Almada acompanharam o seu funeral.
Também no mês de Janeiro faleceu o camarada Rafael Lourenço, de 75 anos de idade, natural de Alfama. Membro do Partido desde 1929, o camarada esteve deportado em Angola do Heroísmo.
O funeral realizou-se no cemitério de Odivelas.

Sessão na Brandoa

SAUDAÇÃO AO «AVANTE!»

Aproxima-se a data em que se cumprem 47 anos de publicação do órgão central do nosso Partido, o «Avante!». Um pouco por todo o lado se organizam sessões em que, ao mesmo tempo que a data é celebrada, é salientado o papel do nosso jornal, no passado e no presente. Simultaneamente surgem na nossa redacção as saudações. Os comunistas, os simpatizantes, os democratas que se reúnem em sessões de esclarecimento, não deixam, por outro lado, de lembrar o «Avante!», aproveando moções, como aquela que hoje publicamos e que nos foi enviada de uma sessão que decorreu na Brandoa com a participação de cerca de 600 pessoas, no passado dia 4, e onde esteve presente o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central.

Considerando o extraordinário papel de organizador e esclarecedor que o glorioso «Avante!» desempenhou junto das massas trabalhadoras; considerando o seu papel de guia no reforço da unidade, entre os trabalhadores e todos os democratas, quer apontando os verdadeiros interesses dos trabalhadores, quer isolando os divisionistas; considerando o justo prestígio conquistado ao longo destes 47 anos de existência, 43 dos quais passados na clandestinidade, tendo conseguido, apesar da feroz perseguição que lhe era movida, manter-se como a única imprensa livre do Povo português, os simpatizantes e militantes do PCP e outros amigos, em número de algumas centenas, presentes na sessão de esclarecimento de 4 de Fevereiro na Brandoa, saudam fraternalmente o jornal «Avante!» pelo seu 47.º aniversário que se completará em 15 de Fevereiro de 1978, manifestando o seu apoio e toda a confiança em que o «Avante!» reforçará e prosseguirá incansavelmente as suas tarefas de organizador e esclarecedor, no caminho para uma sociedade mais justa e fraterna, a sociedade socialista.

Viva o nosso glorioso «Avante!»
Viva o PCP!

Avante!

INICIATIVAS DO ANIVERSÁRIO

Dia 11 — No Centro de Trabalho da Amadora, às 16 horas, debate com o camarada Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do «Avante!»

Dia 13 — No Teatro Joaquim de Almeida, no Montijo, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!»

Dia 15 — Na Sociedade Filarmónica da Amadora, às 21 e 30, comício com o camarada Dias Lourenço e camaradas da Redacção do «Avante!»

Na Casa da Imprensa, em Lisboa, às 21 e 30, debate com jornalistas, com Fernando Correia, subchefe da Redacção do «Avante!»

No Centro de Trabalho de Monte Caparica, às 21 e 30, debate com camaradas da Redacção do «Avante!»

No Centro de Trabalho da Cova da Piedade, às 21 e 30, debate com camaradas da Redacção do «Avante!»

ALEGRIA E CONVÍVIO NO PAVILHÃO DO ACADÉMICO

Cerca de quatro mil pessoas participaram na festa de Carnaval, realizada por iniciativa da SIP da DORN, no pavilhão do Académico, caracterizada por um ambiente de alegria e de convívio, que se prolongou até perto das quatro horas da madrugada de domingo. Alguns foliões fizeram questão de se mascarar a preceito dando um interessante colorido à festa.

Avante!
INICIATIVAS DO ANIVERSÁRIO
Dia 11 — No Centro de Trabalho da Amadora, às 16 horas, debate com o camarada Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do «Avante!»
Dia 13 — No Teatro Joaquim de Almeida, no Montijo, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!»
Dia 15 — Na Sociedade Filarmónica da Amadora, às 21 e 30, comício com o camarada Dias Lourenço e camaradas da Redacção do «Avante!»
Na Casa da Imprensa, em Lisboa, às 21 e 30, debate com jornalistas, com Fernando Correia, subchefe da Redacção do «Avante!»
No Centro de Trabalho de Monte Caparica, às 21 e 30, debate com camaradas da Redacção do «Avante!»
No Centro de Trabalho da Cova da Piedade, às 21 e 30, debate com camaradas da Redacção do «Avante!»
ALEGRIA E CONVÍVIO NO PAVILHÃO DO ACADÉMICO
Cerca de quatro mil pessoas participaram na festa de Carnaval, realizada por iniciativa da SIP da DORN, no pavilhão do Académico, caracterizada por um ambiente de alegria e de convívio, que se prolongou até perto das quatro horas da madrugada de domingo. Alguns foliões fizeram questão de se mascarar a preceito dando um interessante colorido à festa.



Esquerdismo-5

ATACAR "PELA ESQUERDA" A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL, O CAMPO SOCIALISTA E O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A UDP/PCP(R) ataca e calunia o campo socialista, e em primeiro lugar a União Soviética, usando formulações e argumentos que em nada se distinguem das da reacção, dos grupelhos nazis e do imperialismo. Na Assembleia da República, por mais de uma vez, tem a UDP juntado a sua voz à dos partidos reacçãoários na condenação daquilo a que, uns e outros, classificam de "desrespeito pelos direitos do homem" nos países socialistas. Para a UDP, que no nosso país procura dar a cobertura "de esquerda" à campanha do imperialismo sobre os "direitos do homem", as liberdades têm pois o mesmo conteúdo que para o CDS ou para o presidente Carter. A UDP/PCP(R) caracteriza nesta linguagem terrorista o poder dos trabalhadores nos países socialistas, o internacionalismo proletário e a independência de cada partido no movimento comunista internacional.

"Constituídas em camadas dirigentes da burguesia dos respectivos países, os PCs no poder no Leste Europeu têm grandes interesses em comum com os senhores do Kremlin, mas ressentem-se também da inevitável rivalidade que opõe os vários exploradores que têm que repartir entre si o produto da exploração". (Editorial de "25 de Abril do Povo" de 10-7-1976).

Será curioso recordar que em Portugal quem "descobriu" que "na Rússia o comunismo deformou-se (...) largamente remendado com propriedade individual da terra, com capitais privados, em breve com burguesia" não foi a UDP/PCP(R) nem nenhum outro grupelho maquista da actualidade, mas o ditador Salazar em 1942 ("O Corporativismo e os trabalhadores", 23-7-1942).

Tal como procura desacreditar as realizações históricas do socialismo científico, em favor das falsificações ideológicas que procuram negar à classe operária o papel dirigente na construção do socialismo, a UDP/PCP(R) ataca e calunia os principais destacamentos do proletariado dos países capitalistas e o próprio movimento nacional libertador.

A posição da UDP/PCP(R) em relação à luta do povo angolano, igual à posição da RP da China, é o mais flagrante exemplo da sua instrumentalização pelo imperialismo. Também neste caso a UDP/PCP(R) se apresenta como a componente "de esquerda" das manobras do imperialismo e da reacção contra a independência de Angola.

Poucos dias antes da data marcada para a independência de Angola, ainda a UDP/PCP(R) defendia, tal como a reacção e o imperialismo que "o Governo português deve cumprir o que acordou com os movimentos de libertação angolanos" (comunicado da Comissão Central da UDP, 26-10-1975). A defesa da vigência e aplicação dos acordos de Alvor, que a FNLA e a UNITA declaradamente haviam violado, constituía a tática da reacção e do imperialismo para liquidar a MPLA em favor dos movimentos fantoches.

Liquidados os movimentos fantoches UPA/FNLA/UNITA, a UDP/PCP(R) apoia e promove um outro, a OCA, constituindo-se embaixador das suas manobras de provocação e subversão contra a República Popular de Angola.

A UDP/PCP(R) pronunciou-se e continua a pronunciar-se contra o apoio político, material militar e humano prestado à República Popular de Angola, ao MPLA e ao povo angolano pela União Soviética e por Cuba, apoio que foi decisivo para rechear a agressão do Zaire e da África do Sul e bater os laços do imperialismo - UPA/FNLA/UNITA/ELP - e continua hoje a ser indispensável para a defesa da independência e para a reconstrução económica da República Popular de Angola.

Diz a UDP/PCP(R): "Em nome da solidariedade e da ajuda desinteressada a União Soviética e Cuba substituíram os Estados Unidos e Portugal com o aval de um governo comprometido. Neste momento, enormes contingentes de militares e técnicos soviéticos e cubanos ocupam postos - chave no exército, na economia e no próprio aparelho de Estado, enquanto os revolucionários e patriotas angolanos continuam a ser presos e a morrer nas cadeias". (Voz do Povo, 17-11-1976).

Este tipo de "argumentação", de calúnias, de "preocupações" e de linguagem em nada se distingue das que a reacção fascista utiliza. A UDP/PCP(R) não esconde também as suas preocupações perante a alteração, em favor das forças da paz e da independência, na correlação de forças na África Austral, situação que a UDP/PCP(R) caracteriza como "a tomada do poder em Angola por um MPLA inteiramente dependente dos russos, os sinais de avanço de forças congêneres noutros países da África Austral e a disponibilidade rafeira do exército cubano para invadir outros países à voz do comando de Moscovo" (editorial de "25 de Abril do Povo" de 10-7-1976).

É este tipo de posições reacçãoárias que definem a natureza da UDP/PCP(R). O resto é demagogia para enganar incautos e dar uma cobertura de "esquerda" às ofensivas da reacção e do imperialismo.

DEMAGOGIA, INCAPACIDADE POLÍTICA E INDIGÊNCIA IDEOLÓGICA DA UDP/PCP(R)

Ao mesmo tempo que desenvolve o mais grosseiro e violento anticomunismo, a UDP/PCP(R) não hesita em apropriar-se das análises e mesmo das formulações do PCP e em utilizá-las depois de mergulhadas num "banho-maria" de demagogia e populismo. Com isto reconhece a UDP/PCP(R) a aceitação pelas massas das posições e consignas do PCP, ao mesmo tempo que reconhece a sua própria incapacidade para fazer uma análise científica da sociedade portuguesa e das leis objectivas da sua evolução e para apontar aos trabalhadores e a todos os democratas portugueses o caminho para a resolução dos grandes problemas nacionais. A UDP/PCP(R) grupo de intelectuais pequeno-burgueses, vive, neste aspecto, à custa da ideologia da classe operária, à qual, para uso próprio, mistura toda a sorte de mistificações ideológicas e desvios oportunistas.

Vejam, entre os muitos mais que se poderiam referir, alguns exemplos significativos.

Em Novembro de 1977, cinco meses após a Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica, "descobriu" a UDP "que só com uma política

económica de aproveitamento dos recursos nacionais se poderá sair da crise" (Conselho Nacional da UDP, 28 de Novembro de 1977). O seu deputado Acácio Barreiros, em apoio desta "descoberta da UDP", não tem hesitado em recorrer aos dados da Conferência Nacional do PCP e em citá-los na Assembleia da República para fazer crer que a UDP/PCP(R) tem qualquer alternativa para a política de recuperação capitalista e latifundista, caracterização de que a UDP também se apropriou.

Mas com tal comportamento, a UDP/PCP(R) não revela apenas a sua incapacidade política e a sua indigência ideológica. Os seus objectivos vão mais longe e têm que ver com toda a sua actuação no sentido de semear a confusão entre os trabalhadores.

Quem ouvisse dizer que "nenhuma força política portuguesa pode pensar defender as conquistas de Abril sem contar com os comunistas e muito menos lutado contra os comunistas" daria por certo razão à tese e reconheceria a formulação como usual nos documentos do PCP e nas intervenções públicas dos seus dirigentes. A UDP/PCP(R) também já "descobriu" a tese e a formulação e já a incorporou no seu arsenal propagandístico (Bandeira Vermelha, de 21.12.1977). No que se prova que o oportunismo e a desonestidade não têm limites para os grupos pequeno-burgueses desejosos de disputar ao Partido Comunista Português o prestígio e a autoridade conquistados ao longo de 56 anos de vida e de luta.

COMBATER O ESQUERDISMO É COMBATER A REACÇÃO

Como é evidente, poderá haver numa ou noutra empresa trabalhadores influenciados por grupos esquerdistas que estejam honesta e sinceramente dispostos a unir-se aos comunistas para defesa dos seus interesses de classe e das conquistas populares. A orientação dos militantes do PCP é clara e inequívoca: em tais situações os comunistas não fazem discriminações.

Mas tal facto não deve levar-nos a substituir a apreciação política do esquerdismo pela apreciação moral dos esquerdistas.

A acção política dos grupos esquerdistas só serve a reacção.

Há pois que combater, denunciar e isolar o esquerdismo e os grupos esquerdistas, a sua demagogia, o seu divisionismo, as suas campanhas anticomunistas orquestradas com as campanhas fascistas e reacçãoárias.

O combate político e ideológico contra o esquerdismo, o desmascaramento das suas concepções pseudo-revolucionárias e dos seus projectos provocatórios, a denúncia da coincidência da sua prática com as posições e objectivos políticos da direita, o seu isolamento, são condições para se fazer frente com sucesso à direita reacçãoária, para impedir que o aventuralismo, a irresponsabilidade e a provocação esquerdistas causem mais danos à revolução portuguesa do que aqueles que já causaram.

Combater o esquerdismo é uma forma de combater a reacção e de lutar pela independência dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

COMÉRCIO LUSO-SOVIÉTICO: NOVOS ESFORÇOS ENCONTRARÃO UM EQUILÍBRIO RAZOÁVEL

Promovidas pelo Fundo de Fomento de Exportação (FFE), decorreram recentemente na Feira Internacional de Lisboa várias sessões subordinadas ao tema "Como exportar para os países socialistas".

Numa das sessões mais concorridas, o conselheiro comercial da Embaixada da URSS, camarada Ivan

Pissarets, depois de lembrar que as relações entre o nosso país e a União Soviética são ainda muito jovens (começaram praticamente em 1975), sublinhou que em 1976 as exportações soviéticas registaram um aumento de 25 por cento: de 75 para 100 milhões de dólares. Por outro lado, as suas importações de

Portugal aumentaram 2,5 vezes, subindo de 20 para 50 milhões de dólares.

As vendas de petróleo soviético a Portugal estão na base do actual desequilíbrio da balança comercial entre os dois países. No entanto, afirmou o camarada Pissarets, os esforços que certamente serão desenvolvidos por ambas as partes, no ano em curso, permitirão encontrar novas possibilidades para o aumento do comércio e para um equilíbrio razoável.

No âmbito das exportações portuguesas para a URSS, salientou a aceitação que têm tido diversos produtos, nomeadamente concentrado de tomate (de que a União Soviética é o nosso principal cliente), vinhos, têxteis, confecções, produtos de cortiça, amêndoa, conservas de peixe, calçado, etc. Referiu ainda a exportação de máquinas e equipamentos e a construção e reparação de barcos soviéticos em estaleiros portugueses.

De 6 a 26 de Março, em Lisboa

EXPOSIÇÃO SOVIÉTICA SOBRE TÉCNICA NUCLEAR

Ocupando uma área de três mil metros quadrados, realizada nas instalações da Feira Internacional de Lisboa (FIL), de 6 a 26 do próximo mês de Março, uma grande exposição subordinada ao tema "Ciência e Técnica Nuclear da União Soviética", iniciativa que conta com o apoio e colaboração do Comité Estatal da URSS para o Aproveitamento da Energia Nuclear e da Junta de Energia Nuclear.

O programa do certame, que tem como objectivo essencial mostrar as diversas aplicações

da energia nuclear no desenvolvimento e bem-estar dos Povos, inclui a realização de debates com diversos especialistas e a passagem de documentários (sonorizados em Português) sobre alguns dos temas expostos.

Também com a participação de cientistas soviéticos, decorrerão ao mesmo tempo, no Porto, Coimbra e Évora, conferências de carácter científico e técnico, que culminarão com um simpósio no Dia do Átomo Pacífico.

CINEMA POLACO

Por iniciativa da Embaixada da República Popular da Polónia em Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, decorrerá no Grande Auditório daquela instituição, de 17 a 24 do corrente mês, um ciclo de cinema polaco com obras dos realizadores Andrzej Munk e Andrzej Wajda.

Do primeiro serão exibidos: "A Cruz Azul" (1965); "Eroica" (1957); "Sorte para Dar e Vender" (1960); e "A Passageira". Este último filme foi terminado após a morte de Andrzej Munk, em 1963.

De Wajda, o realizador polaco vivo de maior importância, serão apresentados: "Kanal", que no nosso País se chamou "Morrer como um Homem" (1957); "Cinza e Diamante" (1968); "Os Abedules" (1971); "A Boda" (1973); "A Terra da Grande Promessa" (1975) e "Raio de Sombra" (1976).

Os filmes serão projectados com legendas em espanhol, francês e inglês. A bilheteira abre ao público no próximo dia 13, com bilhetes ao preço único de dez escudos.



OS COMUNISTAS DA HOECHST REÚNEM

Em fins de Janeiro, mais precisamente no dia 28 do mês findo, realizou-se a 1.ª Assembleia da Célula do Grupo Hoechst. Lido o relatório de actividades apresentado pelo Secretariado da Célula, foi este documento discutido e finalmente aprovado, após o que se passou à eleição do novo secretariado. Este organismo dirigente foi eleito por unanimidade. Esteve presente, desde o início dos trabalhos, a camarada Georgete Ferreira, membro do Comité Central do Partido, que no final interveio sobre a situação política actual.

Em Gondomar

O FESTIVAL DAS COLECTIVIDADES REALIZA-SE EM ABRIL

A organização do Festival das Colectividades de Gondomar, a realizar no próximo mês de Abril, figura entre as principais decisões tomadas no II Encontro de Colectividades daquele concelho, efectuado no Centro Paroquial de Rio Tinto, no último domingo, com a presença de representantes de numerosas colectividades.

O certame a organizar compreenderá festivais de folclore, actuação de bandas de música, actividades desportivas, poesia, etc.

Durante a reunião foi eleita uma comissão permanente do encontro, composta por várias

associações. A propósito da concessão de um subsídio camarário para a formação de pequenas bibliotecas considerado como bastante positivo pelos presentes, foi defendido que a escolha dos títulos seja da competência das associações e que, por isso, não deixem de ser subsidiadas. No que concerne à institucionalização do Conselho Municipal, as conclusões dos trabalhos defendem que a escolha dos representantes das colectividades do concelho, a integrar aquele órgão, seja da competência das mesmas.

CONCELHO DE ALMADA ANALISA ORGANIZAÇÃO

A Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido reuniu no passado sábado, no Centro de Trabalho "Alberto de Araújo" daquela cidade da margem Sul.

Da análise da actividade da organização constatou-se que a meta estabelecida para a "Promoção Conquistas de Abril", que era de 700 novas inscrições, foi largamente ultrapassada tendo-se atingido os 1013 novos militantes. Entretanto, o recrutamento organizado continua por forma a serem atingidos os 1500 novos aderentes até Abril, data para que está prevista a próxima Assembleia de Organização.

Tomando como referência o final do ano de 1977, verificou-se ser a seguinte a composição da organização no concelho de Almada: operários 62,5%, empregados 14%, intelectuais e técnicos 4% e vários 19,5%. A distribuição por idades é a seguinte: até 20 anos 2%, de 20 a 30 anos 22%, 30 a 50 anos 57,5% e mais de 50 anos 18,5%, havendo 18% de mulheres.

Destaca-se que a recolha de fundos de Fim de Ano atingiu cerca de 329 contos, para uma meta de 300 contos.

A Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido resolveu levar a efeito no

próximo dia 25 de Fevereiro um Plenário Distrital da Indústria Naval e no dia 4 de Março um Encontro Concelhia para as Actividades Culturais.

No decorrer desta reunião da Concelhia de Almada, em

cuja parte final esteve presente o camarada Dias Lourenço, director do "Avante!", foi ainda feita uma análise à situação do concelho e começou a ser discutido um relatório sobre "A Juventude".

Realizar-se-á no próximo sábado, dia 11 e às 10 horas da manhã, um Encontro Concelhia de Sintra, da FEPU, que decorrerá no Palácio Valença.

Em Setúbal

SINDICALISTAS ANALISAM SITUAÇÃO

Uma reunião de dirigentes sindicais comunistas teve lugar no passado dia 1 do corrente no Centro de Trabalho de Setúbal, no âmbito do sector sindical da DORS e com o objectivo de apreciar a situação política actual.

A reunião, a que compareceram cerca de 50 quadros sindicais e que teve a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, e do camarada José Neto, da DORS, foi considerada muito oportuna.

No final foi ainda unanimemente aprovada uma moção de repúdio pela aliança PS/CDS de que resultará uma política que não poderá corresponder nem às aspirações dos trabalhadores nem às exigências de recuperação da economia e da defesa da independência nacional.

FEPU DE SINTRA

Realizar-se-á no próximo sábado, dia 11 e às 10 horas da manhã, um Encontro Concelhia de Sintra, da FEPU, que decorrerá no Palácio Valença.

Este Encontro funcionará em duas fases: primeiro será eleita a Comissão Coordenadora Concelhia, com a participação dos

elementos das listas da FEPU e listas unitárias concorrentes às eleições para as Autarquias; a partir das 15 horas o Encontro será aberto às Organizações Populares de Base e outros convidados, sendo então feita uma análise ao trabalho desenvolvido e perspectivas das actividades futuras.



Plenário da Inter: para os trabalhadores conscientes, a unidade é mais do que nunca um princípio fundamental a defender

CONDENANDO A COLIGAÇÃO O PLENÁRIO DA CGTP-IN REIVINDICA E APELA À UNIDADE

O plenário nacional da CGTP-IN que reuniu no último sábado em Lisboa 240 organizações sindicais de todo o País, incluindo 40 sindicatos não filiados na Central e representando um total de 1 574 000 trabalhadores, reflectiu mais uma vez o elevado grau de consciência da classe operária e de uma extensa maioria das massas trabalhadoras e foi prova clara da capacidade de análise da situação política e da responsabilidade democrática e patriótica que são traço comum das classes trabalhadoras organizadas no Movimento Sindical Unitário.

A resolução final aprovada com sete votos contra e duas abstenções, num total de 192 sindicatos, 17 uniões distritais, 5 uniões locais, 10 federações, 9 delegações e 7 secções, analisa o programa apresentado pela coligação PS/CDS e, como o Movimento Sindical Unitário já amplamente denunciou, revela

Governo que ameaça agravar ainda mais o custo de vida, continuar com o bloqueamento dos aumentos salariais, aumentar o desemprego, atacar as conquistas da revolução e submeter ainda mais a política nacional às forças mais retrógradas do imperialismo. Num documento extenso

vivo repúdio, indignação e preocupação pela entrada no Governo do CDS, partido que exprime os interesses da CIP, da CAP, dos agrários e monopolistas expropriados e das camadas sociais mais retrógradas do País, partido que votou contra a Constituição, onde participam «personalidades» altamente comprometidas com o fascismo.

JORNADA DE LUTA NACIONAL

Depois de analisar o programa da coligação nos aspectos que mais interessam às massas trabalhadoras, a resolução do plenário atribui ao Secretariado da CGTP-IN a incumbência de, «quando julgado conveniente

a política antipopular e antioperária», contra «as provocações do patronato reaccionário e das organizações CIP e CAP».

O plenário apela ainda ao desmascaramento do aventureirismo e do divisionismo, ao combate ao sectarismo, ao oportunismo e ao obreirismo, este último susceptível de «isolar a classe operária dos quadros, dos trabalhadores de serviços e de outras camadas antimonopolistas».

O Movimento Sindical deve «encontrar na prática diária do diálogo fraterno e na unidade na acção em torno de objectivos concretos, o caminho seguro que alargará a frente de luta de todos os trabalhadores democratas e antifascistas pela defesa da liberdade, da democracia e da Constituição que aponta para a construção da sociedade socialista».

NOVAS ADESÕES E SOLIDARIEDADE

O plenário, que aprovou «uma moção de solidariedade com os trabalhadores e com o povo da República Popular de Angola e, em especial com a UNTA — Central Sindical angolana — por ocasião do «17.º aniversário do início da luta armada contra o colonialismo e o fascismo», ratificou por unanimidade a adesão à CGTP-IN de mais três Sindicatos: Transportes e Turismo de Angra do Heroísmo; Construção Civil de Coimbra; e Trabalhadores da Indústria de Bebidas, este último de âmbito nacional e representando, todos eles, muitos milhares de trabalhadores.

Posteriormente, no decorrer de uma assembleia geral extraordinária, por 119 votos a favor e 33 contra, os filiados no Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Distrito de Santarém decidiram aderir por sua vez à CGTP-IN, fazendo subir para quatro o total das associações sindicais que aderiram no último sábado à Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Eleições sindicais

GRANDE PARTICIPAÇÃO E ÊXITOS DA UNIDADE

Contrariamente ao que afirmam alguns detractores da unidade, os trabalhadores continuam a afilur em grande número às assembleias eleitorais de sindicatos e empresas. As percentagens rondam em média os 50 por cento e por vezes ultrapassam-nos como aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca onde dos 13 077 trabalhadores em condições de votar foram às urnas 6698. A lista unitária que venceu as eleições, somando mais um Sindicato à grande ofensiva da unidade no Movimento Sindical, tem, entre outras, como tarefas fundamentais a «consolidação das conquistas e direitos dos trabalhadores consignados na Constituição» mediante «uma vontade organizada de intervenção».

Os corpos gerentes agora eleitos para o Sindicato de Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca lembram no seu programa que «a unidade constrói-se e fortalece-se na livre troca de ideias; diferentes, ou mesmo contrárias, em reuniões, plenários e assembleias, com mútuo respeito pelas opiniões alheias e cumprimento por todos das deliberações

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

DELEGADOS SINDICAIS SUSPENSOS NA SOREFAME

Numa manifestação de repúdio pela suspensão de doze delegados sindicais membros da Comissão Intersindical, os trabalhadores da Sorefame concentraram-se, no último sábado, nas instalações da fábrica na Venda Nova. Protestando contra a escalada repressiva da administração, iniciada depois de uma tentativa de restrição das liberdades sindicais na empresa, os trabalhadores remeteram para os seus órgãos representativos a condução do processo de luta contra a prepotência da administração. Numa moção de solidariedade, o Secretariado do Conselho de Trabalhadores da Amadora manifesta-se contra «as tentativas de regresso ao 24 de Abril que o patronato quer impor».

1000 TRABALHADORES DO ARSENAL FILIAM-SE NOS METALÚRGICOS

O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal saúda num comunicado a decisão de mais de 1000 trabalhadores do Arsenal de se sindicalizarem juntando-se assim «ao contingente sindical organizado e combativo da classe operária e dos trabalhadores e engrassando o já grande caudal unitário» do Movimento Sindical. Num apelo, a direcção do Sindicato «faz votos para que os restantes trabalhadores compreendam a importância da organização sindical da classe operária, procedendo o mais rapidamente possível à sua sindicalização».

PESCADORES SEM OS DIREITOS MAIS ELEMENTARES

O Secretariado da União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP-IN) recorda que continua a ser aplicado aos pescadores «um velho e ultrapassadíssimo regulamento de Inscrição Marítima de 1965», que concede poderes discricionários aos armadores e às capitães, enquanto os pescadores continuam privados de «alguns dos mais elementares direitos de que beneficiam outros trabalhadores portugueses, não lhes sendo aplicáveis, entre outras, a Lei Geral do Trabalho e a legislação sobre despedimentos e horários». A USP sublinha a urgência inadiável que a solução desse problema exige e considera «a organização e reforço dos sindicatos dos pescadores nos mais importantes centros pesqueiros do País o passo fundamental para o avanço na conquista de direitos iguais aos dos outros trabalhadores portugueses e por melhores e mais seguras condições de trabalho».

NA PANASQUEIRA PELA SEMANA NORMAL

Através dos seus sindicatos, os mineiros da Panasqueira informaram a entidade patronal que não aceitarão o aumento do horário de trabalho semanal sem

aumento de salários. Os 1217 trabalhadores das várias secções das minas aprovaram ainda por unanimidade uma proposta pedindo um aumento das remunerações perante a alta do custo de vida. Se as reivindicações não forem aceites, os mineiros encaram outras formas de luta. Entranto, era solicitada ao Ministério do Trabalho uma PRT para o sector.

PROPOSTAS CONTRA A DIRECÇÃO DOS SEGUROS

A direcção «cartabertista» do Sindicato dos Seguros do Sul é visada em várias propostas aprovadas em assembleia geral. Numa delas é exigida nova assembleia, dentro de um mês, a fim de os corpos gerentes informarem a classe das iniciativas entretanto tomadas no que respeita à reestruturação do sector, pois os trabalhadores acusam a direcção de «ocultar» nomeadamente as manobras destinadas a «transportar a indústria seguradora para níveis anteriores à data das nacionalizações», fomentando «a mais desenfreada concorrência» entre as várias companhias e atacando no fundo as nacionalizações.

BANCIÁRIOS DO SUL: EM PERIGO O CCT E A DEMOCRACIA SINDICAL

O secretariado da comissão distrital de Lisboa das comissões de delegados sindicais dos bancários afirma num comunicado que «a acção desenvolvida pela estrutura sindical não visa a tomada do Sindicato em prejuízo do CCT, como afirma a direcção «cartabertista» do Sindicato dos Bancários do Sul), mas, bem pelo contrário, a defesa intrínseca do CCT, passando, como agora se mostra indispensável, pela destituição imediata daqueles que não quiseram efectuar essa defesa, em flagrante desrespeito pela vontade manifestada pelos trabalhadores bancários». As comissões de delegados «consideram como questão fundamental, no actual momento da vida sindical, que seja encontrada uma solução que impeça os actuais corpos gerentes de continuarem a desenvolver acções que ponham em perigo o CCT e a democracia sindical».

BOLETIM INFORMATIVO DA CINTURA INDUSTRIAL

O Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal lançou um boletim informativo intitulado «Cintura Industrial». A nota de abertura, depois de indicar o objectivo («veículo de formação e informação de todas as comissões de trabalhadores do distrito de Setúbal ao serviço de todos os trabalhadores») acrescenta que «as CTs têm uma grande responsabilidade no processo político português» e que com a criação do Boletim a CIS pretende contribuir «duma forma positiva para a solução dos problemas que as comissões de trabalhadores enfrentam».

A luta na Agueira

OS TRABALHADORES EXPLICAM UMA GREVE JUSTA POR DIREITOS QUE SÃO DE TODO O POVO

Cerca de vinte e quatro horas antes deste «Avante!» sair para a rua, os 1200 trabalhadores da barragem da Agueira e do Açude da Raiva mantinham uma greve justa e disciplinada. Os motivos,

o desenrolar e os objectivos da luta foram explicados em Lisboa numa conferência de Imprensa com a presença de 7 Sindicatos (um deles como observador: o dos Escritórios de Lisboa), 5 Comissões de Trabalhadores, o Secretariado das Empresas Intervencionadas e a Comissão Coordenadora das CTs das Construções Técnicas — a empresa desintervencionada em Março do ano passado, cuja fuga aos compromissos assumidos obrigou os trabalhadores a desencadear a greve em 13 de Janeiro findo, acompanhado pelos seus colegas da Central Térmica de Setúbal, ligada à mesma empresa, que entraram em paralisação progressiva dez dias depois.

Os trabalhadores decidiram democraticamente ir para a greve «porque não encontraram outra forma de resolver os seus problemas (cujá gravidade foi amplamente justificada na conferência de Imprensa) nomeadamente porque lhes foi sistematicamente recusado o diálogo e porque estão em jogo direitos de que os trabalhadores disfrutavam há muito e que, unilateral e arbitrariamente, lhes foram retirados pela administração da empresa».

Na sua friez de comunicado, essas palavras foram trocadas por múdus, na conferência de Imprensa, sobretudo durante a intervenção de Elviro Gambóias, da CT da Agueira, que, com o calor próprio de quem vive a luta, de quem sofre na carne as injustiças e de quem interpreta o sentir e o protesto de milhares de trabalhadores como ele, apresentou aos jornalistas um quadro vivo da insegurança, do terrível desconforto, da dureza do trabalho de operários contratados para as barragens, sabendo que os espera o desemprego, saltando de um lado para o outro com a família, vivendo em barracões com mulher e filhos, sujeitos às arbitrariedades e às maiores injustiças de patrões, administradores e chefias.

A DESINTERVENÇÃO AGRAVA TUDO

Depois da desintervenção, em Março de 1977, decidida contra

a vontade expressa pelos trabalhadores organizados, que propuseram a transformação das Construções Técnicas em empresa de capitais públicos, «como única forma de serem garantidos os seus postos de trabalho e os seus direitos laborais», cedo começaram as arbitrariedades e as prepotências dos patrões reinvestidos pelo Governo dito socialista que, segundo foi afirmado na conferência de Imprensa, visavam:

«Limitar e reduzir à ineficácia a Comissão de Trabalhadores da empresa; destruir a organização sindical na empresa, não reconhecendo os delegados sindicais e proibindo-lhes a actividade sindical; instauração de processos disciplinares a membros da CT e Delegados Sindicais, que culminaram com o despedimento de alguns deles; reforço dos métodos autoritários da organização de trabalho, com introdução de formas de chefia ditatoriais e arbitrárias; deterioração das condições de segurança no trabalho; deterioração das relações fornecidas aos trabalhadores, a ponto de estes virem designando o referitório como «a morte lenta»; aumentos salariais selectivos à hierarquia da empresa da ordem dos 50 a 60 por cento; despedimentos com base em processos disciplinares sem qualquer fundamento».

MAS AS «DELIBERAÇÕES» NÃO PARARÃO POR ALÍ...

Em 20 de Dezembro do ano findo, surgiu mais uma «deliberação». Os patrões ou quem os representa decidiram revogar «o acordo celebrado em Março de 1975 (antes da intervenção) no Ministério do Trabalho entre a actual administração e a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Empresa (CCTE) com a presença e a assinatura de um delegado do MT, revogação essa que se traduz na redução da taxa de pagamento das horas extraordinárias e na redução das indemnizações por cessação do contrato de trabalho de 45 dias por ano para 6 dias por ano.

Era, no essencial, o fim da Acta Única, como vulgarmente era conhecido aquele acordo.

E começaram os despedimentos que não se justificavam em face das necessidades da obra. Ninguém era ouvido. O diálogo foi e é sistematicamente recusado. Por isso, nos termos da lei, a greve foi decretada pelos Sindicatos, depois de os trabalhadores tentarem dialogar por todas as vias e por várias vezes com os responsáveis pela situação criada.

O compromisso de cuidar da segurança e da manutenção da obra não foi rompido pelos trabalhadores. A administração tentou levá-los a isso ao encerrar o referitório, em locais onde não havia que comer, obrigando-os a deslocar-se para isso a largos quilómetros de distância.

Mas os trabalhadores não quebram.

A sua luta é justa. As realidades conquistadas devem ser mantidas. São essas as únicas exigências dos trabalhadores, conscientes de que lutam por interesses gerais, pelas conquistas revolucionárias de Abril.

Continuando a aguardar os resultados da sua abertura ao diálogo, como realfirmam na conferência de Imprensa, os trabalhadores da Agueira, da Raiva, de Setúbal e de outros locais onde há obras das Construções Técnicas, manifestam o seu direito a verem a sua luta divulgada como deve ser sobretudo pelos órgãos de comunicação estatuizados, como a RDP e a RTP, que não se dignaram comparecer sequer na conferência de Imprensa.

Mas os trabalhadores estão confiantes que dos contactos já havidos inclusivamente com os órgãos do poder resultará o reconhecimento da sua reivindicação de não abdicar da Acta Única e continuam a confiar também na solidariedade dos outros trabalhadores e na compreensão do povo português perante uma justa acção reivindicativa dentro da estrita observância da Lei e no exercício das liberdades e direitos consignados na Constituição.

OS PONTOS ESSENCIAIS

O plenário da CGTP-IN, alertando contra «hesitações resultantes de falsas expectativas» e apelando a todos os sindicatos não filiados para que se unam na mesma luta, aprovou as seguintes reivindicações:

- Exigência do respeito absoluto pela Constituição da República, da aplicação e cumprimento rigorosos das suas normas, de combate a todas as tentativas abertas ou camufladas de proceder à sua revisão, revogação ou anulação prática.
- Defesa e consolidação das grandes conquistas da revolução.
- Reconhecimento e garantia do exercício efectivo dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações de classe.
- Reconhecimento e definição de uma política de segurança social e saúde de acordo e com a participação das associações sindicais.
- Reconhecimento e garantia da liberdade de negociação colectiva.
- Reconhecimento e garantia do direito ao trabalho e à segurança no emprego.
- Defesa do poder de compra dos trabalhadores e das camadas sociais de mais baixos rendimentos.

a «grande indignação, preocupação e protesto dos trabalhadores portugueses, de todos os democratas e antifascistas» perante um

como exige a profundidade das conclusões e à extrema importância das decisões tomadas, a CGTP-Intersindical Nacional manifesta o seu mais

é oportuno, definir e marcar uma jornada de luta nacional, assente na análise da situação social e política, com vista ao interesse dos trabalhadores».

Independentemente das diligências a efectuar pelo Secretariado Nacional, as associações sindicais deverão promover, ainda este mês, «uma vasta campanha de esclarecimento, realizando as reuniões e plenários necessários, organizando e mobilizando os trabalhadores nas diversas frentes de luta em curso e em torno das reivindicações aprovadas no plenário» da CGTP-IN.

Firme nos princípios constitucionais, que sempre tem respeitado e continuará a respeitar, a CGTP-IN enuncia as tarefas mais importantes para combater as manobras dos inimigos dos trabalhadores dentro do próprio Movimento Sindical e as contradições que eles podem explorar. Nesse sentido o plenário pronunciou-se pelo reforço da unidade dos trabalhadores a todos os níveis da estrutura sindical, pelo combate às acções

FORTE ADESÃO E UNIDADE NAS LUTAS DOS TRABALHADORES

Ferrovários, professores, Sorefame, Construções Técnicas, Sociedade Nacional de Sabões (SNS), Função Pública, Pescadores, Mineiros, Trabalhadores do Comércio, Cabos, Avila, Lisnave e outras empresas e sectores de actividade desenvolveram ultimamente e continuam a desenvolver várias formas de luta por melhores condições de vida, pelo direito ao trabalho, pelas liberdades e direitos fundamentais garantidos pela Constituição.

Enaltecidas no último plenário nacional da CGTP-IN como exemplo do elevado grau de consciência de classe, de dignidade e maturidade dos trabalhadores, «criando condições para o êxito das lutas de âmbito mais geral», essas motinações por objectivos concretos, mas inscritas na defesa das grandes conquistas revolucionárias das classes trabalhadoras em geral, alcançaram grandes percentagens de adesão (75 por cento no cómputo geral dos vários graus de

ensino da Grande Lisboa), nos Ferrovários (100 por cento com a adesão dos 27 mil trabalhadores), na SNS, nas barragens da Agueira e da Raiva, na concentração da Sorefame pela defesa das liberdades sindicais e contra a repressão patronal, pela contratação colectiva e pelo respeito dos seus acordos firmados.

Abertos ao diálogo e à negociação que, na maior parte dos casos lhes são recusados, trabalhadores e Sindicatos, CTs e comissões sindicais, no estrito respeito pelas normas constitucionais, continuam a reivindicar o direito de serem ouvidos acerca da legislação que lhes diz respeito, continuam a combater as medidas arbitrárias, dispostos a contribuir para superar a crise, mas sem que venha a cair sobre os seus ombros todo o peso da «austeridade», enquanto os que a decretam continuam a facilitar os ataques às nacionalizações, a «utopia» a construção da sociedade apontada na Constituição.

A LEI PACOTEIRA RENOVADA

O famigerado decreto dos 15 por cento foi prorrogado por mais um ano. A lei «pacoteira», ressuscitada legalmente um mês e dez dias depois da queda do chamado I Governo constitucional, quando este já não tinha poderes para tanto, continuará em vigor, como a correspondente limitação do aumento de salários a 15 ou 20 por cento, até 31 de Dezembro de 1978.

Denunciando a gravidade a vários títulos dessa prorrogação ilegal, a CGTP-IN chama a atenção para o facto de ter sido utilizado um expediente na tentativa de legalizar um acto que o Governo demitido não podia praticar: a publicação de um Suplemento que remete para um «Diário da República» publicado em 31 de Dezembro de 1977, isto um mês e dez dias depois da queda do Executivo do PS sozinho.

A CGTP-IN, protestando contra esse acto, «pelo que revela quanto ao funcionamento de órgãos de soberania sem observância dos requisitos da constitucionalidade e da legalidade dos seus actos», recorda que o Decreto-Lei 49-A/77 (a lei «pacoteira» para os salários) caducou em 31 de Dezembro do ano findo por força

do seu próprio artigo 1.º, o que significa que desde o início de 1978 deixou de ser obrigatório o limite dos 15 por cento para as actualizações salariais».

Depois de denunciar «essa técnica dos suplementos a um «Diário da República» anterior, abundantemente utilizada pelo Governo derrubado», a CGTP-IN afirma que a renovação do decreto dos 15 por cento pode considerar-se a primeira manifestação concreta da nova situação que deixa antever a gravidade da política antipopular e antipatriótica que está em preparação, a política dos pacotes que, «hoje como ontem contará com a oposição determinada dos trabalhadores, dos Sindicatos, da CGTP-IN, que lutarão contra quaisquer limites fixados à partida,

pela manutenção e recuperação do poder de compra dos trabalhadores que diminuiu mais de 13% só em 1977».

A CGTP-IN realfirma que «como o seu antecessor, o decreto 565/77 (o 49-A renovado) não passará junto dos trabalhadores e do Movimento Sindical» e, denunciando mais uma vez o «soberano desprezo pela Constituição por parte de quem assim legisla, ignorando o direito que assiste aos trabalhadores organizados de participar na elaboração das leis do trabalho, a Central termina o seu comunicado declarando que «no exercício de todos os direitos e meios de luta que as leis e a Constituição lhes reconhecem, os trabalhadores e a CGTP-IN continuarão a dizer não a essa política» de marginalizar os trabalhadores, «de agravar brutalmente as tensões sociais, de impedir o grande esforço nacional indispensável à recuperação da nossa economia».

CC DO PCB: NOVAS TAREFAS PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

O Comité Central do PCB, reunido em Dezembro de 1977, elaborou um documento de análise em que é destacada a importância do 60.º aniversário na actual cena política internacional, se procede a um estudo da tática do imperialismo e da situação interna no Brasil e se aponta para as tarefas fundamentais a levar a cabo pelo PCB.

A MARCA DE OUTUBRO NA REALIDADE DE HOJE

1 - Comemorou-se, no mês passado, o 60.º aniversário da Revolução de Outubro. A amplitude das comemorações que marcaram a passagem desta data é uma medida do caminho percorrido pelo movimento socialista desde os seus primórdios. Nesta marcha, a Revolução de Outubro é um marco, o marco fundamental do mundo contemporâneo. Ela tem uma continuidade histórica, mundial, que aparece na construção do socialismo na União Soviética e na transformação, em bases socialistas, de outros países, em todos os Continentes. Esta continuidade expressou-se não apenas nas transformações estruturais que revolucionaram mais de um terço da humanidade, mas também, ao mesmo tempo, na função que a União Soviética e os países socialistas assumiram e assumem na luta contra o imperialismo, o fascismo, a reacção; na luta pela paz, pela independência dos povos, pela democracia e pelo socialismo. Luta que não cessa de avançar.

Há 60 anos nascia também, com o primeiro Estado socialista, a política de coexistência pacífica. Graças aos esforços comuns de todos aqueles que defendem a paz, esta é a forma que, cada vez mais, assume a luta de classes no terreno internacional: a passagem da política de confronto para a de distensão, cuja tradução no plano da cessação da corrida armamentista é um interesse prioritário dos povos.

Neste quadro de avanço da distensão no mundo, um traço importante da evolução da situação internacional é hoje o agravamento da crise do mundo capitalista, particularmente sensível desde 1974.

Os reflexos da crise ultrapassaram o nível puramente económico e se estenderam às esferas social e política dos países capitalistas desenvolvidos, caracterizando uma situação de dificuldades globais, que leva ao aprofundamento da competição entre os principais países imperialistas e à intensificação dos conflitos sociais no interior de cada um deles. A tendência à integração da economia mundial do imperialismo

é acompanhada por um movimento que acentua a competição interimperialista e a defesa das economias nacionais, e que se traduz pela adopção de medidas proteccionistas.

Ao mesmo tempo, cresce a necessidade dos círculos dirigentes do sistema imperialista de manter as massas trabalhadoras e os partidos e movimentos sociais que exprimem os interesses dos trabalhadores numa situação capaz de permitir que a saída da crise se faça sem que os lucros dos grandes monopólios e corporações multinacionais sejam afectados. Mas cresce também, por outro lado, a capacidade de resistência da classe operária a tais manobras, criando-se assim situações em que o poder dos monopólios é, frequentemente, obrigado a buscar o estabelecimento de compromissos com os partidos operários e o movimento sindical. Isto traduz a existência de uma correlação de forças nova, na qual torna-se difícil, pela própria força do movimento operário, que a resolução da crise se dê por meio da instauração de regimes que empreguem abertamente a violência contra o movimento popular. Além disso, torna-se dia a dia menos viável solucionar a crise através da guerra.

TAREFAS DO PCB NO MOMENTO ACTUAL

O movimento operário e sindical é aquele em que devemos concentrar nossa atenção e nossos esforços. Sua actual reanimação, embora recente, teve a propriedade de efectuar uma ligação da luta por reivindicações específicas, a começar dos salários, com as questões gerais que interessam ao nosso povo. A luta pela reposição dos 34,1% confisadamente roubados pela ditadura aos assalariados tomou um rumo que indica a existência de condições mais maduras para a intensificação deste tipo de movimento reivindicatório. Paralelamente, as manifestações de entidades dos trabalhadores pela autonomia e liberdade sindicais, naturalmente vinculadas à questão geral da democracia, indicam que o movimento sindical dá passos importantes em direcção à conquista do direito de

participar plenamente, como tal, da vida pública brasileira. O regime não está assistindo passivamente a este processo, e procura mobilizar algumas entidades dóceis para o apoio à sua política. Mas este é um fenómeno menor. A verdade é que, não tendo conseguido impedir que a classe operária fizesse sua aparição organizada no cenário, a ditadura lutará agora para minimizar e deformar esta presença. O movimento sindical avançou a proposta que poderá representar um momento importante do actual estágio de sua luta: a convocação da Conferência Nacional das

por outro lado, que as declarações de figuras de relevo da hierarquia católica, assim como os documentos resultantes dos encontros promovidos por instituições da Igreja, como o CNBB, desempenham um papel de grande importância no esclarecimento da opinião pública e na sua mobilização para a luta contra o regime.

No âmbito da Universidade, os problemas específicos que mobilizam e unificam os estudantes e os professores aparecem como ponto de partida de um intenso processo organizativo nos diversos níveis. As lutas estudantis de 1977 desempenharam um papel de primeiro plano para a sensibilização de todos aqueles que sofrem com o fascismo. A ditadura viu-se na impossibilidade de aplicar o instrumento odioso com que chantageou a Universidade anos

o primeiro momento na linha de frente do combate à ditadura e, hoje, mostram que sua capacidade de luta cresce à medida que cresce a própria luta.

As mulheres constituem, em nosso País, mais da metade da população e sua participação na criação das riquezas nacionais cresce progressivamente. Isto não impede que sejam discriminadas em seus direitos mais elementares ao trabalho, na família e no seio da colectividade. Não obstante, participam efectivamente da vida política brasileira, seja através de seus movimentos próprios, seja nos movimentos sociais. Os comunistas devem desenvolver esforços para mobilizar amplas massas em defesa da igualdade de direitos das mulheres nos planos económico, social, jurídico e cultural.

Os movimentos específicos da juventude e das inúmeras categorias profissionais podem receber um impulso novo na medida em que se intensifica o combate geral pela democracia e em que despertam para a participação segmentos sempre crescentes de brasileiros e brasileiras. Assim também os movimentos associativos nos bairros e do funcionalismo público, categoria de grande peso na vida social do País.

O desenvolvimento de cada um desses movimentos sectoriais, que ganha alento com a intensificação da luta pela democracia, amplia a influência do grande bloco de forças sociais e políticas interessado na conquista das liberdades.

A elevação generalizada da consciência da opinião pública mundial sobre a natureza dos regimes ditatoriais que existem em numerosos países, entre eles o Brasil, propicia e exige que estimulamos e colaborem para organizar o movimento de solidariedade internacional à luta antifascista, contra o terror que empregam e o absurdo que representam tais regimes.

Repetimos que é necessário que os militares se integrem ao movimento das forças antiditatoriais e à luta pela conquista da democracia no Brasil.

Que eles participem activamente de um processo de luta que mobiliza, hoje, as parcelas maioritárias do povo brasileiro, exprimindo o seu repúdio a um regime antinacional e que tentou, continuamente, isolar as Forças Armadas do resto da Nação, disseminando, nos meios militares, uma mensagem que, a partir da doutrina fascista da "segurança nacional", só contribuiu para o acirramento dos odios e o aprofundamento das divisões no País. O regime a que os brasileiros aspiram deve garantir às Forças Armadas uma posição importante na construção da democracia e na defesa da soberania popular.

Ao conchamar à unidade de todos os sectores e grupos significativos da sociedade brasileira para a construção de um Brasil democrático, estamos realmente convencidos de que é a partir das contribuições de cada um desses sectores, e do debate e em torno das posições apresentadas e defendidas pelas diversas forças políticas nacionais, que será possível formar um consenso maioritário capaz de orientar a vida democrática em nosso País. Por isso mesmo, não somos revanchistas e nem propomos a exclusão deste ou daquele sector que possa, efectivamente, auxiliar no cumprimento desta tarefa da vida pública brasileira. É a partir da unidade em torno da democracia que pensamos ser possível garantir, amanhã, sua vigência no Brasil.



Brasil: a repressão não desmobiliza a luta popular

Classes Trabalhadoras. Trata-se de um acontecimento que deverá servir a uma ampla manifestação das bases, nas empresas e assembleias sindicais, e a uma afirmação da unidade do movimento. O importante é que os trabalhadores tomem em suas mãos a realização do encontro.

A mobilização das massas rurais é um elemento que deve continuar a ser objecto da nossa actividade e atenção. O aguçamento das lutas dos assalariados agrícolas contra o desemprego; dos camponeses contra a política de arrolamento da sua economia e de fortalecimento do grande e exploração capitalista latifundiária; dos posseiros contra as expulsões, ampliam as condições para o crescimento e a consolidação da organização dos trabalhadores rurais e do campesinato.

Tudo trabalho realizado neste terreno, onde vem se destacando aquele que é levado a efeito pelos católicos, deve ser prestigiado e apoiado, pela razão mesma de que abre novas possibilidades de unidade com os sectores do movimento popular em que a influência da Igreja é predominante. Consideramos,

a fim, o decreto 477. Os comunistas devem lutar pelo alargamento incessante da participação de alunos e professores, contribuindo para criar ou reforçar instrumentos de canalização do sentimento antiditatorial cada vez mais vivo na Universidade brasileira.

A luta pela liberdade de expressão e manifestação do pensamento, pela liberdade de pesquisa, contra a censura e as demais limitações impostas pelo regime militar-fascista à sua actividade é o leito privilegiado de mobilização da intelectualidade, entendida da forma mais ampla. Os intelectuais estiveram desde



O Partido Comunista do Vietnam fez quarenta e oito anos

No passado dia 3 o Partido Comunista do Vietnam celebrou o seu 48.º aniversário, proclamando que cumprirá a sua missão na luta pela independência. Foi prestada homenagem a Ho Chi Minh, antigo presidente do PCV e que morreu em 1969, seis anos antes da vitória do seu povo sobre as tropas norte-americanas, ao serviço do regime reaccionário de Saigão e do imperialismo.

Entretanto, e em editorial, o jornal «Nhan Dan» referia os problemas que o Vietnam enfrenta, presente, com o Camboja, considerando que «as Forças Armadas devem reforçar a vigilância para defesa das fronteiras do país, do espaço aéreo e dos mares territoriais», concluindo que «o Partido está comprometido a continuar a trabalhar para a vitória completa do socialismo e do comunismo no mundo, para a destruição do capitalismo».

Em Argel, com a participação do PCP

INQUÉRITO AOS CRIMES DA JUNTA MILITAR CHILENA

Realizou-se na capital da Argélia, de 27 a 30 de Janeiro, a 5.ª sessão da Comissão Internacional de Inquérito aos Crimes da Junta Militar do Chile. Participaram representantes de 40 países, dos mais diversos sectores de actividade e de diferentes opções políticas.

O PCP esteve também representado na Argélia, através do camarada Albano Nunes, do CC do PCP.

Trata-se de uma Comissão de que fazem parte juristas, quadros de partidos políticos, sindicalistas, personalidades, num amplo quadro de opções ideológicas e religiosas. Uma Comissão, portanto, muito ampla e representativa, cujo objectivo principal, tal como o nome indica, é o de investigar sobre a situação no Chile, romper a pesada cortina de silêncio e de mentira imposta pela ditadura, reunir provas indiscutíveis sobre os crimes perpetrados pela Junta de Pinochet — declarou-nos o camarada Albano Nunes, ao descrever quais os objectivos e a composição da Comissão de Inquérito aos crimes da Junta do Chile.

Qual foi a participação chilena nos trabalhos da Comissão?

Estiveram presentes o camarada Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista Chileno, Hortensia Allende, membro do Partido Socialista e viúva do presidente Salvador Allende, que fizeram importantes declarações, diversos dirigentes de partidos da Unidade Popular e, a título individual, membros destacados da Democracia Cristã.

Para além disso foram ouvidos numerosos depoimentos de patriotas chilenos que estiveram encarcerados, foram torturados e perseguidos, de testemunhas directas de crimes e arbitrariedades, de observadores que, em várias ocasiões conseguiram, apesar de todas as dificuldades, visitar o Chile. Todos constituem uma violenta acusação à ditadura.

Quais as principais questões abordadas ao longo dos trabalhos e, posteriormente, nas conclusões finais?

A questão central abordada foi a dos «desaparecidos». «Onde estão?» — esta a pergunta angustiada que fazem no

Chile milhares de familiares e amigos de presos políticos e antifascistas cujo paradeiro se desconhece, de que não se sabe se estão ainda vivos ou foram assassinados, e sobre quem a ditadura de Pinochet continua a recusar fornecer quaisquer informações.

Foi possível estabelecer com segurança, na base de listas organizadas por diferentes organizações internacionais, a existência de 2000 desaparecidos. Mas este número é com certeza bastante maior. Por outro lado foi possível comprovar em relação a imensos «desaparecidos», que estes foram presos pelos esbirros da ditadura, foram vistos por várias testemunhas em campos de concentração, em prisões e centros de tortura secretos.

problemas muito vastos. Não só no que respeita a repressão directa, que vitima os que resistem e lutam contra a ditadura mas também outros problemas como: a questão do isolamento económico e político da Junta Militar, que continua a ser apoiada pelos mais diversas formas do imperialismo (EUA e RFA sobretudo) mesmo quando este assume na ONU posições de condenação da Junta; a necessidade de pôr cobro ao afluxo de empréstimos estrangeiros que ultrapassam já os 1000 milhões de dólares e permitem à Junta permanecer no poder; a trágica situação económica em que vive a maioria esmagadora do Povo chileno, mesmo reportando-nos unicamente

NOTÍCIAS DE ÁFRICA

Angola

Enquanto forças fantoches da FNLA, apoiadas pelos exércitos do Zaire e da África do Sul, tomam posições de tipo ofensivo ao longo da fronteira de Angola, na zona da província zaireense do Shaba, representantes deste grupo de contra-revolucionários dirigiram-se ao Partido Conservador Britânico em busca de apoio.

É evidente que tal apoio só pode traduzir-se em financiamento a estes inimigos do povo angolano, o que se enquadra perfeitamente nas últimas manobras de recrutamento de mercenários em território britânico e empreendidas pela FNLA. Mau grado o aviso solene de Luanda informando que todo o qualquer mercenário estrangeiro capturado em território angolano seria abatido, de imediato, o que levou o governo inglês a afirmar que se não responsabilizaria por nenhum cidadão britânico envolvido em tais aventuras, o Partido Conservador recebeu esses fantoches, acção que, aliás, se harmoniza com as declarações racistas do seu dirigente, Margaret Thatcher.

Mas Angola avança, com passos firmes, na luta pela liberdade e progresso do seu Povo. Não teme os seus inimigos e saberá rechacá-los sempre que for necessário — até à vitória final.

Moçambique

O vale do rio Limpopo está em vias de se transformar no celeiro da República de Moçambique. Aumentaram as sementeiras, desenvolveu-se a criação de gado. Entraram em funcionamento novas empresas para o tratamento dos produtos agrícolas, organizaram-se novas cooperativas e as antigas crescem rapidamente.

Os objectivos que a Frelimo fixou para os trabalhadores da província de Gaza apontam para os ritmos estáveis do aumento

da produção agrícola, tendo em vista a satisfação das necessidades internas e também a exportação de uma parte da colheita.

Este objectivo será realizado aumentando o rendimento das culturas e criando novas plantações, depois de estar pronto um sistema de irrigação unificado, programado para o vale do Limpopo. Para a concretização deste sistema concorrerá bastante um protocolo de trabalho tripartido, assinado recentemente no Maputo e nos termos do qual a União Soviética e a República Popular da Bulgária ajudarão Moçambique «a criar um esquema geral de utilização de águas e terras da bacia do Limpopo».

S. Tomé e Príncipe

Tendo o colonialismo deixado como herança uma estrutura agrária de monocultura do cacau, o primeiro passo do governo de S. Tomé e Príncipe, na agricultura, foi o decreto de nacionalização de mais de 20 grandes plantações que pertenciam ao capital estrangeiro. Actualmente pertencem ao Estado 80% das terras de lavrado das ilhas. Foram criadas propriedades colectivas nas quais, além do cacau, se cultiva o café.

A realização da Reforma Agrária tem deparado com algumas dificuldades. Nota-se a falta de pessoal qualificado e vence-se com lentidão a antiga orientação unilateral de produção agrícola, em condições de baixo nível de mecanização. Estas dificuldades são aproveitadas pelos inimigos das transformações socio-económicas, para colocar obstáculos ao avanço do processo. Mas estas tentativas têm resultado inúteis. Os trabalhadores de S. Tomé encetaram resolutamente o trabalho colectivo nas propriedades nacionalizadas, base do sector estatal na economia do País. A Reforma Agrária continua.

edições **Avante!**

ANGOLA: A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO DE 27 DE MAIO DE 1977

INFORMAÇÃO DO BUREAU POLITICO DO MPLA

PREÇO - 30\$00

CD a distribuição

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

PUB. **LUIS CORVALAN**



A REVOLUÇÃO CHILENA a ditadura fascista e a luta para a derrubar e criar uma nova democracia

edições **Avante!**

CD a distribuição

Preço 85\$00

Rodney Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

edições **Avante!**

CD a distribuição

Números significativos

Alguns números significativos sobre o Chile.

- 60% dos «desaparecidos» têm menos de 30 anos
- Um milhão de chilenos saíram do país desde que a Junta Militar se apoderou do Poder
- O desemprego atinge, pelo menos, 20% da população activa
- 78% da população vive em condições de extrema pobreza, 50% abaixo do nível mínimo de pobreza
- Desde 1976 o número de livros publicados baixou de 50%
- 45% dos professores e trabalhadores da investigação em ciências exactas e naturais abandonaram o país.

A luta contra os crimes de Pinochet, e em especial contra os «desaparecidos» é neste momento uma direcção fundamental no plano da solidariedade para com a resistência e a luta do Povo chileno. A greve de Julho, de familiares «desaparecidos», imediatamente apoiada por um vasto movimento de solidariedade internacional, o brigou Pinochet a comprometer-se perante a ONU a fornecer informações sobre o seu paradeiro. Isso contudo não foi feito. A técnica das prisões arbitrárias, dos sequestros, da utilização de campos de tortura secretos é no Chile uma prática corrente da repressão, que a V Sessão denunciou com vigor, pondo relevo no perigo de generalização deste crime contra a humanidade em certos países, não só da América Latina, como de África e mesmo da Europa.

Falste da questão dos «desaparecidos». Que outros problemas foram destacados na V Sessão?

aos números divulgados pela própria Junta.

Foi também denunciado o referendo-farsa, de 4 de Janeiro, com que Pinochet pretendeu dar do seu governo a imagem de um apolo que não tem. Destacou-se, por outro lado, a presença de democratas-cristãos chilenos, presença a que é atribuído um importante significado; o maior isolamento de Pinochet, que hoje persegue também aqueles que, em grande medida, lhe facultaram o acesso ao poder, a necessidade e as possibilidades cada vez maiores de unidade de todas as forças antifascistas chilenas.

O comunicado final inserido também, como é evidente, um apelo ao reforço da solidariedade internacional. De destacar por fim a posição solidária do governo da República Democrática e Popular da Argélia e da FLM que com o seu apelo muito contribuíram para o sucesso desta V Sessão da Comissão de Inquérito.

SEMANA INTERNACIONAL

Rodésia:

IMPERIALISMO ENFRENTA RECUSA DO NEOCOLONIALISMO

Em menos de 20 anos, o continente africano dos cinco impérios coloniais, transformou-se nos 49 Estados soberanos. O que resta de dominação colonial, está em vias de desaparecimento.

Esta realidade incontestável, que reflecte a perda de posições do imperialismo no quadro político mundial, alarma a reacção internacional, tanto mais que o processo da luta de libertação surge cada vez mais como uma recusa de adopção dos modelos neocolonialistas, o empenhamento numa via de desenvolvimento não capitalista. Actualmente uma dezena de países africanos já proclamaram o socialismo como objectivo e refundem as relações socioeconómicas sobre bases não capitalistas.

O que actualmente se passa na Rodésia ilustra e é parte integrante desta realidade que se vive no continente.

Quando da sua última reunião realizada em Maputo, capital da República Popular de Moçambique, os dirigentes da Frente Patriótica do Zimbabwe examinaram as questões relativas à luta armada contra o regime ilegal de minoria branca de Smith. Foi então determinada a necessidade de um reforço da unidade e da conclusão de um programa concreto de acções políticas e militares — elementos interdependentes na conquista da real independência para o povo do Zimbabwe.

A Frente Patriótica reafirmou a sua determinação em fazer fracassar os planos do imperialismo de instauração de um regime fantoche, condenando o projecto de «solução interna» de Smith, que se basearia no apoio dos colaboracionistas negros Muzorewa, Sithole e Chirau, e com que se pretende no fundo um adiamento da solução do problema da Rodésia, que permitiria a exploração colonial das suas riquezas por mais algum tempo.

Prosseguindo no reforço das operações militares contra os racistas, a Frente Patriótica manifestou-se interessada em dar continuidade às negociações com a Inglaterra, que legalmente continua a ser a potência colonial que domina a Rodésia, na condição, naturalmente, que se abra caminho à entrega do poder aos legítimos representantes do povo do Zimbabwe.

Os acontecimentos posteriores à reunião de Maputo integram-se na linha de acção já definida. Prossegue a ofensiva militar. Facto que ressalta, a despeito dos esforços do governo da Rodésia para o encobrir. As acusações oficiais contra «grupos» que funcionarão na zona fronteira de Moçambique são um indicio. Tais «grupos» são na realidade forças da Frente Patriótica e quanto à fronteira... aproxima-se significativamente da capital do país. Por outro lado, prossegue o êxodo de brancos, a quem os progressos na luta libertadora assusta, e que a prolifera propaganda oficial, bombardeando sistematicamente com os encantos da Rodésia, não consegue deter.

No campo das conversações estão também a ser dados alguns passos. Joshua Nkomo e Robert Mugabe, dirigentes da Frente Patriótica do Zimbabwe, apresentaram na reunião realizada em Malta, ao ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Owen, e ao embaixador norte-americano nas Nações Unidas, Andrew Young, uma proposta sobre a administração da Rodésia durante o período de transição do poder para a maioria negra, proposta que envolve o desempenho de um papel determinante pela Frente, cabendo ao governo britânico a fiscalização deste processo. A Inglaterra e os EUA, defendiam a nomeação de um comissário britânico apoiado por forças da ONU para administrar o país durante o período de transição, em que seriam preparadas eleições gerais. No fim dos três dias de conversações, que Mugabe e Nkomo afirmam ser preciso prolongar posteriormente, o governo britânico concordou com uma proposta da Frente de criação de um conselho administrativo para o período de transição.

Tudo isto são elementos de uma batalha que prossegue árdua e em que o imperialismo se esforça por empurrar os acontecimentos para um caminho sem saída. Mas aí encontra, não só a barreira da luta do povo do Zimbabwe por uma real independência, mas também a das limitações à sua acção impostas por uma conjuntura internacional em que o recurso ao neocolonialismo, como às soluções de força, tem cada vez mais dificuldade em firmar-se. Não é por acaso que a «solução interna» de Smith goza de um único apoio oficial: o da África do Sul. Os Estados Unidos e a Inglaterra viram-se mesmo na necessidade de se criticar, embora muito debilmente, embora proclamessem a necessidade de «consulta de todas as partes», que inclui os colaboracionistas negros. Não é por acaso que os EUA e a Inglaterra se sentam à mesa de conversações com a Frente Patriótica, embora com o propósito de fazer passar uma solução neocolonial através, por exemplo, de umas eleições devidamente manipuladas, com a Frente afastada dos verdadeiros centros de decisão e de poder.

A contra ofensiva do imperialismo contra a África independente está condenada à partida. A rica e dolorosa experiência dos povos e das forças revolucionárias do continente na luta contra a exploração, constitui uma boa garantia de que os esforços do imperialismo serão em vão.

ELEIÇÕES NA POLÓNIA

No dia 5 de Fevereiro realizaram-se, na Polónia, as eleições para os conselhos do povo de primeiro grau, que correspondem às eleições municipais, e em que foram eleitos os representantes dos órgãos administrativos locais — órgãos de base de poder popular nas aldeias, cidades e bairros. A declaração eleitoral em que a importância da realização da importância das eleições, foi elaborada na sessão plenária da Frente de Unidade Nacional e adopta, como plataforma política, as decisões da 2.ª Conferência Nacional do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), que se realizou de 9 a 10 de Janeiro em Varsóvia. A declaração sublinha a importância da boa funcionamento dos órgãos da democracia socialista, em que se exprime a vontade dos trabalhadores da cidade e do campo.

reforçadas as posições dos conselhos do povo, e alargadas as suas funções legislativas, de controlo e de coordenação. Será também reforçada a prática das consultas populares, o que permitirá que nenhuma decisão importante seja tomada sem que previamente a população se tenha pronunciado. Será também reforçado o controlo social permanente.

Como a declaração realça, a Polónia socialista é construída por todo o povo polaco. A fonte principal de todas as realizações do povo polaco e da sua força é a unidade dos polacos face aos mais importantes problemas da sua pátria, a sua unidade no trabalho para o progresso do país. Serão reforçadas as condições para as boas relações entre o Estado e a Igreja, importantes num país como uma elevada percentagem de católicos.

Na parte final da declaração apela a todos os polacos — membros do Partido e sem partido — todos os homens de todas as gerações, de todos os ofícios, a manifestar, pela sua participação geral nas eleições, o apoio ao programa da Frente de Unidade Nacional.

EQUILIBRISMO NÃO RESOLVE CRISE POLÍTICA ITALIANA

Com um 4-vontade supreeminente mesmo para quem já teve as rédeas do poder mundial na mão, Washington prossegue no caminho encajado de ingerência nos problemas internos dos povos europeus, em particular na França e Itália. Depois das iniciativas que levantaram amplos protestos em ambos os países, Washington retoma o tema, que se está a tornar uma constante nas suas referências à NATO, ou a questões de pretensa segurança do mundo ocidental. Desta vez foi George Vest, secretário de Estado assistente, que reafirmou a preocupação e o descontentamento de Washington e da NATO face à possibilidade, que se acentua de forma cada vez mais nitida, de uma participação dos comunistas no poder, na Itália.

A evolução da situação interna na Itália não é alheia às pressões que assim se fazem sentir a nível internacional. Não é segredo para ninguém que as posições da democracia-cristã italiana têm alguma coisa a ver com os ditames do imperialismo. Aliás esta ligação foi já denunciada pelo «L'Unità», órgão do Partido Comunista Italiano, quando da directa ingerência de Washington na vida interna do povo italiano, que se concretizou numa arrogante advertência contra o acesso dos comunistas ao governo. Então todas as forças políticas italianas significativas protestaram contra este facto inadmissível. A democracia-cristã mal esboçou um vago sussurro, para que o seu silêncio se não tornasse excessivamente comprometedor.

Hoje, a democracia-cristã prossegue com os seus ginásticos esforços para evitar o que naturalmente se virá a impor como inevitável. Andreotti, primeiro-ministro indigido, propõe-se, com um mandato unânime do directorio da Democracia Cristã, formar um governo para onze meses, com base num «acordo legislativo», sobre quatro questões consideradas chave política externa, economia, crime e violência, desemprego juvenil. Este acordo seria estabelecido entre seis partidos: a Democracia Cristã, o Partido Comunista Italiano, o Partido Socialista, o Partido Republicano, o Partido Social-Democrático e o Partido Liberal. Entretanto, o Comité Central do Partido Comunista Italiano, em reunião recentemente realizada, aprovou uma linha de orientação em favor da formação de um governo de emergência com a participação comunista.

Para clarificar a situação actual, convém ir um pouco ao passado.

O governo italiano que caiu é o 39.º desde a queda do fascismo em Itália — o que nos dá a imagem de uma dura luta de classes que se tem desenvolvido, da total inadequação das fórmulas governamentais até hoje obtidas à realidade política italiana. As eleições em que se formou deteriorando. Em Dezembro, uma manifestação que reuniu em Roma 200 000 metalúrgicos mostrou, de forma clara, que a classe operária não estava disposta a suportar o prolongamento de uma situação insustentável. A declaração do PCI sobre a necessidade de incluir representantes seus no seio do



Itália: a força do movimento operário e dos partidos de esquerda impõe-se cada vez mais. Sem eles, a alternativa democrática não é possível.

o seu máximo coincide invariavelmente com os períodos eleitorais, com as acções de massas dos trabalhadores, com os progressos da esquerda na aproximação dos órgãos do poder.

Este longo período de instabilidade política demonstra à sociedade que as mesinhas da democracia-cristã não dão qualquer resultado. Pese ao imperialismo americano, pese à NATO, aos seus temores sobre «segurança» e «desequilíbrio de forças», os trabalhadores, o povo italiano, sabem o que querem e não querem. A situação de crise não se poderá arrastar indefinidamente. E já está bem claro que não encontrará a falsa saída de novas sobrecargas no nível e nas condições de vida e trabalho do povo italiano.

Por outro lado o terrorismo faz parte do quotidiano do povo da Itália. Duma forma mais acentuada que noutros países da Europa capitalista onde, embora essa realidade seja pouco realçada, está já inserida no dia a dia dos

governo foi o passo decisivo para a queda deste.

Entretanto prossegue uma aguda crise económica. Em 1977 a produção industrial não subiu mais que 1,5% depois de uma subida quase nula no ano anterior. Como em todo o mundo capitalista, a capacidade de produção não é totalmente utilizada. De 1971 a 1976 o número de operários industriais baixou em 900 000. A redução da taxa anual de inflação para 12% foi considerado um grande êxito do governo.

mercadarias de que precisa para a sua economia. De 1970 a 1977, o volume de transações com esses países duplicou, tendo atingido em 1976 os 6,6 milhões de rublos. A parte desses países no comércio externo soviético atingiu os 11,6%.

Mais de 170 estabelecimentos de ensino foram montados, ou estão em vias de o ser, com a ajuda da URSS, tendo já formado cerca de 160 mil especialistas. Por outro lado, 20 mil cidadãos oriundos dos países em vias de desenvolvimento estudam nas escolas soviéticas. Além disso, durante a construção de numerosas obras nesses países, os especialistas soviéticos formaram perto de 350 mil técnicos e operários qualificados.

A cooperação económica e técnica da União Soviética com os países em vias de desenvolvimento ultrapassa, pois, o quadro das relações económicas comerciais entre Estados, para adquirir um profundo significado, como apoio concreto à luta de libertação desses povos.

A cooperação da União Soviética com os países em vias de desenvolvimento estende-se também a outras esferas, nomeadamente o comércio e o ensino.

A URSS fornece a esses países máquinas, meios de transporte, equipamento, materiais industriais, e mesmo fábricas completas em troca de

Milhões de trabalhadores soviéticos voltam à escola

Com o principal objectivo de proporcionar aos trabalhadores a base económica e política que lhes permitiu compreender conscientemente o processo de produção e, ao mesmo tempo, alargar conhecimentos relativamente às várias manifestações da cultura e da arte, a URSS vai promover uma série de cursos, facultativos e gratuitos, que abrangem cerca de 20 milhões de trabalhadores soviéticos.

A percentagem mínima de participação prevê-se de 6% entre os trabalhadores agrícolas e de 25% nas indústrias de carvão e metalurgia. Esta reciclagem, que enriquecerá milhões de trabalhadores nos seus conhecimentos profissionais e aumentará o seu índice cultural, vai funcionar em dois tipos de escolas — as «Escolas de Trabalho Comunistas» e as «Universidades do Povo» — sendo estas últimas de nível superior.

A maior parte destes cursos tem dois anos de duração.

Problema cipriota continua a aguardar solução

Se bem que não se possa afirmar «em Chipre nada de novo», a verdade é que a situação política desta pequena ilha do Mediterrâneo continua a aguardar uma evolução correcta. Com 40% do território ocupado desde Julho de 1974, quando a Turquia invadiu o país forçando uma sucessão artificial assente na existência de duas comunidades cipriotas — a grega e a turca — Chipre continua a ser vítima de uma situação geográfica (que, estrategicamente, interessa ao imperialismo).

Enquanto o governo turco anuncia a retirada de mais 500 soldados de Chipre, o que elevará a 14 200 o número de tropas ocupantes que já abandonaram a ilha, Bülent Ecevit, primeiro-ministro da Turquia, já materializou o seu desejo de encontrar uma solução correcta para o problema ao endereçar ao seu homólogo grego, Constantine Caramanlis, uma mensagem onde, nomeadamente, manifesta o desejo expresso de facilitar o caminho à assinatura de acordos sobre Chipre.

Todavia, é o mesmo Ecevit que declara «ser completamente impossível aceitar Kyprianou como presidente de toda a ilha de Chipre», sendo este, como é o chefe do Estado cipriota legitimamente eleito. Esta afirmação nada vem adiantar à tão desejada resolução do problema de Chipre e, de resto, está em contradição com «as mensagens de intenção» do primeiro-ministro turco.

O dólar desce os monopólios sobem

O dólar norte-americano continua fonte de preocupações para o mundo capitalista, pois a sua desvalorização, que vem atender as necessidades dos grandes monopólios do país, arrasta para o caos os ajustes financeiros entre os Estados e prejudica todo o comércio internacional.

A Organização Mundial de Saúde, sediada em Genebra e que efectua os seus pagamentos em francos suíços, já lançou o alarme, pois como o seu orçamento fora calculado na base de 2,65 francos suíços por dólar acabou altamente prejudicada quando a moeda americana caiu para menos de 2 francos suíços, o que se traduziu pela perda de mais de 10 milhões de dólares e a impossibilidade de concretizar o seu plano de trabalhos e operações na luta contra a doença.

Por outro lado, a OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo — também já manifestou a sua preocupação com o efeito da quebra do dólar sobre os preços do petróleo, o que fez reviver a antiga ideia de ligar esses preços a um lote de divisas internacionais.

Todavia este jogo da desvalorização é tão velho como o sistema capitalista. Quanto mais baixa a moeda de

um país altamente industrializado, como os EUA, mais baratas se tornam as exportações e, consequentemente, maiores se tornam os lucros das vendas, já que o baixo preço dos produtos arrebatou todos os compradores presentes no mercado.

Violência governamental na Tunísia

A Tunísia foi recentemente atada por uma onda de violência desencadeada pelas autoridades governamentais, na sequência de uma greve geral de 24 horas, convocada pela União Geral dos Trabalhadores Tunísios e acompanhada com manifestações pacíficas.

Estes graves acontecimentos — que causaram com vítimas, pelo menos (Beirute informou que morreram mais de 470 pessoas) — estão directamente relacionados com a influência do FMI no país, o qual impôs ao dócil governo de Habib Bourguiba as condições habituais e que se traduziram num agravamento alarmante das condições de vida dos trabalhadores tunísios.

O estado de emergência foi decretado e presas muitas centenas de pessoas, entre as quais mais de 100 sindicalistas, incluindo o secretário-geral da UGTT, Habib Hachour. De recordar que este dirigente fazia parte do «bureau» político do «Neo-Destour», partido governamental, o que indica as dificuldades crescentes que Bourguiba vem enfrentando para levar à prática a sua política de capitulação ao imperialismo.

Ditadura de Somoza cada vez mais ameaçada

A greve geral que alastrou pela Nicarágua tem vindo a transformar-se, gradualmente, num amplo movimento de contestação ao governo de Somoza, abrangendo já e praticamente todos os sectores produtivos do país.

Esta greve, que inicialmente foi convocada para exigir o total esclarecimento do assassinio do jornalista opositorista Joaquín Chamorro, acabou por se tornar num amplo movimento de contestação ao governo de Anastasio Somoza, cuja família governa a Nicarágua há 40 anos, fazendo oscilar violentamente a ditadura.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional, organização que optou por uma contestação directa ao regime recorrendo à luta armada, tem controlado algumas localidades, enquanto faz comícios contra Somoza e distribui propaganda, tendo já desenvolvido uma acção deste tipo no centro da capital do país, Manágua, apesar desta estar fortemente patrulhada por tropas fiéis a Somoza.

URSS: SOCIALISMO E COOPERAÇÃO

A URSS já concluiu acordos de cooperação económica e técnica com cerca de 60 países em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. Com o concurso da União Soviética, perto de 1000 obras dos mais diversos tipos foram construídas ou estão ainda em construção nesses países.

A base de uma economia desenvolvida é a indústria. Para isso é condição necessária a existência de poderosas fontes de energia. Não é pois de espantar que 74% dessas obras sejam empresas industriais e de produção de energia.

Nos termos dos acordos económicos, as empresas construídas com a ajuda da União Soviética são sempre propriedade dos países interessados e são dirigidas pela administração nacional, e nelas são também sempre aplicadas as conquistas técnicas e científicas mais avançadas, de forma a que beneficiem efectivamente essas economias e não como fazem os países capitalistas desenvolvidos que «exportam» indústrias velhas já não rentáveis nos seus países.

Com a ajuda da União Soviética, e nos termos dos acordos em vigor em princípios do ano passado, a produção

dos países em vias de desenvolvimento aumentará 10,8 milhões de kw, 15,8 milhões de toneladas de ferro fundido, 17,7 milhões de toneladas de aço, e 53,1 milhões de toneladas de petróleo.

Basta lembrar que em 1970, os países em vias de desenvolvimento, no seu conjunto, produziam um pouco mais de 20 milhões de toneladas de ferro fundido.

Na Índia, por exemplo, as empresas construídas com assistência soviética asseguram 80% da produção de equipamentos pesados, 35% dos produtos petrolíferos, e 30% de aço. A URSS contribui igualmente para a construção de indústrias químicas, ligeiras e alimentares. A cooperação estende-se também à construção de habitações, à criação de serviços comunais, aos trabalhos de

prospecção geológica, à saúde pública e à agricultura.

Em África, mais de 60 obras de carácter agrícola foram construídas ou estão em vias de o ser com a assistência soviética, nomeadamente sistemas de irrigação, instalações para criação de gado, silos para cereais, empresas de reparação de máquinas agrícolas, etc.

COOPERAÇÃO NO COMÉRCIO E ENSINO

A cooperação da União Soviética com os países em vias de desenvolvimento estende-se também a outras esferas, nomeadamente o comércio e o ensino.

A URSS fornece a esses países máquinas, meios de transporte, equipamento, materiais industriais, e mesmo fábricas completas em troca de

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.



edições Avante!

PREÇO 150\$00 DISTRIBUIÇÃO CDL

Nome:
Morada:
Localidade:
Designar o número de volume:

Para o respectivo pagamento enviar esc. — 300 em cheque, vale de correio n.º — para CCL.

Departamento de Venda Directa - Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1.

JOHN REED

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.



edições Avante! Preço: 100\$00 a distribuição



A reportagem do «Avante!» ouve os rendeiros. As suas reivindicações são justas, a sua luta identifica-se com os interesses nacionais

RENDEIROS DE CASAIS VELHOS, GATINHEIRAS E COURELAS NOVAS — UMA LUTA DE LONGOS ANOS

Arrasta-se há muitos anos a luta dos rendeiros de Casais Velhos, Gatinheiras e Courelas Novas, fazendas de Almeirim, pelo direito às terras que os seus avós receberam dos senhores por volta de 1886: «Rezam os velhos que eram terras totalmente improdutivas, cobertas de mato, que os senhores possuíam mas não conheciam; único regalo de caça, só limpas pelo fogo que na destruição impedia o arvoredo, ricas em caça grossa, em especial lobo e javali, que não permitiam as culturas dos terrenos vizinhos regados pelo Tejo». Terra distribuída em pequenos glebas estendendo-se numa área de cerca de 690 hectares, e em 1973 ainda nela trabalhavam mais de 1000 peões fazendeiros em 725 courelas e 590 terras tomadas de renda, e dela viviam «à volta de cinco a seis mil almas». Hoje são menos os fazendeiros, embora continue a somar largas centenas. Dois deles falaram para «Avante!» contando o processo de luta pela remissão de terras que «foram desbravadas e arroteadas num esforço de muitos anos, rasgadas até à cintura só pela força do braço e da enxada». Disse-nos Manuel Vinagre Fonseca Rebelo:

— interrompe o rendeiro José Vinagre Machacás — chegou a ponto que as terras não davam para o pagar. Houve casos em que as rendas, de um contrato para o outro, passaram de 1 500\$000 para 10 e mais contos. Alguns fazendeiros largavam as terras e os senhores punham lá gado cavalari e, poucas vezes, algum bovino. Era esta a serventia que davam as terras boas. Não punham lá mais nada e rodeavam as terras com arame farpado. Durante o tempo que estiveram na terra os senhores só destruíam o que nós fizemos. Porque os donos não desbravaram nada. Fomos nós, os nossos avós, os nossos pais que desbravámos a terra e nela realizámos todas as benfeitorias.

COMO CRESCEU O MOVIMENTO DOS RENDEIROS

Desde 1959 que os rendeiros de Casais Velhos, Gatinheiras e Courelas Novas se haviam empenhado num movimento reivindicativo pelas terras que trabalhavam. A sua aspiração, exposta em inúmeros abaixo-assinados à Junta de Colonização Interna, desde os finais dos anos 50, era de que este organismo adquirisse as terras à «casa fidalga» vendendo-as depois aos rendeiros que a pagariam em várias prestações anuais à Junta. Esta hipótese, desde sempre, foi recusada veementemente pelos proprietários das terras. Em 1965, escrevia um dos herdeiros, um D. António «que é Conde de Vila Franca», à Junta de Colonização Interna: «Esta propriedade encontra-se na posse da família há muitas gerações e creio poder mesmo afirmar há já muitos séculos. Considerariamos portanto uma traição ao espírito dos nossos antepassados des-fazer-mos-nos delas sem motivo de força maior; da mesma maneira que consideramos parte integrante da família portuguesa os territórios ultramarinos e uma

traição a sua cedência». Bocadinho curto de prosa mas que dá claramente o retrato destes senhores de terra, todos eles fiéis servidores do regime fascista.

O aumento sempre crescente das rendas veio alimentar o movimento reivindicativo dos rendeiros, rendeiros de Almeirim. Seguiram-se durante anos e anos, várias exposições ao Governo. É interessante verificar que o Sector de Divisão dos Baldios e Acesso à Propriedade da 2.ª Repartição da Junta de Colonização Interna justifica em 1973, nestes termos o progressivo aumento de rendas:

«O primeiro contrato de arrendamento da Charneca do Casal Velho data de 1886 e foi celebrado por períodos de 19 anos. Mas os seguintes já tiveram prazos cada vez mais curtos, até que o último, operado em 1970, já foi proposto por períodos de três anos, a fim de facultar aos herdeiros a possibilidade de oportunas actualizações dos valores das rendas que a companhia a s desvalorizações da moeda e a carestia de vida que a todos afecta, proprietários e rendeiros». Por tudo isto não era de estranhar que «em 1970, os proprietários tenham aumentado a renda de 2 500\$000 para 10 500\$000». Exemplo flagrante de «moral» fascista; o custo de vida, as dificuldades não podiam minimamente beliscar os senhores que continuam sempre com maiores lucros graças à intensificação da exploração da população trabalhadora, essa sim, atingida gravemente pelo aumento do custo de vida.

A LUTA PELAS TERRAS VAI CONTINUAR

Em 1973, os proprietários, provavelmente temendo a insistência dos rendeiros em adquirir as terras, o engrossar do movimento, resolveram expulsar delas «os focos de

agitação». E assim muitos foram os rendeiros que foram alertados judicialmente para abandonar as suas glebas.

— Foi no período em que mandaram a Guarda invadir as terras — conta Manuel Vinagre — Um que eu vi expulsar da terra foi o ti Inácio Velho que o puseram fora, com a mulher e os enteadozinhos na rua.

«Então na parte da Gatinheira foram muitas as ordens de despejo. A GNR correu com as pessoas de lá para fora, não deixava ninguém lá entrar, não deixava sequer cortar a vinha, não deixava levar nada do que tinha sido cultivado havia lá vinhas que os GNR até as cortou com as uvas que ainda não estavam maduras. Isto tudo porque os senhores quiseram ficar com a posse das terras. Foram tempos duros. E vimos com o que podíamos contar. Então desde 1974 que depositamos as rendas na Caixa Geral dos Depósitos.

«Desde o 25 de Abril que vimos abrir-se uma maior esperança — conclui José Vinagre. — Com a Lei do Arrendamento Rural que agora foi revogada por má obra do PPD, a vida parecia aligeirar-se. Mas, entretanto, tudo aumentou: os adubos, o gásóleo, os pesticidas. Temos batata a apodrecer sem ninguém a vir cá levantar. Ainda não recebemos os subsídios da queima dos vinhos. E continuamos à espera de ver o nosso maior desejo realizar-se: a remissão das terras que sempre trabalhamos, das terras incultas que vieram para as mãos dos nossos avós e que eles puseram em estado de alimentar tanta gente. Destas terras chegou-se a dizer que eram o celeiro de Almeirim. A maior parte de nós somos velhos mas estamos dispostos a continuar a lutar pelo direito a estas terras, onde fizemos tantas benfeitorias, e que não desistimos de comprar por um preço justo. Pensamos que a terra nos deve ser cedida pelo preço da matriz, pois tudo o que nela foi valorizada foi com a força dos nossos braços.

CERCA DE 500 PESSOAS NO 1.º ENCONTRO DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE BEJA

Cerca de 500 participantes do 1.º Encontro de Pequenos e Médios Agricultores, Seareiros e Rendeiros do Distrito de Beja, que se realizou, no passado domingo, naquela cidade, aprovaram um Caderno Reivindicativo que sintetiza as aspirações destes trabalhadores «da dura terra brava» em relação ao escoamento dos produtos, preços e comercialização dos produtos agrícolas, crédito, subsídios, seguros de cultura, apoio técnico, Previdência Rural, arrendamento rural e seareiros e à organização dos agricultores em Ligas, cooperativas de comercialização e ainda em relação à transformação dos ex-Grémios da Lavoura em cooperativas de comercialização.

Ao encontro, que foi preparado através de inúmeras reuniões realizadas em freguesias do distrito, assistiram diversas organizações de pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros como

Ligas, o MARN, o MAPRU, o MARSAs e ainda a União dos Sindicatos de Beja e os Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Évora, Beja e Portalegre e diversas UCPs e Cooperativas Agrícolas do Distrito.

Do Caderno Reivindicativo consta, entre outros pontos, as seguintes reivindicações:

«Os pequenos e médios agricultores exigem o cumprimento dos artigos 102 e 103 da Constituição que garantem o escoamento dos produtos através de organismos públicos assim como o fornecimento dos factores de produção. Os agricultores exigem a fixação pelo Governo dos produtos agrícolas antes do começo dos anos agrícolas e que seja discutido com eles essa questão. Exigem também o apoio do Governo à criação de cooperativas agrícolas de pequenos e médios agricultores, a passagem do património dos ex-grémios

para as cooperativas de comercialização que devem integrar pequenos e médios agricultores e trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas».

Exige-se ainda «a redução do juro assim como das taxas de crédito para investimento que deverá ser concedido sem exigências hipotecárias e em prazos alargados e que seja simplificado e desburocratizado o acesso ao crédito»; a concessão de um seguro agro-pecuário que enquanto não for criado será substituído pela «concessão de subsídios, indemnizações para as perdas das culturas de gado provocadas por acidentes climáticos, pragas, doenças e epidemias» e condena-se a atribuição de subsídios aos agrários parasitas e às indemnizações que o Governo propôs oferecer-lhes».

Comungando da mesma aspiração dos rendeiros do Norte e do Sul, o Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Beja, (no qual existem 70 mil

rendeiros, sendo 32% do total das explorações agrícolas), exigiu a revogação dos artigos 17, 18 e 19 da actual Lei do Arrendamento Rural, a «lei dos senhorios», e que se prorrige a apropriação dos latifúndios a começar pelas terras incultas ou subaproveitadas dos concelhos de Odemira, Ourique e Mértola, distribuindo-se depois essas terras a rendeiros, seareiros, raqueiros, outros pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas.

Relativamente à Liga de Beja que, neste momento, como se disse no Encontro funciona como «um feudo do senhor Almeida», decidiu-se repor a legalidade democrática e dinamizá-la.

Constituiu-se ainda por decisão do Encontro, um Secretariado Distrital Provisório que solicitará uma audiência ao MAP e à Comissão de Agricultura e Pesca da Assembleia da República afim de expor as questões expostas no Caderno Reivindicativo.

OS BALDIOS DO POVO DE VILA NOVA DE OURÉM NÃO PODEM REGRESSAR À CASA DE BRAGANÇA

Do ex-ministro Barreto pode dizer-se que até ao fim da sua passagem pelo Governo foi fiel à política de defesa dos interesses dos grandes agrários, tentando recuperar-lhes um domínio perdido por acção das massas trabalhadoras e populares após o Abril de 1974. Esta fidelidade «leveu-o, mesmo com o Governo a que pertenceu demitido — o que não deixa de levantar sérias questões de ordem legal — a tentar a reconstrução, através de portaria, dos antigos latifúndios das fundações «Casa de Bragança», «Godinho de Campos» e «Eugénio de Almeida» abrangendo mais de 17 000 hectares. Os efeitos desta medida, a ser concretizada, consistiriam na criação de difíceis condições de sobrevivência a 15 UCPs (duas seriam destruídas). Relativamente à «Casa de Bragança», mais de 14 000 hectares passariam, de novo, para as mãos dos antigos senhores atingindo mais de 30 herdades pertencentes a nove cooperativas dos distritos de Évora e de Portalegre e seria ainda atingido o povo de Vila Nova de Ourém: um povo de que pouco se fala e que muito terá para contar, nomeadamente em relação aos baldios que, há muitos anos, sem que se saiba como, foram ter à Casa de Bragança, cujo reinado deixou triste memória nesta vila ribatejana até que em Maio de 1975, a população de novo os recuperou.

não fossem considerados estritamente necessários ao logradouro comum, a fim de, com o produto da alienação, ocorrerem às despesas de edificação ou compra de casa de habitação e respectiva mobília para os magistrados judiciais e do Ministério Público, e o decreto-lei de 24 de Maio de 1927, que autoriza as juntas de freguesia e as câmaras municipais, que não sejam sede de concelho a alienar em hasta pública os terrenos baldios que lhes pertencem quando estes se encontrem em determinadas condições. Embora estes casos se não tenham

completa de cerca de 100ha para a plantação de eucalipto, para a qual a Comissão de Compartes, entretanto eleita, teve de pôr 500 pinheiros em venda; o comprador pagou 480 contos de entrada e cortou à volta de metade; depois a Fundação que nunca aceitou que o povo recuperasse os baldios, começou a levantar uma série de problemas e as coisas ficaram emperradas. Com estas e outras dificuldades que a Fundação da Casa de Bragança começou a criar, demos passos para resolver a questão. Fomos a Lisboa falar



Os baldios pertencem ao povo. Nas mãos do povo, os baldios estarão ao serviço das populações

— A recordação do que foi a administração da «Casa de Bragança» nos baldios que, de direito, pertencem ao povo de Ourém, a experiência do que após 75 a Assembleia de Compartes tem feito por um melhor aproveitamento em benefício de todo o colectivo, leva os homens e mulheres de Ourém a afirmarem a sua disposição em não largar mão dos baldios que o senhor Barreto, em vésperas do seu reino se finar no MAP, quis deixar de herança a um dos ramos mais importantes dos latifundiários deste país.

Desta questão que preocupa o povo de Ourém falou-nos um dos elementos da Comissão de Compartes dos Baldios de Ourém dos Castelos. Ouvilo foi tomar conhecimento com a vontade popular no que diz respeito à conservação dos baldios. Este homem que, como os outros da Comissão, tem a sua actividade profissional, e muitas horas de descanso tem sacrificado à administração colectiva dos baldios, lembrou para o «Avante!» o que foi a administração da «Casa de Bragança» nos longos anos em que os baldios foram roubados aos povos:

— A administração da Fundação foi bastante deficiente. O mato não era cortado há trinta anos, o que indignava o povo. Existia nos terrenos baldios uma casa desabitada há trinta anos. O estado da floresta originava que ocorressem muitos incêndios. A população avarava-se a ir buscar a caruma, a lenha, o mato. Por causa disso, não raras vezes, eram as pessoas mandadas à Guarda pelo administrador da «Casa de Bragança», o sr. Costa Pires. As mulheres pobres que iam buscar a caruma para vender a 1\$50 o molho eram apanhadas sofriam dissabores. Se o povo punha o gado na

Como teriam os baldios do povo de Ourém ido parar às mãos da «Casa de Bragança» é caso não esclarecido. No entanto, aqui, como em muitos outros locais, deve ter acontecido que as grandes casas se assenhoreavam dos terrenos sem que sofressem sanção. O próprio poder de que dispunham era justificação para este arrebatar de terras à população. Arrebatar a que o fascismo veio desde os primeiros tempos dar fôr de legalidade.

A este respeito, é de citar estas duas curiosas e bem claras leis do regime fascista: o decreto de 7 de Março de 1927 que concedia às câmaras municipais a faculdade de alienar, independentemente do disposto nas leis de desamortização, os baldios que

verificado em relação aos baldios de Ourém, eles falam como exemplo dessa acção tão vasta desenvolvida pelo fascismo no que respeita aos roubos dos baldios à população.

Mas com o 25 de Abril, a luta longa dos povos pelos seus baldios animou-se de novas esperanças, ganhou outro impulso. Do que sucedeu em Ourém conta-nos o elemento da Comissão dos Compartes:

— Convocámos o povo a 4 de Maio de 1975. Compareceu praticamente todo o povo da freguesia, mais ou menos 2000 pessoas. E todas foram unânimes na vontade de recuperar o baldio. Fomos então à Câmara Municipal. Aproveitámos o azule e o gado, fez-se uma

com elementos da «Casa de Bragança». Fomos também ao MAP. Propusemos que o povo ficasse com 60% da exploração do pinhal e a Fundação com 40%. Mas a nossa vontade de dialogar só teve como resposta que a Fundação pôs três elementos da Comissão de Compartes em tribunal. Isto como se a comissão não representasse, afinal, a vontade de todo o povo. A Fundação perdeu este acção no Tribunal de Ourém e, então, resolveu colocar recurso no Tribunal de Relação de Coimbra, do qual até à data pouco sabemos.



Defender as culturas e o emprego: quem poderá estar contra tais objectivos?

UCPs DE PORTALEGRE NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

No passado dia 25 de Janeiro, realizou-se na Casa do Povo de Valamonte, concelho de Monforte, uma importante reunião das direcções de UCPs e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Portalegre, convocada pelo respectivo Secretariado Distrital. Os trabalhos decorreram em duas sessões, com um intervalo para almoço, e nelas participaram cerca de quarenta UCPs e Cooperativas.

Num primeiro pñto, foi feita uma análise da situação actual, quer no plano político, quer no plano da situação interna das UCPs e Cooperativas.

Intervieram vários trabalhadores e técnicos que abordaram problemas

relativos à gestão das unidades, da sua estruturação e organização interna e das dificuldades que têm encontrado, quer por deficiente trabalho dos próprios trabalhadores, quer, em especial, por causa da política de ofensiva e de sabotagem contra a Reforma Agrária que foi uma constante do governo anterior. A formação do governo de coligação PS/CDS foi o tema de uma moção aprovada, por unanimidade e aclamação, em que se condena esta santa aliança e na qual os trabalhadores fazem saber que jamais recuarão na defesa dessa grande conquista de Abril, que é a Reforma Agrária.

Procedeu-se depois

à discussão sobre as soluções a tomar quer no plano organizativo interno das Unidades, quer no que se relaciona com o melhoramento das culturas e no seu melhor aproveitamento, aumentando-se o rendimento por hectare. No final, foram aprovadas conclusões sobre as medidas a tomar quanto à ofensiva contra a Reforma Agrária, sobre a organização e a necessidade do seu reforço, criando-se Secretariados concelhios onde ainda os não haja e fortalecendo-se o Secretariado Distrital. Por fim reconheceu-se a urgência em melhorar as culturas e nos cuidados a ter para o seu melhor rendimento.

Assim nos falou um elemento da Comissão de Compartes dos Baldios de Ourém dos Castelos. Um homem honesto que está na defesa dos interesses da população a que pertence, o povo de Ourém, que não largará, de pé para a mão, os seus baldios de novo à cobiça dos senhores latifundiários.